



Leila Maria Inoue

Entre Livres e Oficiais

a expansão do Ensino Normal
em São Paulo

Este livro problematiza a história da formação de professores primários no estado de São Paulo em um momento singular em que as Escolas Normais Livres passam a ser reconhecidas pelo poder público. Foi por meio dessas instituições que o estado ampliou o número de escolas de formação docente a partir da Reforma da Instrução Pública de 1927. Na busca de soluções para ampliar a escola primária e provê-la com professores formados, a Reforma de 1927 equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais para expandir a formação de professores para os novos núcleos urbanos que se formavam no interior e litoral do estado. Trata-se de um trabalho que questionou os momentos de expansão da formação de professores em São Paulo durante a Primeira República e buscou compreender e analisar o processo de expansão das Escolas Normais Livres na região oeste paulista e o papel dessas instituições. Para a construção dessa narrativa foram levantadas fontes privilegiadas como leis, relatórios, anuários de ensino, mas também documentos encontrados nos arquivos permanentes da Escola Estadual Leônidas do Amara Vieira, em Santa Cruz do Rio Pardo, e do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins, como livros de matrículas, livros de visitas, atas de exames, entre outros. Este trabalho ressalta a importância dos acervos e arquivos escolares para as investigações sobre a História da Educação no Brasil.



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



ENTRE LIVRES E OFICIAIS
A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO
(1927-1933)

Leila Maria Inoue

Leila Maria Inoue

ENTRE LIVRES E OFICIAIS
A EXPANSÃO DO ENSINO NORMAL EM SÃO PAULO
(1927-1933)

Marília/Oficina Universitária
São Paulo/Cultura Acadêmica

2021



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – FFC
UNESP - campus de Marília

Diretora

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto

Vice-Diretora

Dra. Ana Claudia Vieira Cardoso

Conselho Editorial

Mariângela Spotti Lopes Fujita (Presidente)

Adrián Oscar Dongo Montoya

Célia Maria Giacheti

Cláudia Regina Mosca Giroto

Marcelo Fernandes de Oliveira

Marcos Antonio Alves

Neusa Maria Dal Ri

Renato Geraldi (Assessor Técnico)

Rosane Michelli de Castro

*Conselho do Programa de Pós-Graduação em Educação -
UNESP/Marília*

Graziela Zambão Abdian

Patrícia Unger Raphael Bataglia

Pedro Angelo Pagni

Rodrigo Pelloso Gelamo

Maria do Rosário Longo Mortatti

Jáima Pinheiro Oliveira

Eduardo José Manzini

Cláudia Regina Mosca Giroto

Auxílio Nº 0798/2018, Processo Nº 23038.000985/2018-89, Programa PROEX/CAPES

*Ficha catalográfica
Serviço de Biblioteca e Documentação - FFC*

-
- Inoue, Leila Maria.
- I58e Entre livros e oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933) / Leila Maria Inoue. – Marília : Oficina Universitária ; São Paulo : Cultura Acadêmica, 2021.
155 p.: il.
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5954-119-5 (Digital)
ISBN 978-65-5954-118-8 (Impresso)
DOI: <https://doi.org/10.36311.2021.978-65-5954-119-5>
1. Professores - Formação. 2. Ensino normal – São Paulo (Estado). 3. Educação – História – 1927-1933. 4. Ensino - Legislação. I. Título.

CDD .373.209816

Copyright © 2021, Faculdade de Filosofia e Ciências



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias
Cultura Acadêmica é selo editorial da Editora UNESP
Oficina Universitária é selo editorial da UNESP - campus de Marília

*Para meus pais, Diro e Marta, Luiz e Isabela,
e a todos que ousaram enfrentar as barreiras
econômicas e sociais para realizar
o sonho de estudar.*

Agradecimentos

Este trabalho foi originalmente apresentado como Tese de Doutorado, na Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, em 2015. Dessa forma, passou pela apreciação dos membros da banca examinadora composta pelos professores Maria Rita de Almeida Toledo (Unifesp), Tony Honorato (UEL), Luiz Carlos Barreira (Unisantos) e Rosane Michele de Castro (Unesp), cujas sugestões e apontamentos foram importantes na elaboração deste livro e pelas quais agradeço. Agradeço a minha família, aos amigos e companheiros do Grupo de Estudo e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Professores. Aos gestores, professores, funcionários e alunos das escolas pesquisadas e dos acervos públicos e particulares visitados. Aos funcionários da Biblioteca e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências. E em especial, a minha orientadora, professora Ana Clara Bortoleto Nery, que muito contribuiu para minha formação acadêmica.

SUMÁRIO

Prefácio.....	11
Introdução.....	15
1 A primeira Escola Normal (1846) e a instrução pública em São Paulo (1889-1933).....	23
1.1 Origens da Escola Normal paulista	
1.2 O movimento educacional paulista no período republicano (1889-1930): os três momentos de expansão da formação de professores	
1.2.1 Disputas no cenário educacional paulista (1920-1930)	
2 A Reforma da Instrução Pública de 1927: Reforma Amadeu Mendes	41
2.1 Amadeu Mendes na Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista (1927-1930)	
2.2 A Reforma de 1927: o terceiro momento de expansão da formação de professores em São Paulo	
2.3 A Reforma de 1927 e os impressos	
2.4 Escolas Normais Livres e Oficiais: 1927-1933	
2.5 A Expansão da Escola Normal para a Expansão da Escola Primária	

3 A Reforma de 1927 e a expansão das Escolas Normais para o oeste paulista.....	97
3.1 Desenvolvimento e instrução no oeste paulista	
3.2 As Escolas Normais do oeste paulista: Escola Normal Livre de Lins (1929) e Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo (1928)	
3.3 Escola Normal Livre: organização física, administrativa e político pedagógica	
3.4 Inspeção escolar: a relação da Escola Normal Livre com a Diretoria Geral da Instrução Pública	
3.5 Sujeitos: alunos, professores, diretores e inspetores	
3.6 Saberes: o que se ensina e o que se aprende nas Escolas Normais Livres	
4 Considerações finais.....	139
Referências.....	143

Prefácio

A formação de professores é tema recorrente das publicações científicas no Brasil e objeto de discussões por parte dos governantes, haja vista o protagonismo dado aos docentes sobre as instituições escolares. O tema permanece na pauta das investigações da área da Educação e é motivo de preocupações por parte dos governos que tentam propor mudanças nos cursos de formação docente. É sobre a formação de professores que o presente livro se dedica. O recorte eleito é um momento histórico de expansão de Escolas Normais, no território paulista, entre 1927 e 1933.

No conjunto de pesquisas realizadas no campo da História da Educação, a Escola Normal é, certamente, a instituição que mais ocupa o olhar dos investigadores. Criada na Europa ainda no final do século XVIII, será a primeira experiência de formação docente institucionalizada, voltada para futuros professores das escolas da infância. No Brasil, a implantação de Escolas Normais se inicia no século XIX, através de experiências esparsas no território nacional em consequência do Ato Adicional de 1834. Cada província terá sua própria história da educação devido às profundas diferenças que marca(va)m o país. São Paulo abriu as portas da primeira Escola Normal em 1846 e suas idas e vindas são bastante exploradas pela historiografia (MONARCHA, 1999; TANURI, 1979).

Tomando novos rumos com a Reforma Caetano de Campos (1890), a então conhecida Escola Normal da Capital será a única no estado até 1911. Ao lado dela, mas não como ela, foram criadas e instaladas cinco Escolas Complementares a formar professores pelo interior do estado e, por breve período, também na capital (NERY, 2009; HONORATO,

2011). A partir de 1911 há uma primeira expansão no número de Escolas Normais – algumas em continuidade às extintas Escolas Complementares e outras criadas a partir de então –, todas elas oficiais. Em 1927, as Escolas Normais Oficiais estavam presentes no interior do estado e na capital quando a Reforma Amadeu Mendes resolve equiparar instituições particulares e incentivar os municípios a criarem Escolas Normais Livres. Este é, portanto, o segundo movimento de expansão de Escolas Normais no estado de São Paulo, ainda no período da Primeira República. A principal diferença é que a expansão não ocorreu, neste segundo momento de expansão das Escolas Normais, por meio da abertura de novas escolas através da via pública. É sobre esta história particular que o livro é desenvolvido.

O livro, de autoria de Leila Maria Inoue, é resultado das preocupações com o tema que norteou toda sua formação acadêmica. Como resultado das pesquisas empreendidas por Inoue, como membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração da Educação e Formação de Educadores – em que a formação docente é temática central das pesquisas, desde 2003 – o livro decorre do percurso acadêmico da autora que culmina com a tese de doutoramento. Com seu olhar acurado e com o apoio de referenciais teóricos muito bem acionados, a autora nos brinda com um texto que procura analisar e compreender a segunda expansão de Escolas Normais no estado de São Paulo, algo inédito na historiografia da educação até então. Igualmente colabora com a compreensão do fenômeno pelo qual a escolarização ganha espaço no propalado “oeste paulista”, em consequência da expansão populacional e da necessidade de atender a infância. Ao eleger Escolas Normais Livres da região oeste do estado, o texto colabora com a compreensão de uma história da educação regional.

Outra grande contribuição do livro é referente a participação das iniciativas particulares, em especial, da igreja católica, e dos municípios na

criação dos novos núcleos urbanos e atendimento de suas necessidades educacionais. Como bem nos lembra o agora saudoso Cleiton Oliveira (1999), o estado de São Paulo era o que menos tinha escolas municipais no início da década de 1990. Ainda que a ação municipal – quer seja por parte da população ou por iniciativa dos políticos locais –, seja mais marcante no período imperial na antiga província de São Paulo, no recorte temporal deste estudo e na região analisada, não é conhecida – caso tenha ocorrido – a existência de escolas primárias municipais enquanto que Escolas Normais Livres municipais foram evidenciadas na pesquisa e são analisadas no texto.

A publicação de resultados de pesquisa no formato de livro é uma forma de resistência ao primado do periódico nesses tempos tão difíceis para as Ciências Humanas, em especial para a Educação. Por simbolizar a resistência é que louvo ainda mais este livro e agradeço ao Programa de Pós-graduação em Educação da Unesp, campus de Marília, por incentivar e apoiar a presente publicação.

Ana Clara Bortoleto Nery

Marília, 18 de maio de 2021, em meio à pandemia de COVID 19.

Referências

HONORATO, Tony. *Escola Complementar e Normal de Piracicaba: formação, poder e civilidade (1897-1921)*. 2011. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação Escolar. Faculdade de Ciências e Letras, Unesp-Araraquara, 2011.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *Em busca do elo perdido: a ação reformadora de Oscar Thompson*. Tese (Livre docência). Faculdade de Filosofia e Ciências. Unesp-Marília, 2009.

TANURI, Leonor M. *O ensino normal no estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

OLIVEIRA, Cleiton (Org.). *Municipalização do Ensino no Brasil*. Campinas: Autêntica, 1999.

Introdução

Este livro foi apresentado originalmente em forma de Tese de Doutorado¹ também intitulada “Entre Livres e Oficiais: a expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)”. Sua finalidade é discutir sobre a formação dos professores primários no estado de São Paulo, sobretudo, a expansão da Escola Normal Livre na região oeste paulista entre 1927 e 1933 e contribuir com os estudos e pesquisas sobre a história da formação docente.

Em relação à formação de professores em São Paulo, considero que houve três momentos de expansão para atender à demanda do Ensino Primário durante o Período Republicano: o primeiro momento foi com a Reforma da Instrução Pública de 1892, que criou as Escolas Complementares e sua transformação em uma Escola de Formação de Professores; o segundo momento foi com a Reforma de Oscar Thompson (1911), que transformou as Escolas Complementares em Normais Primárias e Secundárias e criou novas escolas desses dois tipos, e o terceiro momento foi com a Reforma de 1927, empreendida por Amadeu Mendes, que equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais.

O presente livro discute o terceiro momento de expansão da formação de professores, com o objetivo de analisar e compreender o processo de expansão do Ensino Normal no chamado oeste paulista, tendo como ponto de partida a implantação da Reforma da Instrução Pública

¹ Desenvolvida (2011-2015) junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Filosofia e Ciências, UNESP, campus de Marília, na linha de pesquisa de História e Filosofia da Educação Brasileira. Recebeu apoio da Capes.

Paulista de 1927, que equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais e pela implantação do Código de Educação, em 1933, na administração de Fernando de Azevedo na Diretoria Geral do Ensino, que determinou medidas para conter as equiparações dessas instituições.

Faziam parte do Ensino Livre², as instituições de ensino municipais e particulares que eram mantidas por associações. De modo geral, elas cobravam mensalidades e demais taxas para sua manutenção. Nesse sentido, as Escolas Normais criadas e mantidas pelos municípios também eram denominadas livres. Já as Escolas Normais Oficiais eram públicas, criadas e mantidas pelo governo estadual, cobravam de seus alunos apenas taxas de matrícula.

As Escolas Normais Livres pesquisadas foram; a *Escola Normal Livre de Lins* e a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*³, ambas equiparadas pela Reforma de 1927, criadas pelo poder municipal e localizadas na região oeste paulista. A investigação desenvolvida foi de natureza histórica, documental e bibliográfica e constituiu-se no estudo e análise da expansão do Ensino Normal por meio dos documentos das Escolas Normais selecionadas e de demais arquivos pesquisados⁴. Para a

² O termo “livre” refere-se às escolas que não eram oficiais, ou seja, estaduais. Era um termo aplicado aos casos de escolas municipais e particulares. Naquele período, os municípios não eram entes federados e nem responsáveis pelo ensino oficial, portanto precisavam do reconhecimento do estado.

³ A Escola Normal Livre Guedes de Azevedo, na cidade de Bauru, também foi criada nesse momento (em 1928), mas foi extinta em 1986 e não há documentação suficiente desse período que pudesse contribuir para a pesquisa e por isso, foi descartada da análise.

⁴ Os acervos visitados foram: Arquivo permanente do Acervo do Centro do Professorado Paulista, em São Paulo; Acervo particular dos pesquisadores Celso Prado e Junko Sato; Acervo particular do Jornalista Carlos Eduardo Motta Carvalho; Arquivo Permanente do Colégio Sagrado Coração de Jesus, em Marília-SP; Arquivo Permanente do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Lins-SP; Arquivo Permanente da *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*, em Santa Cruz do Rio Pardo-SP; Arquivo Permanente da Escola Estadual Nhonho Braga, em Piraju-SP; Arquivo Permanente da Escola Estadual Fernando Costa, em Presidente Prudente-SP; Arquivo Permanente da Escola Estadual Clybas Pinto Ferraz, em Assis-SP; Arquivo Permanente da Escola Estadual Bento da Cruz, em Araçatuba-SP; Arquivo Permanente da Escola Estadual Caetano de Campos, em São Paulo;

construção dessa narrativa, busquei documentos e publicações oficiais como a legislação educacional estadual e municipal, relatórios; anuários e programas de ensino, mas também documentos encontrados no arquivo permanente das Escolas Normais selecionadas como livros de matrículas; livros de inscrição para exame de admissão; atas de exames parciais e finais; livros de registro de diplomas ou livro de diplomas; livros de visitas e demais documentos como fotografias e jornais da época que forneceram informações sobre a expansão do Ensino Normal e sobre o cotidiano dessas instituições.

Além dessas fontes, dialogo com os demais estudos sobre a história da formação de professores e sobre as Escolas Normais de São Paulo, como Mascaro (1956), Tanuri (1973, 1979), Monarcha (1999), Nosella e Buffa (2002), Furtado (2007), Rampi (2007), Nery (2009) e Meneses (2012). O trabalho de Tanuri é a principal referência, pois foi a partir da leitura do seu livro que surgiram os questionamentos que nortearam esta investigação.

Por meio de pesquisas que realizei anteriormente⁵, observei que após 1910 houve, sobretudo no estado de São Paulo, intensas cobranças pela expansão da escola primária que culminaram na Reforma de 1920, implantada por Sampaio Dória⁶, que reduziu o Ensino Primário para dois anos com o intuito de estender o acesso à escola a um maior número de estudantes. Contudo, as medidas desse período não foram suficientes para cumprir a promessa republicana de levar a instrução à população, e a década de 1920 foi marcada pelas críticas à Escola Normal, sobretudo ao

Arquivo da Diretoria de Ensino de Bauru-SP; Arquivo da Diretoria de Ensino de Marília-SP; Arquivo Público do Estado de São Paulo; Centro de Referência da Educação Governador Mario Covas, em São Paulo e, Centro de Memória da Educação da USP, em São Paulo.

⁵ Vale mencionar que iniciei meus primeiros estudos sobre a temática ainda na graduação em Pedagogia (2004-2007), com a bolsa de Apoio Acadêmico e de Extensão (BAAE) a estudantes carentes da Unesp e que esse auxílio foi importante na minha formação inicial.

⁶ Diretor Geral da Instrução Pública entre 1920 e 1921.

seu caráter propedêutico e ao baixo número de formandos. Em consequência dessas críticas e das reivindicações populares, houve diversas reformas da instrução pública nesse período e, em 1927, como medida de ampliação emergencial dos quadros de professores com formação, houve a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais e a redução do Ensino Normal de cinco para três anos.

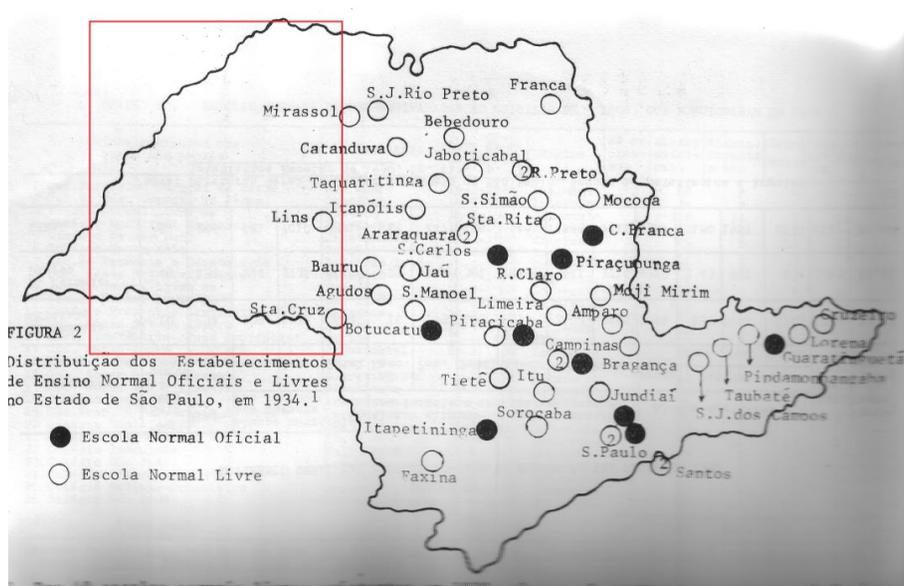
Algumas Escolas Normais Livres existiam antes da Reforma de 1927, mas até esse momento, seu diploma não era reconhecido pelo estado. Os egressos das instituições livres atuavam em escolas primárias particulares ou como professores leigos⁷ nas escolas primárias públicas. A partir da Reforma de 1927, as Escolas Normais Livres foram equiparadas às Normais Oficiais e seus egressos tiveram os mesmos benefícios. Entretanto, os egressos da Escola Normal de São Paulo tinham mais benefícios que todos os outros, uma vez que poderiam assumir cargos de diretores de escolas e outros cargos administrativos da Diretoria da Instrução Pública, por exemplo.

O fundamento da Reforma de 1927 se centrava na falta de professores diplomados para prover as escolas rurais e isoladas de regiões de difícil acesso (distantes dos grandes centros urbanos). Assim, seria necessário reorganizar o ensino para suprir essa necessidade. A partir dessas considerações, vejo que na impossibilidade de criar novas Escolas Normais Oficiais, os reformadores paulistas equipararam as Escolas Normais Livres para expandir o Ensino Normal com a finalidade de formar professores para atender à demanda. Em virtude das críticas às Escolas Normais Oficiais, busco compreender quais seriam as contribuições das Escolas

⁷ O professor leigo era aquele sem formação em Escolas Normais ou complementares, porém ele poderia lecionar mediante exames de admissão. Vale ressaltar que os professores leigos, mesmo com a devida formação em Escolas Normais Livres, não tinham os mesmos direitos e benefícios dos professores formados nas Escolas Normais Oficiais até a Reforma de 1927.

Normais Livres para a expansão da escolarização primária paulista. A Imagem 1 mostra a localização das Escolas Normais em 1934.

Imagem 1: Mapa das Escolas Normais Paulistas em 1934⁸



Fonte: Tanuri (1979).

Pela Imagem 1, observei que existiam até o ano de 1934 apenas três Escolas Normais livres na região oeste paulista (*Escola Normal Livres de Lins, Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo e Escola Normal Livre Guedes de Azevedo, em Bauru*), enquanto em outras regiões esse número era bem maior. Desse modo, meu interesse foi questionar como

⁸ O mapa foi marcado pelo retângulo em vermelho para evidenciar a área do estado de São Paulo onde não havia Escolas Normais.

se deu o processo de expansão das Escolas Normais nessa região e qual seu papel na formação de professores.

Em meio a essas questões sobre a história da formação de professores, o desenvolvimento da pesquisa teve como fundamento as perspectivas da História Cultural com base nos estudos de Le Goff (1990), Marc Bloch (1997), Carvalho (1998), Certeau (2008) e Chartier (1990). Esse último autor considera que:

A história cultural, tal como entendemos, tem por principal objetivo identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler. Uma tarefa desse tipo supõe vários caminhos. O primeiro diz respeito às classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real (1990, p. 16-17).

E também com base nas considerações de Certeau (2008, p. 66) sobre “operação historiográfica”. Este autor considera que:

Encarar a história como operação será tentar, de maneira necessariamente limitada, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura). É admitir que ela faz parte da realidade da qual trata, e que essa realidade pode ser apropriada ‘enquanto prática’. Nesta perspectiva, gostaria de mostrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar* social, de *práticas* ‘científicas’ e de uma *escrita* (grifos do autor).

A análise dos documentos das Escolas Normais revela as transformações culturais e políticas que emergiam em diversos momentos e as tendências pedagógicas que formavam os professores. E ainda, permite analisar os “projetos pedagógicos e modelos culturais” que circulavam nessas escolas. Desse modo, os arquivos e acervos dessas instituições são importantes fontes de estudos e guardam informações relevantes sobre a formação de professores em diferentes momentos da História da Educação no Brasil.

Compreendo que os documentos analisados fornecem representações do que foi a Escola Normal Livre, pois tais documentos, em diferentes suportes, trazem representações que foram construídas pelos agentes que os elaboraram ou forjaram. Trago, no capítulo 3, aproximações daquilo que está representado na documentação sobre a Escola Normal Livre. Para isso, aproprio-me do conceito de representação proposto por Chartier. Segundo o autor (1990, p. 17):

As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.

Nesse sentido, os acervos e arquivos das Escolas Normais fornecem importantes fontes de análise que possibilitam compreender como as determinações oficiais chegaram e foram cumpridas – ou não cumpridas – pelos agentes escolares.

O trabalho foi organizado em três capítulos: no primeiro, busco contextualizar a criação da Escola Normal em São Paulo – primeira instituição de formação de professores do estado e o modelo a ser seguido

pelas outras instituições dessa natureza –, desde sua abertura em 1846, englobando os fechamentos que ocorreram ao longo de sua história. Também apresento a contextualização da instrução pública na Primeira República, os conflitos e as reformas educacionais que marcaram os três momentos de expansão do Ensino Normal no estado de São Paulo.

No segundo capítulo, realizo um estudo sobre a atuação de Amadeu Mendes durante o período em que foi Diretor da Instrução Pública paulista e analiso a Reforma de 1927 para compreender as medidas e determinações que pretendiam expandir o Ensino Normal e as mudanças que essa Reforma implantou na formação de professores primários. Apresento ainda, um estudo sobre as publicações da Diretoria da Instrução Pública, periódicos e jornais da época que divulgavam orientações aos professores e notícias sobre a implantação da Reforma.

No terceiro e último capítulo, passo a analisar aspectos da criação e do funcionamento da *Escola Normal Livre de Lins* e da *Escola Normal de Santa Cruz do Rio Pardo* para compreender como ocorreu a expansão do Ensino Normal pela região oeste paulista e em que medida a política de expansão da formação de professores foi concretizada por essas escolas.

De modo geral, as considerações finais a que chego são que na impossibilidade de criar novas Escolas Normais Oficiais o governo equiparou as Escolas Normais Livres na tentativa de expandir o Ensino Normal e formar mais professores para atender as regiões de difícil acesso. A ampliação do Ensino Normal teve a finalidade de expandir também a escola primária, dessa maneira, a Escola Normal Livre teve um papel importante para difusão da instrução e para a formação de jovens nos novos núcleos urbanos que se formavam no interior paulista.

1.

A primeira Escola Normal (1846) e a instrução pública em São Paulo (1889-1933)

1.1 Origens da Escola Normal paulista

Com o Ato Adicional de 1834, os governos das Províncias do Império ficaram com a responsabilidade de desenvolver e legislar sobre o ensino elementar e preparar os professores para essas escolas que seriam criadas. A Constituição de 1891 irá reafirmar a descentralização, cabendo aos estados o Ensino Primário⁹ e o Ensino Normal.

A primeira Escola Normal paulista, denominada Escola Normal de São Paulo¹⁰ (localizada na cidade de São Paulo), foi fundada pela Lei Provincial nº. 34, de 16 de março de 1846, com um programa curricular bastante modesto, duração de dois anos e com apenas um professor que também tinha a função de diretor. Nesse período, funcionou em uma sala

⁹ Ensino Primário seria a primeira etapa da instrução, denominado também de Ensino Elementar e a Escola Complementar. Segundo Escobar (1933, p. 17), “o ensino primário constava do curso primário preliminar com cinco anos de estudo e do curso complementar com quatro. Sendo este um verdadeiro curso secundário e havendo falta de professores, o complementar teve direito de diplomar professores”.

¹⁰ Em 1894, a Escola Normal de São Paulo, também conhecida como Escola Normal da Praça (pela sua localização na Praça da República), foi denominada Escola Normal Caetano de Campos; em 1911, Escola Normal Secundária Caetano de Campos. Com a Reforma Sampaio Dória, voltou a denominar-se Escola Normal Caetano de Campos, e após o Código de Educação de 1933, passou a denominar-se Instituto de Educação Caetano de Campos.

do prédio da Catedral da Sé e o curso era destinado apenas para alunos do sexo masculino, formando uma turma a cada dois anos. Essa instituição foi fechada pela Lei nº. 6, do Orçamento Provincial, de 10 de julho de 1867 e criticada pelo currículo simplificado e pelo reduzido número de formandos (DIAS, 2008). De acordo com Monarcha (1999), há indícios de que ela funcionava em condições muito precárias, o que ocasionou seu fechamento nesse período.

Anos mais tarde, a Escola Normal foi novamente aberta pela Lei Provincial nº. 9, de 22 de março de 1874, junto à Academia de Direito de São Paulo. Nesse período, ela funcionava com dois professores e houve a ampliação das matérias propedêuticas do programa de ensino (DIAS, 2008). Com a reabertura da Escola Normal, houve também a abertura do curso para as alunas do sexo feminino (ALMEIDA, 1998), que funcionou no Seminário da Glória. Em 1878 (Ato do Presidente da Província, de 9 de maio), a Escola fechou novamente por falta de verba orçamentária. Os trabalhos de Dias (2008), Monarcha (1999), Meneses (2012), entre outros, indicam que o segundo fechamento foi devido à precariedade do funcionamento da Escola.

De acordo com Dias (2008), com a Lei nº. 130, de 25 de abril de 1880, a Escola Normal foi reaberta de forma definitiva, com um currículo ampliado para cinco cadeiras, com duração de três anos e aulas mistas. Sobre essa nova reabertura da Escola Normal de São Paulo, Meneses (2012) pontua que a instituição, apesar da instabilidade e das críticas à formação pedagógica oferecida, tornou-se em poucos anos o local onde se formou um conjunto de professores que atuou na administração e na produção intelectual da instrução pública paulista. Sobre os formandos da primeira década republicana, Monarcha (2009, p. 210) argumenta que:

Os alunos que concluem o Curso Normal da Escola Normal da Capital integram o escol do professorado paulista, exercendo o magistério nas escolas complementares e ginásios e ocupando os cargos técnico-burocráticos da instrução pública – inspetores distritais de ensino, inspetor geral, diretores de escolas-modelo e grupos escolares. E é esse escol de normalistas, particularmente aqueles que exercem o magistério nas escolas-modelo ou ocupam postos técnico-burocráticos, que irá produzir novos conhecimentos aplicados à educação – cartilhas, métodos e técnicas de ensino, bases psicológicas e fisiológicas da educação, organização escolar –, colocando termo à hegemonia exercida pelos bacharéis em direito no campo da instrução pública: a educação configura-se como objeto de investigação que deve ser tematizado pelos próprios normalistas.

A Escola Normal de São Paulo e os professores que formou tiveram importante papel no desenvolvimento da instrução pública em São Paulo, pelos cargos administrativos que ocuparam e pela produção intelectual, intensificada após a proclamação da República.

Com a reabertura da Escola Normal em 1880, o programa de ensino foi estendido, com um número maior de cadeiras, e o curso passou a ter duração de três anos. Porém, a formação pedagógica não deixou de ser criticada pelas suas deficiências, o que pode ter contribuído para que ela ganhasse destaque nas reformas do ensino republicanas. Meneses (2012) argumenta que, mesmo com as deficiências, a instituição “adquiriu um papel de centralidade para a efetiva reforma da instrução primária”, sobretudo com o advento da República.

Nesse sentido, a centralidade da Escola Normal e da formação profissional do professor ganha cada vez mais importância no olhar dos intelectuais que tomaram a função de reconstruir a nova nação republicana. A Escola Normal era a “menina dos olhos” dos educadores e intelectuais do período e foi considerada peça fundamental no processo de

modernização da instrução pública paulista, sobretudo da escola primária. Por isso, algumas reformas como as de 1890, 1911, 1920, 1925 e 1927 reorganizaram a Escola Normal a fim de ampliar a escola primária.

1.2 O movimento educacional paulista no período republicano (1889-1930): os três momentos de expansão da formação de professores

O estado de São Paulo certamente contribuiu para as discussões das questões educacionais no Brasil, principalmente no período da Primeira República, destacou-se na História da Educação Brasileira pelas ações empreendidas. Para Bittencourt (1990, p. 19), na Primeira República (1889-1930), o estado de São Paulo “destacava-se no cenário educacional nacional, tornando-se um dos espaços privilegiados de transformações econômicas e sociais”.

Com o advento da República, São Paulo foi considerado pioneiro e autônomo nas ações educacionais. O período foi marcado por uma intensa valorização da educação e dos elementos nacionais como forma de legitimar o regime republicano que se instaurava. Para Carvalho (1989), nesse período a escola foi vista como o meio para superação dos entraves que impediam o progresso e a modernização do país. Era a “arma” contra o analfabetismo da população brasileira e dos filhos de imigrantes estrangeiros que se instalavam no território. Sem cultura e disciplina, os imigrantes eram considerados uma barreira para o progresso e para a construção da sociedade moderna que os intelectuais republicanos almejavam. Assim, consolidou-se nas primeiras décadas do século XX, entre os intelectuais que se incumbiram de reconstruir a Nação Republicana, “a crença de que na educação residia a solução dos problemas que identificavam” (CARVALHO, 1989, p. 9), por sua função de

conformar e homogeneizar as mentes e a cultura. A escola, além ensinar a ler e a escrever, era chamada a civilizar e formar uma nova nação.

Nessa perspectiva, as escolas estrangeiras instaladas pelos imigrantes precisavam ser “combatidas” e a propagação da instrução pública representava a tentativa de ampliar a escola civilizadora em São Paulo e também em outros estados. Segundo Carvalho (1989), havia no início da República a ideia de que a população brasileira precisava ser regenerada, pois sua imagem era doente, com vícios e improdutiva¹¹, e os imigrantes implantavam no país a sua cultura¹² dificultando a formação de uma nação brasileira. Segundo os discursos republicanos, era preciso superar o passado “escuro” do Período Monárquico¹³ e formar uma nova sociedade. Caberia, assim, à educação e à escola, formar e disciplinar a “nova” sociedade brasileira.

Sendo assim, a educação em todos os níveis é ressaltada pelos intelectuais republicanos como forma de construir a nação e formar o novo homem brasileiro. Nesse contexto de desenvolvimento cultural do Brasil, a educação é considerada “fator de resolução de problemas sociais, e porque havia a necessidade objetiva de integrar e disciplinar, sobretudo o imigrante para o trabalho na lavoura cafeeira” (HILSDORF, 2003, p. 60-61).

¹¹ Segundo Carvalho (1989, p. 11), nesse momento é ressaltada a questão da falta de preparo e adestramento do negro e do mestiço para o trabalho livre e, por isso, eram considerados improdutivos.

¹² Ainda segundo Carvalho (1989, p.11-12), no imaginário republicano, o imigrante não é mais visto como exemplo de operosidade e disciplina como era ainda nos primeiros anos da República. Devido às greves operárias, o imigrante se torna presença incômoda para a vida nacional. Além disso, o imigrante cultivava fortemente a cultura de seu país de origem, sem ter sentimento patriótico pelo país que o acolheu.

¹³ Pesquisas como de Dias (2008) salientam que no Período Monárquico houve iniciativas de ampliação da instrução, porém, de forma mais tênue do que aquelas que ocorreram no Período Republicano.

A escolarização passa a ser o principal meio para a formação do cidadão republicano brasileiro e para a fixação do imigrante estrangeiro no país que o acolheu. Ela tinha a função de moldar a população para apagar a imagem de Jeca Tatu¹⁴ do homem brasileiro. O personagem de Lobato retrata um brasileiro degradado e impossibilitado de construir a nação republicana. De fato, a educação foi “o elemento de regeneração da nação, um instrumento para a reforma social e propulsora do progresso e da civilização” (SOUZA, 2000, p. 106).

No estado de São Paulo, a escola foi vista como marca republicana, “o sinal da diferença entre um passado de trevas, obscurantismo e opressão, e um futuro luminoso em que o saber e a cidadania se entrelaçariam trazendo o progresso” (CARVALHO, 1989, p. 23). Os republicanos paulistas buscaram “dar a ver a própria República e seu projeto educativo e, por vezes, espetacular” (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 52). Por isso, a construção de prédios de escolas monumentais – como o prédio da Escola Normal da Capital – e a importância das cerimônias inaugurais dos edifícios escolares. A construção de prédios escolares grandiosos foi uma estratégia republicana para legitimar a ideia de progresso e de modernidade que a República procurava instaurar no país, como demonstra o estudo sobre a arquitetura escolar, de Vidal e Faria Filho (2005).

Embora houvesse críticas às deficiências da instrução pública paulista, é importante destacar o papel modelador que o estado de São Paulo desempenhou junto às outras unidades da Federação em relação à organização do Ensino Primário e Normal durante as primeiras décadas da República. Na ausência de modelos e normas fixadas pelo governo federal, o estado de São Paulo, além de distinguir-se nos setores político e

¹⁴ De acordo com De Lucca (1999), o personagem Jeca Tatu, do conto *Urupês* (1914), é produto da avaliação que Monteiro Lobato vinha tecendo sobre o Brasil e os brasileiros, desde a Faculdade de Direito. Isso indica que a população brasileira não era bem vista por esse intelectual.

econômico, destacou-se também no setor educacional. Devido às reformas que empreendeu, o estado de São Paulo se tornou modelo, em termos de organização da instrução, para as demais Unidades Federadas do país que levavam do estado os educadores (profissionais), a caracterização dos prédios, a mobília, os livros e os materiais didáticos e as estratégias pedagógicas para serem usados em suas escolas.

Em relação à formação de professores, é importante salientar que a Escola Normal e suas estratégias de formação docente compõem o que Marta Carvalho denomina de “modelo escolar paulista”. Em seus trabalhos¹⁵, Carvalho ressalta o processo histórico de consolidação, expansão e corrosão do “modelo escolar” que balizou as primeiras iniciativas republicanas de institucionalização da escola em São Paulo. O “modelo escolar paulista” é caracterizado por Carvalho (2011, p. 185) “como modelo produzido por uma pedagogia, uma política e uma estratégia de formação docente articuladas segundo uma lógica regida pelo primado da visibilidade”. De acordo com Carvalho (2011, p. 188-189):

Como ferramenta de descrição e análise, um modelo exige que os elementos que o compõem sejam situados nas redes de relações que o constitui. No caso em questão, falar em modelo escolar remete à pluralidade e à historicidade dos dispositivos científicos, religiosos, políticos e pedagógicos, em cuja interseção se produziu na modernidade, uma modalidade escolar de educação. A adjetivação ‘paulista’ remete às iniciativas republicanas de institucionalização escolar no Estado de São Paulo, nas primeiras décadas do regime. Pensada nessa tripla dimensão é que a concepção de modelo escolar paulista é ferramenta útil de descrição e análise das práticas e dos dispositivos de institucionalização da escola em São Paulo, nas primeiras décadas da República.

¹⁵ Carvalho (2000; 2001; 2011).

Nesse sentido, a Escola Normal e suas estratégias de formação, como observação e prática de aulas nas escolas primárias anexas, fazem parte de um modelo escolar. Contudo, não pretendo me estender sobre o modelo escolar presente na Reforma de 1927.

A Escola Normal é ressaltada nesse processo de formação de uma nova sociedade pelo fato de ser a instituição formadora de professores para instruir a população. Na tentativa de melhorar a formação de professores o Diretor da Escola Normal de São Paulo, Antonio Caetano de Campos, reestruturou o programa de ensino e criou as escolas-modelos, anexas à instituição, pelo Decreto nº. 27, de março de 1890. Elas foram criadas para contribuir com a formação dos professores, pois eram nessas instituições que os normalistas observavam e experimentavam como era ser professor e também serviriam de modelo para a organização das escolas preliminares do estado. Segundo Carvalho (2003), o professor deveria ser formado observando os métodos de ensino, ou seja, deveria aprender a ser professor pela observação de um modelo. Nessas instituições, os professores deveriam utilizar o método intuitivo, daí a necessidade de contratação das professoras Márcia P. Browne (conhecida como *Miss Browne*), formada em uma universidade americana e professora da Escola Americana¹⁶ em São Paulo, e Maria Guilhermina Loureiro de Andrade também formada em uma universidade americana. As escolas-modelos, anexas à Escola Normal de São Paulo, se tornariam o embrião da escola graduada implantada no Estado, pois os grupos escolares foram criados e

¹⁶ A Escola Americana foi uma escola confessional protestante fundada no ano de 1870, em São Paulo, pelo Reverendo Chamberlain implantando o modelo de escola norte-americana. Em 1896, a Escola Americana passou a ser chamada de *Mackenzie College*, uma homenagem ao filantropo John Theron Mackenzie, que doou uma quantia de dinheiro à instituição. Em 1885, a Escola Americana contava com uma Escola Normal anexa sob a direção de *Miss Browne*. Sobre a Escola Americana e a educação protestante em São Paulo no período Republicano ver: Veloso (2011).

instalados a partir de 1894, pelo Decreto nº. 248, de julho de 1894 (MENESES, 2012).

Ao analisar as reformas e as medidas para ampliar a formação de professores, considero que houve, na Primeira República, três momentos de expansão: primeiro momento foi com a Reforma da Instrução Pública de 1892 (Lei nº. 88), que criou as escolas complementares e, posteriormente, em 1895, foi estabelecido que os alunos que concluíssem o Curso Complementar e tivessem um ano de prática de ensino, cursado nas escolas-modelos¹⁷ do estado, poderiam ser nomeados professores primários com as mesmas vantagens concedidas aos diplomados pela Escola Normal de São Paulo; o segundo momento foi com a Reforma de Oscar Thompson (Decreto nº. 2.025, de 29 de março de 1911), que transformou as escolas complementares em Normais primárias e secundárias e criou novas Escolas Normais primárias e secundárias, e o terceiro momento foi com a Reforma Amadeu Mendes, que equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais, estimulando a ampliação das Escolas Normais Livres pelo interior.

No primeiro momento de expansão, a partir de 1895, o estado de São Paulo passou a contar com a Escola Normal da Capital e quatro escolas complementares: uma na capital, anexa à Escola Normal, e as outras quatro no interior, ampliando assim o número de escolas de formação de professores, conforme apresentado no Quadro 1.

¹⁷ Por falta de escolas-modelos nas cidades onde foram criadas as escolas complementares, a prática de ensino era realizada nas escolas primárias autorizadas pelo estado.

Quadro 1: Escolas Complementares (1885-1911)

Ano de criação	Instituição
1895	Escola Complementar anexa à Escola Normal da Capital
1897 1903	Escola Complementar Prudente de Moraes (Capital) Transferida em 1903 para Guaratinguetá – Escola Complementar de Guaratinguetá
1897	Escola Complementar de Itapetininga
1897	Escola Complementar de Piracicaba
1903	Escola Complementar de Campinas

Fonte: Honorato (2013).

Com a Reforma da Instrução Pública de 1911, as escolas complementares foram transformadas em Escolas Normais Primárias e houve a criação de novas Escolas Normais Primárias e Secundárias pelo interior. O Ensino Normal em São Paulo foi novamente ampliado, não apenas em número de instituições, mas também em relação à formação pedagógica, pois a formação oferecida nas escolas complementares era considerada inferior à formação da Escola Normal de São Paulo. Após a Reforma de 1911, conhecida como Reforma Oscar Thompson, o Ensino Normal ficou distribuído da seguinte maneira:

Quadro 2: Escolas Normais Primárias e Secundárias

Ano Criação (Transformação)	Instituição – Escola Normal
1846 (1911)	Escola Normal Secundária da Capital
1897 (1911)	Escola Normal Secundária de Itapetininga
1897 (1911)	Escola Normal Primária de Piracicaba
1903 (1911)	Escola Normal Primária de Guaratinguetá
1902 (1911)	Escola Normal Primária de Campinas
1911	Escola Normal Primária de Pirassununga
1911	Escola Normal Primária de Botucatu
1911	Escola Normal Secundária de São Carlos
1912	Escola Normal Primária da Casa Branca
1912	Escola Normal Primária do Brás – Capital

Fonte: Quadro elaborado a partir das informações da Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal em São Paulo (1946).

No quadro, as escolas complementares convertidas em Escolas Normais estão assinaladas em azul e em vermelho estão assinaladas as Escolas Normais Primárias e Secundárias criadas pela reforma. Após a Reforma Oscar Thompson, as Escolas Normais paulistas foram ampliadas para dez, permanecendo esse número até a Reforma de 1927. A instalação dessas instituições em algumas cidades do interior paulista foi devido à incapacidade da *Escola Normal da Capital* no atendimento da demanda de professores em regiões distantes da Capital. Porém, mesmo com a ampliação proposta pela Reforma de 1911, não haviam professores suficientes para atender à demanda das escolas primárias localizadas em regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos. Era necessário expandir as Escolas Normais para as demais regiões. Segundo Nery (2009), a instalação de Escolas Normais pelo interior do estado atendia às mais variadas reivindicações dos poderes locais e ainda ao projeto de Oscar Thompson, de ampliação da rede de escolarização primária. Muitos desses

professores não iriam lecionar em escolas longe de suas cidades de origem, como pontua Meneses (2012), e pela falta de professores para determinadas regiões, muitos municípios reivindicaram a criação de novas Escolas Normais. O atendimento, de certa forma, só iria ocorrer de forma mais intensa, em 1927, por meio das Escolas Normais Livres.

Mesmo com a ampliação, a dualidade entre as Escolas Normais Primárias e Secundárias trouxe descontentamento e críticas ao baixo padrão de formação oferecido pelas Normais Primárias¹⁸. A dualidade acabou apenas em 1920, com a Reforma Sampaio Dória, que unificou todas as Escolas Normais seguindo o padrão das Escolas Normais Secundárias, consideradas de nível mais elevado (ANTUNHA, 1976). Esta Reforma, porém, não ampliou o número de instituições.

Em virtude das críticas em relação às deficiências da instrução pública, desde as décadas anteriores foi posta em evidência a necessidade de uma reestruturação do ensino para expandir a instrução. Por volta da década de 1910, sob a influência das inovações educacionais internacionais, iniciaram-se movimentos que visavam “combater” a escola tradicional em prol de uma escola renovada e moderna. Em decorrência da ação desses movimentos políticos e sociais e pela influência das ideias positivistas, “a escolarização foi concebida como um instrumento de correção do progresso evolutivo e como uma força propulsora para o progresso da sociedade brasileira” (NAGLE, 1974, p. 125). Segundo Toledo (2000), esses movimentos pela educação pressionaram, sobretudo, os governos estaduais a promoverem mudanças na educação, desencadeando diversas reformas da escola primária e normal, como as que foram realizadas no Ceará (1923), na Bahia (1925), em Minas Gerais (1927), no Distrito Federal (1928) e em Pernambuco (1929). Na década

¹⁸ A Escola Normal Primária habilitava o professor para atuar em escolas primárias, enquanto a Escola Normal Secundária habilitava para a atuação nos ginásios.

de 1920¹⁹, no estado de São Paulo, foram realizadas três reformas pela modernização e ampliação do ensino. Tais reformas foram acompanhadas de críticas às Escolas Normais Oficiais pela diminuição de alunos matriculados e pela deficiente formação pedagógica.

Segundo Tanuri (1973), o número de professores formados nas Escolas Normais do estado decresceu até meados da década de 1920. Em 1915, as Escolas Normais formaram 1.006 professores. Em 1920, foram 631 professores e, em 1925, o número de formandos caiu para 238 professores.

Nesse mesmo período, houve um forte processo de expansão do povoamento paulista rumo ao oeste. Tal expansão requereu atenção do estado também em termos da expansão de escolas primárias para atender a população que crescia com a chegada dos imigrantes. Até o ano de 1927, o estado de São Paulo contava com apenas dez Escolas Normais (Quadro 2) que se encarregavam de formar professores para atender ao Ensino Primário paulista.

Dentre as críticas sobre as Escolas Normais Oficiais, pairava a de que elas não atendiam às escolas primárias, sobretudo, às escolas isoladas rurais de regiões distantes e pouco desenvolvidas. Assim, uma nova expansão se tornara necessária. Para sanar a falta de professores, diminuir o analfabetismo ampliando o número de classes e escolas que não funcionavam e acompanhar a expansão do povoamento do estado, a Reforma da Instrução Pública Paulista de 1927, promovida por Amadeu Mendes (Diretor Geral da Instrução Pública de 1927 a 1930), equiparou todas as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais, com exceção da Escola Normal da Capital, com a finalidade de formar professores em

¹⁹ Reforma de 1920 – promovida por Antonio Sampaio Dória; Reforma de 1925 – promovida por Pedro Voss e Reforma de 1927 – promovida por Amadeu Mendes.

número suficiente para a demanda das regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

A possibilidade de equiparação estimulou a criação de Escolas Normais municipais e particulares pelo estado, marcando o início do terceiro momento de expansão da formação de professores no Período Republicano. Com essa Reforma, o número de Escolas Normais Oficiais se manteve em dez e até 1930 foram equiparadas dezenas de Escolas Normais Livres.

1.2.1 Disputas no cenário educacional paulista (1920-1930)

A partir da década de 1920 a educação foi alvo de muitas discussões, visto que houve três reformas nessa década, o Inquérito de 1926, a criação de periódicos e vários espaços para a realização de debates educacionais como a Sociedade de Educação de São Paulo e posteriormente, a Associação Brasileira de Educação (ABE). Contudo, as discussões sobre temas educacionais nem sempre ocorreram de forma amena e amigável entre os membros da Sociedade de Educação de São Paulo²⁰ e outros educadores ligados à Direção Geral da Instrução Pública, sobretudo, no período em que Pedro Voss foi o Diretor Geral (1924-1927).

²⁰ Fundada em 1922, a Sociedade de Educação de São Paulo tinha como membros Fernando de Azevedo, Sampaio Dória, Lourenço Filho, Oscar Freire, Sud Mennucci, Renato Jardim, Amadeu Mendes, entre outros educadores. A Sociedade foi responsável pela publicação da Revista da Sociedade Brasileira de Educação de agosto de 1923 a dezembro de 1924, cujo editor foi Monteiro Lobato. No fim de 1924, a Sociedade encerrou suas atividades, inclusive a publicação da Revista. Contudo, com o apoio de Amadeu Mendes na direção da Diretoria Geral da Instrução Pública, houve a fusão da Revista Escolar e da Revista da Sociedade de Educação, com a denominação de revista Educação (out. 1927 a set. 1930), e as atividades da Sociedade também retornaram. Sobre a Sociedade de Educação e as revistas educacionais, ver Nery (2009).

De acordo com Nery (2009), na década de 1920 algumas instituições se organizaram com o objetivo de legitimar a atuação de seus associados no cenário educacional que estava se estruturando. A Sociedade de Educação de São Paulo é um exemplo dessas instituições e foi fundada com a finalidade de congregar membros do magistério em seus diversos níveis. A Sociedade de Educação também manteve uma revista denominada Revista da Sociedade de Educação, que foi editada entre agosto de 1923 e dezembro de 1924. Essa Revista, além de ter sido o veículo de divulgação das atividades da Sociedade e de seus integrantes, foi espaço de muitos embates travados entre os próprios membros e outros educadores ligados a outras instituições.

Em 1925, houve alguns acontecimentos que marcaram os embates entre os educadores paulistas: a Reforma da Instrução Pública, implantada por Pedro Voss; a criação da Revista Escolar, organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública e a suspensão das atividades da Sociedade de Educação, inclusive a publicação da Revista. Como Pedro Voss não apoiou a Sociedade de Educação, esta suspendeu as atividades e o grupo ligado a Fernando de Azevedo e Lourenço Filho – que considerava Voss um conservador – lançou diversas críticas à Revista Escolar, bem como à nova Diretoria. Por sua vez, os responsáveis pela Revista Escolar, como o redator-chefe professor João Pinto e Silva, reagem com bom humor e faziam críticas a algumas ideias defendidas pelos membros da Sociedade de Educação (NERY, 2009).

Desse modo, o jornal O Estado de São Paulo também se tornou veículo das disputas entre os educadores paulistas, uma vez que a Revista da Sociedade de Educação estava suspensa desde 1925. Em 1926, o jornal promoveu um inquérito²¹ sobre a situação da instrução pública em São

²¹ Segundo Nery (2009), a ideia de realizar a enquete partiu de Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal O Estado de São Paulo. O Inquérito foi publicado em forma de livro, em 1937, com o

Paulo, coordenado por Fernando de Azevedo, que teria por base criticar a Reforma de 1925. Então, os participantes, ao responderem ao inquérito, colocavam-se descontentes e contrários às orientações e modificações empreendidas na instrução. Os participantes²² do inquérito eram educadores que, de certa forma, estavam ligados a Fernando de Azevedo²³ e isso pode justificar a oposição à Reforma de 1925 (NERY, 2009).

As críticas, presentes no Inquérito de 1926, em relação ao Ensino Normal, basicamente eram sobre seu caráter propedêutico e falta de formação profissional voltada à prática docente. Em sua resposta ao Inquérito, José Escobar reforça que a Escola Normal “é uma escola híbrida. Ora, não se compreende mais uma Escola Normal em que a parte profissional seja parasitada pelo curso preparatório, molesto e anemiantes” (AZEVEDO, 1937, p. 82).

Sobre o Ensino Normal, é importante pontuar que no geral Fernando de Azevedo e os participantes do Inquérito de 1926 consideravam desnecessária a expansão das Escolas Normais por já existirem em número excessivo. No entanto, apontam a necessidade de Escolas Normais rurais para atender as particularidades dessa população do campo. Para Azevedo (1937, p. 40), de “escolas normais rurais, para atenderem à necessidade da formação do professorado rural, não cogitam os legisladores, a cuja aprovação não subiu ainda projeto que atacasse em cheio o problema das normais”. Almeida Junior, um dos participantes do Inquérito, pontua que a “coisa realmente útil, em matéria de escolas normais, é a supressão de pelo menos metade delas” (p. 57). Com isso, é

título O Ensino em São Paulo: problemas e discussões, e depois A educação na encruzilhada, em 1960.

²² Os participantes foram: Lourenço Filho, Sud Mennucci, José Escobar, Renato Jardim, Almeida Junior e Francisco Azzi. Todos ex-membros da Sociedade de Educação.

²³ Para Nery (2009), Fernando de Azevedo direciona as críticas à Reforma de 1925, mesmo sem citar o nome de Pedro Voss, por meio das questões que elaborou e dos participantes que foram escolhidos por ele para responder ao Inquérito. Contudo, essa discussão não pretende ser estendida.

possível questionar os motivos que levaram Amadeu Mendes a equiparar as Escolas Normais livres impulsionando a criação de novas instituições.

Embora alguns intelectuais considerassem que as Escolas Normais eram em número mais que suficiente, os Relatórios dos Delegados de Ensino indicam muitos problemas relacionados com o grande número de pedidos de remoção e a falta de professores nas escolas isoladas e rurais. Também é preciso considerar que muitos dos professores formados nas dez Escolas Normais Oficiais não atuaram em salas de aula e os que assumiam escolas localizadas em regiões de difícil acesso pediam remoção para outras áreas mais populosas assim que fosse possível.

Outro conflito que ilustra o cenário educacional paulista, anos depois da Reforma de 1927, ocorreu entre a seção paulista e a seção carioca da Associação Brasileira de Educação²⁴. Nery (2009) relata que a Sociedade de Educação recebeu um convite para se filiar à ABE em 1928. Então, a Sociedade tornou-se um Departamento Estadual da ABE. Entretanto, em 1929, os conflitos envolvendo as duas comissões – paulista e carioca – responsáveis pela organização da III Conferência Nacional de Educação, que aconteceu em São Paulo, resultaram na demissão coletiva da direção da Sociedade de Educação, rompendo assim com a ABE e também com Amadeu Mendes, que assumiu a organização da III Conferência²⁵, deixando de fora os membros da Sociedade de Educação.

Vale lembrar que havia interesse, por parte dos governantes paulistas, na realização da Conferência, sobretudo para ressaltar o pioneirismo do estado no desenvolvimento da instrução. Mesmo com esses conflitos entre os educadores e a Diretoria da Geral da Instrução Pública,

²⁴ Fundada em 15 de outubro de 1924, no Rio de Janeiro, tinha o objetivo de promover discussões sobre a educação no país e reuniu intelectuais ligados à educação.

²⁵ Sobre os conflitos envolvendo a ABE e a Sociedade de Educação, ver Carvalho (1986).

Amadeu Mendes foi bem visto pelo grupo de intelectuais ligados a Fernando de Azevedo.

2.

A Reforma da Instrução Pública de 1927: Reforma Amadeu Mendes

2.1 Amadeu Mendes na Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista (1927-1930)

Imagem 2: Amadeu Mendes s/d



Fonte: Rodrigues (1930a).

Em maio de 1927, Júlio Prestes tomou posse como presidente do estado e nomeou Fabio de Sá Barreto como Secretário do Interior e Amadeu Mendes para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública. Tal escolha foi uma surpresa, segundo os estudos de Nery (2009) sobre as correspondências trocadas entre Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, pois havia boatos sobre a indicação de Guilherme Kuhlmann e Sud Mennucci para ocupar o cargo de Diretor Geral. É intrigante o fato de a biografia de Amadeu Mendes não constar na Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal, publicada em 1946. Uma das hipóteses é o fato dele não ter passagem pela Escola Normal da Capital ou de qualquer outra, enquanto professor.

O Diretor Geral Amadeu Mendes formou-se na Escola Complementar de Itapetininga, em 1899, e foi considerado um conciliador por Lourenço Filho em carta a Fernando de Azevedo, e pela imprensa paulista. Segundo Nery (2009), ele era emergente do magistério público paulista e foi, por muitos anos, diretor do Ginásio de Campinas. Durante sua administração, uma de suas preocupações foi manter canais de comunicação e divulgação das atividades da Diretoria Geral da Instrução Pública. Desse modo, a Revista Escolar foi reestruturada e passou a denominar-se Educação²⁶, e os Anuários de Ensino não foram publicados em sua gestão, dando lugar aos Relatórios. Na carta a Fernando de Azevedo, Lourenço Filho expõe sua opinião sobre Mendes, dizendo:

Como já havíamos considerado aqui, sinceramente sempre tive do sr. Amadeu Mendes a melhor impressão pessoal possível. Achei a escolha felicíssima, por todos os motivos, mas, especialmente porque há nele um espírito conciliador, incapaz de represálias ou coisas parecidas,

²⁶ Sobre a Revista Escolar e Educação, ver: Ney (2009).

sempre desagradáveis e contraproducentes (LOURENÇO FILHO²⁷, 1927, apud NERY, 2009, p. 104).

A escolha por Amadeu Mendes agradou a Lourenço Filho e um artigo escrito pelo professor Gustavo de Moraes ao *Correio Paulistano*²⁸ também elogia a escolha e ressalta que Mendes era dotado de qualidades morais, intelectuais e sociais.

Amadeu Mendes foi membro da Sociedade de Educação de São Paulo em sua segunda fase (1927-1931), juntamente com Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Sampaio Dória, A. Almeida Júnior, Sud Mennucci, Renato Jardim, entre outros nomes importantes ligados ao cenário educacional paulista da época. A volta das atividades da Sociedade também pode ter sido influenciada pelo então Diretor da Instrução Pública, pois como mencionei anteriormente, Pedro Voss, Diretor anterior a Mendes, não se associou nem apoiou a Sociedade. Nery (2009) considera que a Sociedade de Educação e sua Revista necessitavam do apoio da Diretoria Geral para firmar suas atividades. Como os membros da Sociedade eram contrários ao posicionamento de Pedro Voss, este, por sua vez, não os apoiou ocasionando a suspensão das atividades.

Mendes também foi um incentivador da fusão da Revista Escolar (1925-1927), publicada pela Diretoria da Instrução Pública com a Revista da Sociedade de Educação (1923-1924). Após a fusão, a Revista passou a ser denominada Educação (out. 1927-set. 1930), sob dupla responsabilidade, o que aproximou ainda mais o Diretor do grupo de Azevedo e Lourenço Filho.

²⁷ Carta a Fernando de Azevedo, 3 ago. 1927.

²⁸ MORAES, Gustavo. Amadeu Mendes. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jul. 1927, p. 4.

É possível observar que durante sua gestão na Diretoria Geral da Instrução Pública, Mendes esteve preocupado em expandir a escola primária com o intuito de diminuir o analfabetismo no estado. Contudo, para ampliar o Ensino Primário era necessário ampliar também o Ensino Normal para formar professores em número suficiente, haja vista a quantidade de professores leigos e de escolas isoladas não providas pelo estado. Em 1930, Mendes enviou aos inspetores distritais a Circular nº. 26, pedindo-lhes que enviassem relatórios minuciosos sobre a região abrangida. Tal estudo tinha a finalidade de promover uma reforma nos programas das escolas primárias, mas isso não foi possível, pois a administração de Mendes terminou em outubro de 1930, com a Revolução, e todos os cargos de confiança foram substituídos (NERY, 2009).

Desse modo, pelo estudo sobre a atuação de Amadeu Mendes na Diretoria Geral da Instrução Pública Paulista, há fortes indícios de que ele foi apoiado pelo grupo que girava em torno de Fernando de Azevedo e Lourenço Filho, todavia, isso não se deu em todos os momentos de sua passagem pela Diretoria, como no conflito entre a seção carioca e a paulista da ABE.

2.2 A Reforma de 1927: o terceiro momento de expansão da formação de professores em São Paulo

Na tentativa de ampliar a escola primária a um número maior de crianças em idade escolar, com a alegação de que a Escola Normal da Capital e as outras nove Escolas Normais não formavam professores em número suficiente para atender à demanda, a Reforma de 1927, Lei nº. 2.269, de 31 de dezembro de 1927, implantada por Amadeu Mendes,

propôs medidas que expandissem a Escola Normal para as demais cidades do estado, formando professores para regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Dentre essas medidas, as principais foram a redução do Ensino Normal de cinco para três anos (art. 1º.) e a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais oficiais (art. 19). Contudo, essas alterações não atingiram a Escola Normal da Capital, que manteve a mesma organização de cinco anos. Os professores formados nessa instituição gozavam de algumas regalias como: preferência para os cargos de diretores das Escolas Normais primárias, profissionais e secundárias, professores de escolas complementares e normais e inspetores de ensino. Com as mudanças, as cadeiras e as aulas das demais Escolas Normais Oficiais e Livres se organizaram conforme o Quadro abaixo.

Quadro 3: Cadeiras e aulas das Escolas Normais de 3 anos (Reforma de 1927)

Cadeiras e Aulas	Aulas no 1º. ano	Aulas no 2º. ano	Aulas no 3º. ano
1- Português e Caligrafia	4	3	2
2- Francês	3	3	-
3- Geografia Geral e Geografia do Brasil	3 -	- 3	- -
4- História da Civilização e História do Brasil e Educação Cívica	- -	3 -	- 3
5- Aritmética, Álgebra e Geometria	4 -	- 2	- -
6- Física e Química	- -	3 -	- 3
7- História Natural e Higiene		4	2
8- Psicologia, Pedagogia e Didática		3	10
9- Desenho	4	3	-
10- Música (Orfeão)	4	3	-
11- Ginástica (seção masculina/seção feminina)	3	3	-
12- Trabalhos Manuais (seção masculina/seção feminina)	3	-	-

Fonte: Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normais Livres (1929), publicadas pela Diretoria Geral da Instrução.

Com a Reforma, o corpo docente das Escolas Normais Oficiais e Livres, com exceção da Escola Normal da Capital, foi composto por um lente²⁹ de Português e Calígrafia; um lente de Francês; um lente de Geografia; um lente de História da Civilização, do Brasil e Educação Cívica; um lente de Matemática; um lente de Física e Química; um lente de História Natural e Higiene; um lente de Psicologia e Pedagogia; um professor de Didática; um Professor de Música; um professor de Desenho; um professor de Ginástica para cada seção; um professor de Trabalhos Manuais e um preparador de Física e Química e auxiliar das aulas de História Natural.

A Reforma de 1927 foi considerada uma medida de emergência para expandir as Escolas Normais para o interior e o litoral e formar professores de maneira mais rápida com a redução para três anos de curso. Ao analisar os dados sobre o Ensino Normal após a Reforma de 1927, observo que realmente houve uma significativa expansão dessas instituições pelo interior, o que não havia ocorrido com a mesma proporção em reformas anteriores. De acordo com Tanuri (1979, p. 180):

O fundamento da reforma de 1927 calcava-se na alegação de que não havia professores diplomados em número suficiente para preenchimento das vagas nas escolas rurais e que urgia reorganizar o ensino de modo a satisfazer as necessidades imperiosas do Estado referente à escolarização primária. Era novamente a tentativa de resolver o problema do analfabetismo, que mais uma vez voltava a ser questionado na década de vinte, como se apenas as modificações nos padrões de ensino e nas estruturas escolares fossem suficientes para dar ao problema o devido equacionamento e solução a fim de que se estendesse a escolarização a todos os habitantes das zonas rurais e

²⁹ O termo lente significava na época que o professor era o titular da cadeira ou disciplina.

urbanas. Colocava-se na formação rápida de um professorado numeroso, o cerne do problema do analfabetismo na zona rural.

Foi a partir dessa ideia de formação rápida que o Congresso aprovou a Reforma de 1927 atingindo, principalmente, a formação de professores com a redução da duração do Curso Normal e a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais. Abreviar a formação dos professores para atender um número maior de escolas primárias foi interpretado por Tanuri como fator de natureza estrutural. Como a Reforma foi realizada em caráter emergencial, a abreviação pode acarretar, de fato, tal interpretação. No entanto, é preciso levar em consideração que houve a preocupação, por parte do legislador, em produzir, ainda que não da maneira desejável, uma escola primária de qualidade. Tal suposição sustenta-se pelo fato de a Reforma ter se preocupado com o provimento das escolas primárias com professores normalistas. Para Mendes, enfrentar o problema do analfabetismo não passava apenas pela criação de mais escolas primárias, mas também em provê-las com professores preparados.

Em décadas anteriores, a Lei nº. 88, de 8 de setembro de 1892 e o Decreto nº. 144-B, de 30 de dezembro de 1892, já haviam regulamentado o exercício da iniciativa particular no setor do ensino. Porém, no âmbito do Ensino Normal houve dificuldades para sua concretização, pois nesse momento o estado de São Paulo reconhecia apenas os títulos de estabelecimentos oficiais, constituídos pela Escola Normal da Capital e pelas escolas complementares. Desse modo, os egressos das Escolas Normais Livres apenas podiam exercer o magistério em escolas privadas ou municipais ou concorrer às cadeiras provisórias como professores leigos. O primeiro projeto que pretendia equiparar as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais é datado no ano de 1900 na Câmara dos

Deputados do Estado de São Paulo, mas não foi concluído (TANURI, 1973).

Segundo Tanuri (1973), havia no estado de São Paulo a Escola Normal Livre Liceu Feminino, de Santos; a Escola Normal Livre de Jacareí, fundada em 1902; uma em Itu (sem data), que foi extinta logo após sua criação; um Colégio Normal em Santa Rita; um Externato Normal em Itapetininga e outro em São Paulo. Assim, considero que a Reforma de 1927 também contribuiu para atender às reivindicações quanto ao reconhecimento dos diplomas dessas Escolas Normais Livres já existentes. Também considero que a Reforma foi uma tentativa de forçar os municípios a criarem suas Escolas Normais, pois o estado alegava que não tinha condições para isso. Então, como os municípios solicitavam professores para lecionar nas escolas vagas, o estado pressionou-os para criarem suas próprias escolas de formação de professores.

De acordo com Tanuri (1973), a Associação Feminina Beneficente e Instrutiva de Santos tinha solicitado à Câmara dos Deputados a equiparação do Liceu Feminino Santista à Escola Normal da Capital em 1905. Embora a equiparação tenha sido negada, o Liceu continuou formando professoras que eram aceitas apenas em instituições de ensino municipal e privadas. Outras equiparações também foram solicitadas à Câmara dos Deputados, como a do Ginásio São Joaquim, de Lorena, em 1911, e a do Colégio Feminino de Jaboticabal, em 1915, mantido pela Congregação Belga de Santo André (mantenedora de Escolas Normais na Europa).

As Escolas Normais particulares e municipais eram denominadas livres, mas, eram submetidas à fiscalização do governo por meio de inspetores escolares nomeados para cada uma delas. Segundo a Reforma de 1927, as Escolas Normais deveriam atender às seguintes condições para que fosse concedida a equiparação:

- a) terem sido fundadas taes escolas e serem mantidas por nacionaes, com corpo docente tambem de nacionaes;
- b) serem seus cursos e programmas organizados de accordo com o regimem adoptado nas Escolas normaes officiaes;
- c) possuírem um patrimonio minimo de duzentos contos de reis;
- d) serem situadas em municipios, que não possuam Escola Normal official;
- e) ser o seu lente de pedagogia e didactica de nomeação do Governo, com vencimentos identicos aos dos lentes das Escolas Normaes officiaes (SÃO PAULO, 1927).

Essas exigências para a equiparação mostram certa preocupação do governo em relação às novas Escolas Normais Livres que se estabeleceriam no estado, pois além dessas exigências, não era possível equiparar duas escolas em regime de internato ou externato no mesmo município (SÃO PAULO, 1927).

Como justificativa à equiparação, o Diretor Geral da Instrução Pública Amadeu Mendes, no Relatório (1927-1928) apresentado ao Secretário do Interior Fabio de Sá Barreto, em 1929, argumenta que “são em bom número os que não seguem o magistério público, preferindo o magistério particular e outras fôrmas de actividade” (MENDES, 1929, p. 54). Ainda de acordo com Mendes (1929, p. 57):

Para satisfazer, ou melhor, para procurar satisfazer ás necessidades reclamadas e sentidas pela população escolar de innumeras zonas do Estado, o Governo appellou para a boa vontade daquelles que quizessem cooperar nesse serviço altamente patriótico, tendo nomeado já ‘mil duzentos e dezesete professores não formados’. Este numero fala eloquentemente da diffuculdade em que se vem os dirigentes do

Ensino, no que respeita á escolha de professores. Semelhante contingencia suggeriu essa medida hoje transformada em facto: ‘a criação das Escolas Normaes Livres’.

Nesse sentido, a Escola Normal Livre foi uma tentativa de solucionar a falta de professores e atender às reivindicações pela criação de novas escolas, tanto primárias como secundárias. Segundo Oriani e Nery (2014, p. 1757) “era frequente a iniciativa popular no sentido de solicitar às autoridades educacionais a instalação de escolas em determinados núcleos habitacionais, especialmente os rurais”.

Ainda em relação às Normais Livres, Mendes argumenta que:

As 10 escolas normais officiaes, diplomando uma média de 345 alumnos por anno, eram insufficientes para attender ás necessidades do ensino, pois para cumprir o encargo constitucional de fornecer instruccção gratuita ás 150.000 crianças em idade escolar e sem matricula nas zonas ruraes do Estado, devendo cada classe ter, em média 30 alumnos, seriam necessários 5.000 professores, número esse que as escolas officiaes só num prazo minimo de 6 anos poderiam dar.

O alvitre adoptado para supprir tal deficiencia foi a instituição do regime das escolas normais livres, que funcionando sob a immediata fiscalização desta Diretoria, vem solucionar um dos nossos problemas mais sérios, o da diffusão do ensino alphabetizante, facilitando o provimento de escolas, máxime na zona rural, onde, já em 1926, existem 2.156 escolas criadas, que se acham vagas por falta de professores diplomados.

Cercados de todas as garantias de uma severa fiscalização e sujeitos a rigorosas disposições regulamentares, esses estabelecimentos funcionaram, no anno findo, aparelhados para a realização de seus fins – formar professores habilitados para prover, num futuro próximo, o

maior numero possível de escolas ruraes e urbanas (MENDES, 1929, p. 46).

A justificativa de Mendes foi de que as dez Escolas Normais Oficiais demorariam seis anos para formar os cinco mil professores para atender à demanda, pois segundo o Diretor, 2.156 escolas rurais foram criadas em 1926 e muitas delas estavam vagas por falta de professores. Em outro momento do Relatório, ele justifica a criação das Normais Livres, citando uma fala do Presidente do estado Júlio Prestes sobre os custos pagos pelo governo para manter as Normais Oficiais e a economia que as instituições livres trariam para os cofres públicos:

As 10 escolas normais mantidas pelo Estado custavam anualmente 5.500:000\$000, o que demonstra que as escolas normaes livres, que devem produzir o mesmo resultado das escolas normaes officiaes, representam para o Estado, sem levar em conta as despesas de installação, uma economia de 14.3000:000\$000, que poderão ser applicados na disseminação do ensino primário (MENDES, 1929, p. 58).

Assim, as Escolas Normais Livres formariam os professores de que o estado necessitava de forma econômica e rápida. A economia que o governo teria na formação de professores poderia ser aplicada na ampliação do Ensino Primário.

Para organizar o Ensino Normal em São Paulo, a Reforma de 1927 determinou que mais de uma Escola Normal Livre poderia ser equiparada no mesmo município, desde que houvesse uma em regime de internato e a outra de externato. Há então, uma deliberação para a expansão, porém, com certo controle por parte do estado. Tal controle parece coibir a

concentração de várias Escolas Normais Livres em uma mesma cidade. Elas também deveriam depositar, a cada seis meses, na Coletoria Estadual, o valor correspondente aos vencimentos anuais do Inspetor Fiscal e do professor de Pedagogia e Didática. E ainda, o professor diplomado nessas instituições poderia lecionar em uma escola urbana apenas depois de passar 200 dias letivos em exercício em escolas rurais e só poderia ser professor de Grupos Escolares depois de mais 200 dias letivos em escolas urbanas ou 400 dias em escolas rurais. Contudo, isso não era uma exigência para os diplomados pelas Normais Oficiais. Tal norma significava uma maneira de aumentar o rigor e o controle dos diplomados pelas Normais Livres para realmente atender as escolas desprovidas.

Durante a gestão de *Amadeu Mendes* ainda se admitiam professores leigos sob certas condições. Os artigos 39 e 40 permitem a nomeação de professores leigos, mediante exame de admissão, nas escolas rurais³⁰, isoladas³¹, reunidas³² e escolas urbanas que se encontravam sem professor diplomado por mais de trinta dias. De acordo com o Diretor Geral, os dados estatísticos “comprovam significativamente a cooperação, necessária por enquanto, do professor leigo na difusão do ensino primário” (MENDES, 1929, p. 62). A solução para a falta de professores em determinadas regiões foi a equiparação, estimulando a procura pelas Escolas Normais no interior pelo reconhecimento do diploma.

³⁰ Escolas localizadas nas zonas rurais. Suas características são parecidas com as das Escolas Isoladas.

³¹ Segundo Oriani (2013, p. 1), as principais características das escolas isoladas eram: localização em regiões de difícil acesso – fazendas ou bairros afastados dos centros urbanos; mobilidade da escola, que se justificava pela busca de alunos; a presença de um único professor responsável por todas as atividades escolares, que incluía locação do prédio/casa para o funcionamento da escola, localização dos alunos e manutenção diária da escola como abertura, fechamento e limpeza.

³² Segundo Souza (2008, p. 144), as escolas reunidas eram um tipo de escola provisória e foram instaladas para atender à demanda popular em bairros e vilas onde se verificava a impossibilidade de criar um grupo escolar.

Vale ressaltar que a Reforma de 1927 também pode ter sido uma tentativa de diminuir as escolas estrangeiras criadas no período, pois com mais professores formados, mais classes e mais escolas primárias públicas poderiam ser criadas para integrar os imigrantes e seus filhos. Bittencourt (1990) alude que, em 1917, havia 192 escolas estrangeiras e em 1939, esse número cresceu para 310. Muitas dessas escolas eram particulares, mantidas por ajuda do governo paulista³³ ou por entidades estrangeiras, mas nem sempre eram pagas e a clientela variava desde filhos de operários até de grandes proprietários agrícolas. Em relação aos ideais nacionalistas e as escolas estrangeiras, Mendes (1929, p. 44) ressalta que:

Os inspetores devem realizar, nas localidades em que houver escolas estrangeiras, palestras dedicadas aos paes de alumnos, tomando por thema a nacionalização do ensino. Mostrarão a conveniência de se educarem em ambiente nacional as crianças aqui nascidas, embora filhas de estrangeiros. Radicados definitivamente pelos seus interesses, à terra que os acolheu, os estrangeiros só terão vantagem em fazer integralmente brasileiros, pela educação do lar e na escola de seus filhos aqui nascidos. Aos deveres que estes terão como cidadãos brasileiros, correspondem, também, direitos inestimáveis que lhes são outorgados pela nossa Constituição, uma das mais liberaes do mundo. Essa educação em ambiente nacional não impedirá que as crianças consagrem à pátria de seus paes louvável sentimento de respeito, sem quebra de amor que devem se dedicar à terra de seu nascimento.

Assim, o Diretor demonstrou preocupação com as escolas estrangeiras e retomou questões levantadas por Sampaio Dória, na Reforma de 1920. Em um dos itens de seu Relatório, intitulado Ensino

³³ Nos Anuários do Ensino publicados entre 1907 e 1925 constam as listagens de escolas privadas apoiadas pelo poder público estadual e os valores destinados a cada uma delas.

Particular, Mendes cita a Lei nº. 1.750, de 8 de dezembro de 1920, e ressalva que os trabalhos de inspeção escolar nas escolas particulares, sobretudo nas dirigidas por estrangeiros, foram guiados pelas medidas da Reforma de 1920: respeitar feriados nacionais, ensino de Português, História e Geografia do Brasil e todo ensino deveria ser ministrado em português (MENDES, 1929).

A Reforma de 1927 também atende às reivindicações dos municípios do interior por instituições de ensino secundário. Com a implantação da Reforma, essas reivindicações foram, de certa forma, atendidas com a possibilidade de equiparação das Escolas Normais Livres, como pude observar nos jornais. Algumas pesquisas evidenciam essa questão, como o trabalho de Sandano (2009) sobre a Escola Normal Livre de Sorocaba, e o trabalho de Barbosa (2001) ao se referir à Escola Normal Anhaia Mello, na cidade de Assis.

Sobre os pedidos de uma Escola Normal em Sorocaba, Sandano (2009) cita uma notícia, publicada em 26 de janeiro de 1911, no jornal Cidade de Sorocaba, que diz:

Nos primeiros dias do próximo mês de fevereiro deve ficar concluída a organização das Escolas Normais de São Paulo e Itapetininga, sendo então publicados os respectivos regulamentos.

Em quantas outras localidades vão recebendo esses benefícios, é justo Sorocaba, por seu representante belíssimo Dr. Campos Vergueiro, só peça para si a criação de distritos de paz para fins politíqueiros? (SANDANO, 2009, p. 82).³⁴

³⁴ O texto de Sandano não apresenta a referência completa deste artigo, apenas informa que é do jornal Cidade de Sorocaba, de 26 de janeiro de 1911.

Contudo, a criação da Escola Normal em Sorocaba aconteceu somente com a Reforma de 1927, por iniciativa do município, em 1929. Sandano (2009) argumenta que algumas famílias, com a criação da instituição, mudavam de Sorocaba para estudar os filhos. Dessa forma, a Escola Normal Livre contribuiu com o desenvolvimento da cidade e atraiu jovens em busca de estudos.

Sobre a criação da Escola Normal Anhaia Mello, em Assis, Barbosa (2001) diz que essa ideia surgiu a partir de uma conversa entre o Bispo Dom Antônio José dos Santos e o Governador do Estado de São Paulo Adhemar de Barros, que mencionou que o estado tinha a intenção de fechar algumas Escolas Normais por falta de alunos. Então, o Bispo e uma comissão formada pelo prefeito e outras autoridades foram pedir ao governador que transferisse uma dessas Escolas Normais para Assis.

Pelo estudo apresentado, é importante ressaltar que a Escola Normal, tanto Livre como Oficial, representava progresso e uma oportunidade de estudos para diversos jovens alunos oriundos de famílias pobres que procuravam uma promoção social³⁵ e alunos de famílias abastadas da localidade. Os dados apontados no Capítulo 3 mostram que as Escolas Normais Livres, embora recebessem alunos carentes, a maioria dos alunos pertencia às famílias que tinham condições de pagar pelos estudos. Assim, é possível dizer que a Reforma de 1927 trouxe mudanças significativas para a educação paulista. O processo de expansão da instrução impulsionado pela Reforma de 1927 é continuidade de um movimento contra o analfabetismo iniciado nos primeiros anos da República em todo o país.

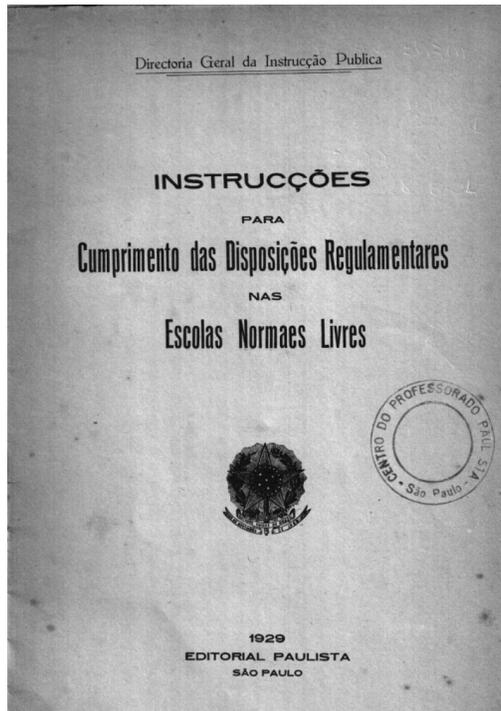
³⁵ Segundo Monarcha (1999), com a reabertura da Escola Normal da São Paulo (1875), ela atraiu cada vez mais alunos, a maioria de origem pobre, que procuravam uma promoção social. Mas com a expansão do Ensino Normal para o interior, os alunos eram de ambas as classes sociais.

2.3 A Reforma de 1927 e os impressos

Para auxiliar na organização das Escolas Normais Livres, a Diretoria Geral da Instrução Pública publicou alguns documentos como “Instrucções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normas Livres” (1929), que serviam de base para normatizar o funcionamento dessas escolas. A publicação é composta de 20 itens: Matérias de ensino, pessoal docente e aulas; Organização e execução do programa de ensino; Deveres dos professores; Falta dos professores; Ano letivo, regime de aulas e horário; Exame de admissão; Matrícula; Organização das classes; Notas de aplicação; Exames semestrais; Promoção dos alunos; Exames de segunda época; Transferências; Deveres dos alunos; Falta e eliminação dos alunos; Faltas disciplinares e penalidades; Escrituração escolar; Deveres do inspetor fiscal; Relação do diretor das escolas com a Direção Geral; Posse do Inspetor Fiscal e do professor de pedagogia e Vencimentos do inspetor fiscal. Tais itens esclarecem e complementam as orientações da Lei nº. 2.269 sobre a organização da Escola Normal Livre em diversos aspectos.

É importante destacar que, nesse terceiro momento de expansão do Ensino Normal, o papel do Inspetor Fiscal ganha destaque e importância, pois sua função era orientar e fiscalizar o cumprimento das condições impostas à equiparação. Ele remetia os programas de ensino de cada cadeira elaborados pelos professores à Diretoria Geral, fiscalizava se as determinações eram cumpridas. A publicação ainda recomendava que o Inspetor assistisse às aulas de diversas matérias e observasse se os conteúdos estavam sendo ministrados de acordo com os programas da Diretoria Geral, além de transmitir as devidas orientações (SÃO PAULO, 1929a).

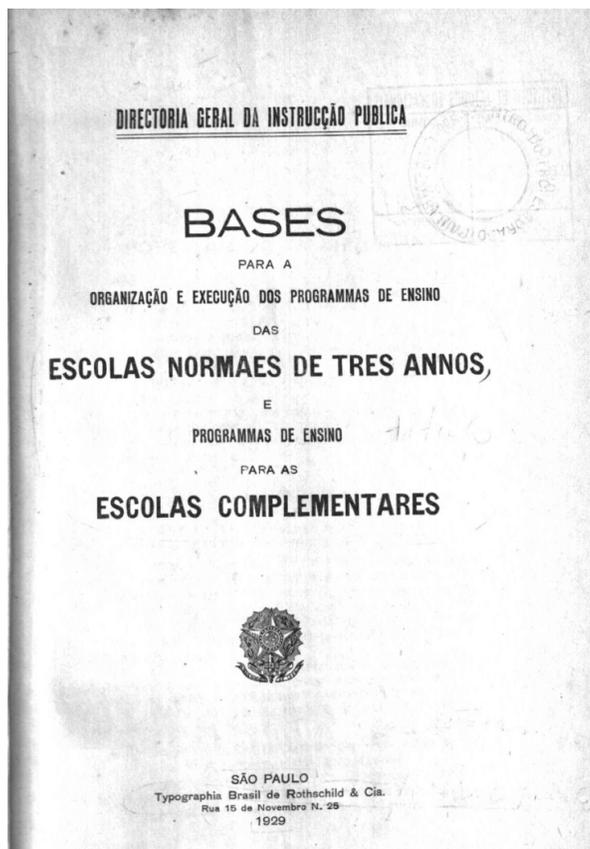
Imagem 3: Capa do documento “Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normaes Livres” (1929)



Fonte: Arquivo do Centro do Professorado Paulista (SÃO PAULO, 1929a).

Devido à redução do Curso Normal de cinco para três anos, o programa de ensino foi reorganizado pela Diretoria Geral. Com o propósito de garantir a padronização dos saberes ensinados pelas Escolas Normais paulistas, a Diretoria Geral também publicou o impresso intitulado “Bases para a Organização e Execução dos Programas de Ensino das Escolas Normaes Livres” (1929) para orientar os docentes dessas instituições.

Imagem 4: Capa do documento “Bases para Organização e Execução dos Programas das Escolas Normaes de três anos” (1929)



Fonte: Arquivo do Centro do Professorado Paulista (SÃO PAULO, 1929b).

Na apresentação do documento, Amadeu Mendes relata que tais bases deveriam servir provisoriamente à organização dos programas de ensino das Escolas Normais de três anos, pois as bases definitivas seriam organizadas e lançadas somente quando a Diretoria Geral recebesse as sugestões dos catedráticos das disciplinas e de todos os que se interessassem pelo assunto.

Dentre as bases, destaco a de Didática, sugerindo que “lições modelo” (de vários tipos) fossem aplicadas pelo professor catedrático para os normalistas, que em seguida as aplicariam em classes do ensino primário, e ao final, deveria haver críticas das aulas pelos normalistas, discutindo o conteúdo, o método didático e a atitude (postura) dos normalistas durante a aula prática. Assim, é possível dizer que observação de modelos fazia parte da formação dos professores, segundo o propósito da Reforma.

O documento ressalta que, sempre que possível, era importante fazer com que os normalistas observassem nas aulas práticas:

- a) organização das classes, modos de conduzir os alunos;
- b) sala de aula – dimensões, iluminação e arejamento; disposição das carteiras e collocação do quadro negro; entrada dos alunos e distribuição de accordo com a acuidade visual e auditiva; modo de assentar, de manter o busto, de segurar o livro e a caneta; retiradas temporarias e sahida para o recreio; cuidado com o corpo, com o lanche, com as mãos e as vestes; disciplina dos alumnos e modo de conseguil-a, distribuição de trabalhos pelas secções da classe, organização dos horários (SÃO PAULO, 1929b, p. 27).

Esses conhecimentos eram necessários, pois nas escolas isoladas e rurais eram os próprios professores os responsáveis pela escrituração, matrícula dos alunos, organização da classe e da escola, incluindo os cuidados com limpeza e preparo da merenda. Pela precariedade, os professores encontravam dificuldades para se fixarem em escolas desse tipo e buscavam logo a remoção para um Grupo Escolar³⁶. Para Bittencourt

³⁶ “A escola graduada fundamentava-se essencialmente na classificação dos alunos pelo nível de conhecimento em agrupamentos supostamente homogêneos, implicando a constituição das classes.

(1990, p. 106): “A precariedade das escolas isoladas rurais não era evidentemente menor, acrescentando-se ainda que eram bastante insuficientes para atender ao número de alunos que viviam na região”.

Outro documento importante que complementa o documento anterior foi “Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didáctica nas Escolas Normaes Livres” (1930), publicado também na revista Educação (fascículo 29, n. 2, ano 3, 1930), que dá orientações aos lentes de Didáctica de como deveria ser ministrado o programa de ensino dessa disciplina. Além das atividades extraclasse, as aulas deveriam ser organizadas da seguinte maneira: a) uma aula semanal de teoria; b) quatro aulas semanais de prática de ensino; c) uma aula semanal de direção de classe. As aulas teóricas seriam destinadas a:

[...] deducção e commentarios dos principios geraes do ensino, á exposição e critica aos methodos geraes, a formulação de planos de lição de varias disciplinas para applicação dos principios estabelecidos e a exposição e critica do methodo especial de cada disciplina do curso primário (SÃO PAULO, 1930, p. 5-6).

Após o conhecimento teórico de um determinado conteúdo (lição), os alunos partiriam para a realização das aulas práticas que consistia basicamente na observação de aulas-modelo realizadas pelo lente da disciplina em uma classe do Ensino Primário. Dias depois, os alunos

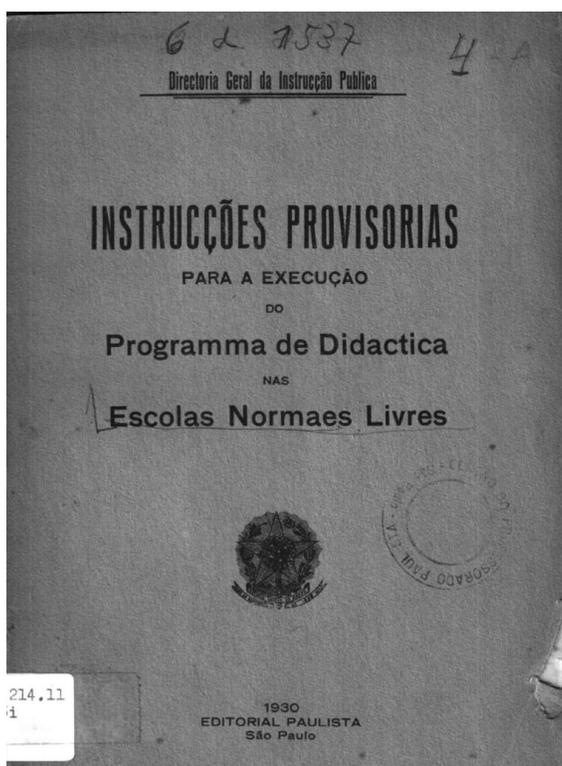
Pressupunha, também, a adoção do ensino simultâneo, a racionalização curricular, controle e distribuição ordenada dos conteúdos e do tempo (gradação dos programas e estabelecimento de horários), a introdução de um sistema de avaliação, a divisão do trabalho docente e um edifício escolar compreendendo várias salas de aula e vários professores. O modelo colocava em correspondência a distribuição do espaço com os elementos da racionalização pedagógica – em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor” (SOUZA, 2004, p. 114).

deveriam repetir a lição dada na mesma série com o acompanhamento do lente de Didática.

Como as outras publicações da Diretoria Geral, esse impresso também orienta sobre as aulas de direção de classe, destinadas à observação e prática de tudo o que dizia respeito à administração de classe, horários, disciplina dos alunos, escrituração escolar, higiene, entre outros. Para essas aulas, os normalistas seriam distribuídos em classes do Ensino Primário, onde auxiliariam o professor na organização e execução desses pontos. Como mencionado anteriormente, esses conhecimentos eram necessários para o trabalho nas escolas isoladas e rurais onde os normalistas iniciariam sua carreira segundo as determinações da Reforma.

Como a Reforma de 1927 não trouxe determinação quanto à escola-modelo das Escolas Normais Livres, o estabelecimento onde se realizaria a prática de ensino era escolhido pela Diretoria Geral dentre os grupos escolares que existissem na cidade. A Diretoria recomendava que a prática de ensino seria “feita no grupo escolar da localidade, no período do dia lectivo que não coincida com o do funcionamento da escola normal” (SÃO PAULO, 1930, p. 8).

Imagem 5: Capa do documento “Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didática nas Escolas Normaes Livres”.



Fonte: Arquivo do Centro do Professorado Paulista (SÃO PAULO, 1930).

A revista Educação, como órgão da Diretoria Geral da Instrução Pública, foi importante na divulgação da Reforma de 1927 e publicou alguns artigos e circulares que contribuíram para compreender as medidas implantadas e a situação do Ensino Normal e Primário nesse período situado no fim da Primeira República.

No artigo intitulado “Histórico da Instrução Pública Paulista”, José Escobar (1933, p. 182) destaque que:

Na presidência do Dr. Julio Prestes cuidou-se principalmente da difusão das escolas para atender ao vertiginoso crescimento de São Paulo, e para isso foram criadas e instaladas mais de mil escolas; reduziu-se o curso normal de 5 para 3 anos (exceto no da Praça da República) para fornecer professores mais depressa, instituiu-se o regimen das Escolas Normais Livres, que começaram em número de 26, permitiui-se o ensino aos professores leigos que se sujeitassem a concurso.

Assim, segundo Escobar é possível notar que o intuito de expandir o Ensino Normal era garantir também expansão da escola primária.

O artigo intitulado “O Esforço Educativo de São Paulo” (veiculado através da mensagem presidencial de 14 de julho de 1930 – presidente do estado Júlio Prestes) apresenta dados importantes sobre as Escolas Normais Livres. Prestes afirma que (1930, p. 384):

Espalhadas, como se acham, por todo território do Estado, as Escolas Normais Livres tem prestado inestimável serviço não só como estabelecimentos destinados á formação de professores para as zonas ruraes, mas também como centros de cultura nas mais afastadas regiões do interior.

Funcionaram com bons resultados, 41 Escolas Normais Livres, sendo 2 na capital e 39 no interior, com 85 classes e matricula de 3. 048 alunos contra 1. 503 em 1928. Houve 2. 355 aprovações e aos exames de admissão concorreram 1. 426 candidatos, sendo aprovados 1. 181.

Convicto do inestimável serviço que essas escolas irão prestar ao ensino, tem o Governo procurado dotá-las dos meios necessários ao seu regular funcionamento. Assim, no sentido de tornar mais efficiente a sua fiscalização e, principalmente, a orientação do ensino nellas ministrado, criou um corpo de inspectores geraes para esses

estabelecimentos, além da inspeção especializada de música e educação física, confiada a 4 inspectores.

Assim, o presidente parece estar convencido de que a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais foi a melhor solução naquele momento. Devido a questões financeiras, o estado não teria condições de criar novas Escolas Normais Oficiais e, por isso, a iniciativa particular foi convocada a contribuir com o governo nessa tarefa de formar professores. Essa medida realmente aumentou o número de matrículas no Ensino Normal, mas sempre com o controle e a fiscalização do estado.

Outro artigo publicado pela revista Educação foi escrito por Theodoro de Moraes, que no momento era Inspetor Fiscal da Escola Normal Livre Nossa Senhora de Amparo. O artigo intitulado “Escolas Normais Livres”³⁷, publicado em 1928, foi uma exposição de Theodoro de Moraes apresentada durante uma reunião de Amadeu Mendes com os Inspectores Escolares em junho de 1928. Nesse texto, Moraes argumentava que muitas das Escolas Normais Livres eram confessionais católicas, ministravam o ensino religioso e praticavam cultos religiosos, contudo, estavam sob o regime de leis do estado que determinavam que o ensino deveria ser leigo. Moraes defende que deveria haver mais estudos sobre a questão do ensino religioso nas instituições de ensino em geral. Para ele (1928, p. 130), seria mais conveniente que “o regulamento das escolas normais livres deixasse bem claro e resguardasse os dois direitos, – o dos Collegios de ministrarem o ensino religioso; o dos alumnos de se eximirem d'elle, no caso de crença differente”. Assim, Moraes defendia o ensino religioso facultativo sem penalidade aos alunos que optassem por não cursar a disciplina. Era necessário garantir também os direitos dos alunos

³⁷ Esse texto também foi publicado no Relatório (1929) apresentado por Amadeu Mendes.

de se matricularem em qualquer instituição de ensino, independentemente de ser uma instituição confessional.

O jornal *Correio Paulistano*³⁸ publicou anúncios sobre a abertura de inscrições para exame de admissão de algumas Escolas Normais e também publicou diversos agradecimentos de prefeitos municipais ao presidente do estado Júlio Prestes e demais autoridades pela equiparação de Escolas Normais Livres. Um exemplo desses agradecimentos, da cidade de Amparo, diz que causa “grande contentamento na população amparense o acto do governo do Estado equiparando as Escolas Normais officiaes, de 03 annos, a Escola Normal Livre de Amparo, annexa ao Collegio Nossa Senhora do Amparo desta cidade” (NOTAS, 1928, p. 8).

Outro exemplo desses agradecimentos são os telegramas enviados ao Secretário do Interior Fábio Barreto, e que foram reproduzidos pelo jornal. O *Correio Paulistano* publicou que:

O senhor secretario do interior recebeu hontem os seguintes telegramas a respeito da equiparação das Escolas Normais Livres:

Rio Claro – cumpro o grato dever e de agradecer a v. exc., em nome da população e direção política desta cidade, a criação da Escola Normal Livre annexa ao Collegio Purissimo Coração de Maria. Respeitosas saudações. Marcelo Schmidt.

Franca – a diretoria da Escola Normal de Franca agradece a equiparação desta e, reconhecidas aos excellentes serviços prestados à Franca, tem a honra de communicar que, em reunião do corpo administrativo e congregação foi deliberado, dar seu nome á mesma Escola (NOTÍCIAS..., 1928, p. 3).

³⁸ O jornal *Correio Paulistano* foi importante diário do Brasil. Foi o primeiro jornal de São Paulo, o terceiro do Brasil e o único a cobrir a Semana de Arte Moderna. Foi fundado por Joaquim Roberto de Azevedo Marques em 26 de junho de 1854 e circulou até 31 de julho de 1963 (THASSALA, 2007).

O jornal O Estado de São Paulo³⁹ também publicou algumas notícias sobre a Reforma de 1927. Muitas delas são anúncios de inaugurações de escolas, festas escolares, visitas de inspeção escolar, nomeações e inscrição para exame de admissão em Escolas Normais Livres em cidades com Tietê, Amparo, Santos, Ribeirão Preto, São Simão, etc. Em 3 de maio de 1928, o Jornal anunciou a inauguração da Escola Normal Livre de Bauru, na região oeste paulista.

O jornal O Estado de São Paulo noticiou em 30 de novembro de 1930 (p. 4) a dispensa de todos os professores leigos admitidos, como medida de emergência, pela Reforma de 1927. De acordo com a notícia, o “Governo Provisório decidiu hontem a dispensa de todos os professores leigos, que regiam escolas urbanas e ruraes no Estado”. Talvez a dispensa fosse adequada, pois as primeiras turmas de professores das Escolas Normais Livres se formariam no fim de 1930 e muitos desses professores assumiriam as vagas ocupadas pelos professores leigos.

Outro artigo publicado pela revista Educação foi “A Formação Profissional nas Escolas Normaes Livres”, de Onofre Penteadó Júnior. Esse autor faz algumas considerações sobre a formação didática do professor nas Normais Livres, contudo, o artigo foi escrito após a saída de Amadeu Mendes da Diretoria Geral, pois se refere ao Curso Normal de dois anos. Apesar disso, as considerações de Penteadó Júnior contribuem, pois ele chama a atenção para as escolas primárias onde os alunos das Normais Livres faziam suas observações e aplicações. Segundo o autor (1933, p. 60):

³⁹ O jornal O Estado de S. Paulo nasceu com o nome de “A Província de São Paulo” em 4 de janeiro de 1875. Seus fundadores foram um grupo de republicanos, liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia e a escravidão.

A prática diária e a observação pessoal tem-nos feito ver que o ambiente em que os alumnos das normaes livres fazem a iniciação, dando aulas, não é, absolutamente de realidade. As escolas normaes livres possuem cursos de applicação com numero diminuto de alumnos em geral. Esses cursos não são gratuitos, havendo nelles selecção de classe social. Para alli entram crianças de uma classe social mais abastada. Seu nível cultural não é o mesmo que se vê nos grupos escolares ou nas escolas de bairro, onde as crianças são mais pobres e o grau de cultura forçosamente é baixo. Classes pequenas. Não passam de vinte a trinta alumnos. Didactica influenciada pelo contacto cotidiano do assistente e do cathedratico, o que não deixa de dar-lhe um aspecto de renovação. Torna-se o ambiente irreal. Praticando-se ahi o futuro professor, terá uma concepção errônea, criando dentro de si uma felicidade um tanto enganosa.

Penteado Júnior argumenta que as escolas primárias particulares (anexas às Escolas Normais Livres) não são o ambiente real que os futuros professores vão encontrar nas escolas públicas (urbanas e rurais), pois há diferenças na condição social das crianças e também nas condições de trabalho docente. Contudo, documentos analisados anteriormente determinavam que a escola primária onde seria realizada a prática de ensino dos normalistas seria definida pela Diretoria Geral. Sobre a formação prática do professor, o autor (1933, p. 61) aponta que:

A pratica diária do ensino deveria ser feita em situação mais real, nas escolas primarias do Estado, nos grupos escolares. Dar-se-ia, aos normalistas, idea mais exata do que sejam as nossas escolas primarias, sentiriam elles, desde logo, as dificuldades futuras e iriam lastreando seu próprio animo com um fundo de maior coragem, para o desempenho cabal da sua missão. Outras vantagens adviriam, fatalmente, como a de por a escola primaria em contato íntimo com as

escolas formadoras dos seus próprios elementos de trabalho. A escola primária não pode estar divorciada das escolas normaes.

O autor defende que a formação prática do professor deveria ser feita em escolas primárias públicas para que os formandos das Escolas Normais Livres se familiarizassem com a realidade vivida nelas. Dessa forma, há indícios de que após a saída de Mendes da Diretoria Geral da Instrução pública, as exigências sobre a realização das aulas práticas sofreram alterações e foram autorizadas em escolas primárias, anexas às Escolas Normais Livres.

Sendo assim, a Escola Normal era uma instituição importante para o desenvolvimento da instrução primária e essas publicações dão indícios de que havia diversos pedidos da população e de autoridades municipais pelas Escolas Normais, pois disseminadas pelas cidades do interior, elas seriam uma oportunidade de estudos para os jovens.

2.4 Escolas Normais Livres e Oficiais: 1927-1933

Após a Reforma de 1927, em 1928, 26 Escolas Normais Livres – duas na capital e 24 no interior – obtiveram a equiparação e iniciaram seu funcionamento. Essas escolas tiveram 44 classes de 1º. ano com 1.503 alunos matriculados, e as dez Escolas Normais Oficiais tiveram 3.126 matriculados em todos os anos do curso, pois ainda estavam em fase de transição do Ensino Normal de cinco para três anos (TANURI, 1973). Isso mostra que a equiparação das Escolas Normais Livres alteraria o

modelo⁴⁰ de formação docente no estado, pois entrava em cena a iniciativa particular e municipal superando a iniciativa estadual.

Com o aumento do número de Escolas Normais, houve também a possibilidade de ampliação do Ensino Primário. Os dados da pesquisa apontam que a expansão do Ensino Normal aconteceu, primeiramente, em regiões mais desenvolvidas do estado. A região oeste paulista, por exemplo, no início da década de 1930, quando as estradas de ferro começaram a se expandir, contava apenas com a Escola Normal Livre Guedes de Azevedo, em Bauru, criada em 1928; a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, criada em 1928, e a *Escola Normal Livre Nossa S. Auxiliadora*, de Lins, criada em 1929. Diante dos dados, não é possível afirmar que a expansão do Ensino Normal tenha ocorrido de forma homogênea ou uniforme em todas as regiões do estado devido às condições econômicas, políticas e socioculturais de cada uma delas. Pelo estudo dos “Relatórios dos Inspectores de Ensino” da região oeste, há indícios de que as Escolas Normais Livres da região eram insuficientes e isso dificultava a abertura de novas classes de Ensino Primário. Abaixo, o Quadro 4 traz os dados das Escolas Normais equiparadas que iniciaram seu funcionamento no ano de 1928, de acordo com o Relatório de Amadeu Mendes (1929), porém, ao cruzar essas informações com outros documentos, observo que o número de Escolas Normais Livres criadas nesse ano é superior ao que foi indicado no Relatório.

⁴⁰ Neste trabalho estarei me referindo ao conceito de modelo escolar estabelecido por Carvalho (1989; 2001), porém de uma maneira mais livre.

Quadro 4: Escolas Normais Paulistas equiparadas (1928)

Estabelecimentos aos quais são anexos	Localidade	Data de equiparação	Regime	Nº. de Classes	Alunos matriculados	Alunos promovidos
1. Colégio Puríssimo Coração de Maria	Rio Claro	16.02.1928	Internato Externato	2	68	60
2. Colégio Sagrado Coração de Jesus	Campinas	16.02.1928	Internato	1	21	14
3. Escola Normal Livre de	Tietê	16.02.1928	Externato	3	118	88 e
4. Ginásio Municipal Mackenzie	Araraquara	16.02.1928	Externato	2	62	49
5. Ginásio de São Luiz	Jaboticabal	16.02.1928	Externato	1	49	17
6. Colégio Santa Inês	Capital	16.02.1928	Internato	1	25	13
7. Escola de Farmácia e Odontologia	Ribeirão Preto	16.02.1928	Externato	2	91	66
8. Colégio Nossa Sra. Auxiliadora	Batatais	20.02.1928	Internato-Externato	1	18	18
9. Escola Normal Livre de	Franca	20.02.1928	Internato-Externato	2	110	63
10. Escola Normal Livre de	São Simão	20.02.1928	Externato	2	120	97
11. Colégio Progresso Campineiro	Campinas	23.02.1928	Internato	1	20	19
12. Colégio Nossa Sra. do Amparo	Amparo	23.02.1928	Internato Externato	1	36	28
13. Assoc. Instrutiva José Bonifácio	Santos	29.02.1928	Externato	2	104	69
14. Colégio Santo André	Jaboticabal	29.02.1928	Internato	1	28	16
15. Escola Normal Livre Guedes de Azevedo	Bauru	01.03.1928	Externato	1	100	22

16. Colégio N. S. do Carmo	Guaratinguetá	01.03.1928	Internato	1	18	16
17. Colégio N. Sra. d' Assunção	Piracicaba	01.03.1928	Internato	1	40	35
18. Colégio Progresso	Araraquara	08.03.1928	Internato	1	25	19
19. Escola Professoral Patrocínio São José	Lorena	15.03.1928	Internato Externato	2	96	51
20. Ginásio Municipal de	Jaú	29.03.1928	Internato Externato	1	50	41
21. Colégio Patrocínio	Itu	29.03.1928	Internato Externato	3	92	55
22. Colégio Imaculada	Moji Mirim	12.04.1928	Internato Externato	1	23	36
23. Colégio São José	Limeira	12.04.1928	Internato Externato	1	25	23
24. Colégio Florence	Jundiaí	12.04.1928	Internato Externato	1	47	43
25. Colégio Batista Brasileiro	Capital	12.04.1928	Internato	1	10	6
26. Colégio São José	Pindamonhanga	19.04.1928	Internato Externato	2	87	14
Total Geral				44	1503	978

Fonte: Elaborado com base nas informações apresentadas no “Relatório de Amadeu Mendes” (1927-1928, p. 59).

Pelo quadro acima, é possível observar que, com a possibilidade da equiparação, no ano de 1928 foram equiparadas 26 Escolas Normais Livres em diversas cidades do interior do estado e na capital. Apenas a Escola Normal Livre Guedes de Azevedo iniciou seu funcionamento na região em questão. A *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* também foi criada em 1928, mas sua instalação e funcionamento se deram apenas em 1929.

O grande número de Escolas Normais Livres que obtiveram a equiparação causou certa preocupação aos intelectuais e profissionais da

educação em relação a sua qualidade. Foi então que Lourenço Filho – Diretor Geral da Instrução Pública Paulista entre 1930 e 1931 – suspendeu a equiparação de todas as Normais Livres do estado e estabeleceu condições mais rígidas para a obtenção da equiparação (Decreto nº. 4.794, de 17 de dezembro de 1930). As condições seriam as seguintes:

- a) ter sido fundada e mantida por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades;
- b) ser dirigida por brasileiro nato;
- c) respeitar, em seus cursos e programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais;
- d) funcionar em prédio de perfeitas condições higiênicas e pedagógicas;
- e) possuir mobiliário adequado, gabinete de ciências, física naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável;
- f) manter curso primário anexo para a prática pedagógica;
- g) ocorrer às despesas dos exames de admissão e os do curso, que serão prestados perante bancas nomeadas pelo governo.
- h) ter um total de alumnos que corresponda, no mínimo, a 15 por classe;
- i) depositar, cada anno no Thesouro do Estado, para que seja autorizada a abertura das aulas, a importancia de Rs. 14:400\$000 (quatorze contos e quatrocentos mil réis), para o pagamento do professor fiscal, de que trata o art. 4º.;
- j) sujeitar-se á fiscalisação da Directoria Geral da Instrucção Publica (SÃO PAULO, 1930).

É possível notar que as condições para a equiparação implantadas por Lourenço Filho são mais rigorosas do que as exigidas pela Reforma de 1927, que estabelecia apenas quatro condições. As novas condições se

voltam especialmente para a formação pedagógica dos futuros professores, destacando a preocupação com os materiais didáticos, com os laboratórios adequados e exigência do Curso Primário anexo para as aulas de Prática de Ensino. Porém, é preciso questionar que tais condições também podem representar uma medida para conter o crescimento dessas instituições.

A Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal⁴¹ (1946) também traz informações sobre a suspensão da equiparação das Escolas Normais Livres, porém sem muitos detalhes. Sobre a gestão de Lourenço Filho na Diretoria Geral da Instrução, Busch (1946, p. 13) pontua que ele:

Desequiparou as escolas normais particulares e estabeleceu novas e mais rigorosas condições para a equiparação das mesmas ou outras que viessem instituir. Elevou de novo o curso normal para 4 anos precedido do curso complementar de 3 anos, estabelecendo, nos programas das matérias lecionadas, a necessária coordenação.

Pela citação acima, considero que o Período Vargas (1931-1945), sobretudo nos primeiros anos após a Revolução de 1930⁴², foi um período muito conturbado pela mudança de regime político e conseqüentemente causou mudanças em todos os setores, inclusive na educação. Por isso, na gestão de Lourenço Filho, as Escolas Normais Livres tiveram que fazer os ajustes necessários para atender as novas condições e requererem

⁴¹ A Polianteia é um documento que traz diversas informações sobre o Ensino Normal em geral (organização, legislação, reformas, professores, saberes, entre outros). Foi publicada em comemoração ao centenário do Ensino Normal em São Paulo.

⁴² A Revolução de 1930 foi um movimento de revolta armado, ocorrido no Brasil em 1930, que tirou do poder, por meio de um golpe de estado, o presidente paulista Washington Luiz. Com o apoio dos militares, Getúlio Vargas assumiu a presidência da República (governo provisório). Segundo Fausto (1970, p. 112), a Revolução de 1930 pôe fim à hegemonia da burguesia do café.

novamente a equiparação. Na verdade, o período entre 1930 e 1932 foi um período de dificuldades políticas em São Paulo, pois a Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista de 1932⁴³ foram conflitos que marcaram o período pesquisado. Tanto que o Diretor geral, Lourenço Filho, enviou uma circular com um questionário para os diretores de grupos escolares e escolas reunidas sobre a Junta Governativa local e filiação política de seus membros. Essa circular causou descontentamento nos diretores e levou o então Diretor a publicar uma nota explicando a circular⁴⁴.

Em 1930, o número de Escolas Normais Livres atingia cerca de 50 unidades, com 4.017 matriculados, enquanto havia apenas 3.684 matriculados nas dez Escolas Normais Oficiais. Formavam-se as primeiras turmas de alunos das Normais Livres após a equiparação, com 934⁴⁵ formandos e 1.203 alunos formados pelas Normais Oficiais, totalizando 2.137 novos professores. Isso pode ser a razão pela qual os professores leigos foram exonerados, pois após a saída de Mendes, Lourenço Filho exonerou todos os professores leigos contratados a partir de 1927 em São Paulo. De acordo com Souza (2009, p. 187):

No âmbito da racionalização e moralização do serviço público, o diretor exonerou todos os professores leigos contratados a partir de 1927 (1.044 professores), procedendo à revisão da localização das escolas vagas do estado e abrindo concurso público para professores

⁴³ A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um movimento armado ocorrida de julho a outubro de 1932 que tinha o objetivo de derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e restituir o país à ordem constitucional suspensa desde a Revolução de 1930 (SANTOS; MOTA, 2010, p. 7).

⁴⁴ Revista Escola Nova, v. 1 – Através das Revistas e Jornais, 1930, p. 303-304.

⁴⁵ O “Livro Jubilar da Escola Normal da Capital” (1930, p. 316-317) aponta que, em 1930, as Escolas Normais Livres do estado formaram 816 professores de ambos os sexos enquanto, as dez Escolas Normais Oficiais formaram mil, cento e sessenta e sete (1.167) professores. Mesmo em menor número, a Escola Normal Oficial formava mais professores do que as Normais Livres.

diplomados. A medida, que suscitou grande polêmica e descontentamento dos professores, foi justificada pelo diretor do ensino como iniciativa tomada a bem do interesse do ensino visando eliminar anomalias verificadas, como o favoritismo político, interferindo na localização de escolas e nomeação de professores sem adequação às necessidades do sistema escolar e o favorecimento de professores leigos em detrimento dos profissionais qualificados.

Anos mais tarde, com a Reforma Fernando de Azevedo (Decreto nº. 5.884, de 21 de abril de 1933) que institui o Código de Educação de São Paulo⁴⁶, a Escola Normal sofreu mais transformações. Passou a ser constituída por um curso de formação profissional de apenas dois anos. Segundo o art. 753, as Escolas Normais Livres e Oficiais do estado compreendiam: um Curso de Formação Profissional de Professores (2 anos); um Curso Secundário Fundamental (5 anos) e, um Curso Primário (4 anos). O Curso Primário seria também necessário para as atividades da disciplina Prática de Ensino.

De acordo com o art. 784, o programa do curso distribuía-se nas seguintes seções⁴⁷: 1ª. seção – Educação (Psicologia; Pedagogia; Prática de Ensino e História da Educação); 2ª. seção – Biologia Aplicada à Educação (Fisiologia e higiene da criança; Estudos do crescimento da criança e Higiene da Escola) e 3ª. seção – Sociologia (Fundamentos da Sociologia; Sociologia educacional e Investigações sociais em nosso meio). Além dessas matérias, os alunos tinham aulas de Desenho, Música e Artes Industriais e Domésticas e ainda, o canto orfeônico era uma prática quase obrigatória em todas as escolas, incluindo as Escolas Normais.

⁴⁶ Segundo Souza (2009, p. 198), o “Código de Educação” fixou as bases de funcionamento do sistema de ensino paulista até a década de 1960.

⁴⁷ A 1ª. seção ficaria a cargo de um professor e três assistentes e as outras seções teriam apenas um professor responsável para cada uma (SÃO PAULO, 1933).

Como consta no art. 788, o ensino seria intensivo no curso de formação profissional, com aulas teóricas, aulas práticas de laboratório ou de investigação, de seminários e excursões, a fim “de estimular e desenvolver a iniciativa individual dos alunos, o espírito e o gosto de observação pessoal e o hábito de reflexão” (SÃO PAULO, 1933).

Mediante as críticas de alguns educadores à expansão desordenada das Escolas Normais Livres, o Código de Educação também implantou medidas que procuraram conter seu crescimento. No art. 775, ficou determinado que nenhuma Escola Normal Livre poderia organizar mais que duas salas do 1º. ano do curso de formação profissional de professor, nem admitir mais de 45 alunos em cada uma. A matrícula no 1º. ano do Curso de Formação Profissional de Formação de Professores era facultada aos alunos que tivessem concluído o Curso Secundário Fundamental e as vagas restantes seriam para os alunos egressos dos Ginásios que prestassem o exame de admissão.

Em relação às Escolas Normais Livres, consta no Código de 1933, diferentemente da Reforma de 1927, que haveria prévia suspensão da equiparação caso as exigências não fossem cumpridas pelas instituições. O art. 783 estabeleceu as seguintes condições:

- a) serem mantidas por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades;
- b) serem dirigidas por brasileiro nato, com as habilitações necessárias;
- c) terem corpo docente idôneo, registrado no Departamento de Educação;
- d) respeitarem em seus cursos e programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais;
- e) funcionarem em prédios de boas condições higiênicas e pedagógicas;

- f) possuírem mobiliário adequado, gabinete de ciências físicas e naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável;
- g) ocorrerem às despesas dos exames que forem prestados perante bancas constituídas com pessoal estranho á escola;
- h) depositarem, cada ano de 1º. a 10 de janeiro no Tesouro do Estado ou na estação fiscal da localidade, a importância destinada ao pagamento do professor da 1.ª secção;
- i) sujeitarem-se á fiscalização do Departamento de Educação, por intermédio das Delegacias Regionais de acordo com o regulamento que o Governo baixar (SÃO PAULO, 1933).

O Código de Educação manteve a fiscalização das Escolas Normais Livres equiparadas por meio de frequentes visitas de inspeção (no mínimo duas por mês) realizadas pelos Delegados Regionais de Ensino ou de seus Inspectores Fiscais. De acordo com o art. 784, a inspeção consistiria em exame rigoroso da escrituração da escola, de sua estrutura física e material, de sua organização e da regularidade e eficiência dos trabalhos escolares.

As Escolas Normais Livres que solicitassem a equiparação deviam ter o Curso Secundário Fundamental de cinco anos e o Curso de Formação Profissional de dois anos, organizados nos moldes dos estabelecimentos oficiais, bem como a escola primária para as atividades práticas. Também, cada escola equiparada teria um professor para a 1ª. seção (Educação) do Curso de Formação Profissional do Professor nomeado pelo governo.

A equiparação das Escolas Normais Livres era concedida por decreto, podendo ser suspensa pelo descumprimento de qualquer uma das condições exigidas. O Código de Educação ainda previa que, no caso de ser cassada a equiparação, ficaria assegurado aos alunos o direito de transferência para outra Escola Normal. Além disso, determinou que mais nenhuma Escola Normal Livre poderia ser equiparada. Isso pode ter sido

uma tentativa para diminuir o número de equiparações e manter apenas as escolas já existentes.

Para levar os professores às escolas localizadas em áreas de difícil acesso, o Código de Educação determinou estágios para todos os professores iniciantes. Essa determinação, que anteriormente era destinada apenas para as Escolas Normais Livres, estendeu-se também para os normalistas das Escolas Normais Oficiais. De acordo com o art. 322:

- 1 - são do primeiro estágio as localizadas em pontos de difícil acesso que, por isso, exijam residência do professor no próprio lugar da escola;
- 2 - são do segundo estágio as localizadas em pontos de fácil acesso, mas que obriguem o professor a residir no próprio lugar da escola;
- 3 - são do terceiro estágio as cidades populosas e as que permitem ao professor residir noutra lugar, viajando, diariamente, para dar aulas.
- 4 - são do quarto estágio as da Capital e arredores que permitiam que professor residisse na Capital (SÃO PAULO, 1933).

Pela determinação, os professores em início de carreira passariam primeiramente pelas escolas rurais e isoladas que exigiam residência no próprio local da escola. Depois poderiam se remover para outras localidades de fácil acesso e por fim, para cidades mais populosas e possivelmente lecionarem em grupos escolares. Por essas medidas é possível perceber uma preocupação em controlar os caminhos percorridos pelos professores.

Além das Escolas Normais Oficiais e Livres, o Código de Educação de São Paulo criou os Institutos de Educação⁴⁸ (IEs) para formar

⁴⁸ O Instituto de Educação consiste nas seguintes escolas e anexos: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim da Infância.

professores. Assim, a Escola Normal Caetano de Campos se transformou no primeiro IE paulista, denominado Instituto de Educação Caetano de Campos⁴⁹. Segundo Labegalini (2005), o primeiro Instituto possuía organização bem diferente das outras Escolas Normais do estado, mas também formava professores para o Ensino Primário, além dos cursos para formação de professores secundários e aperfeiçoamento para a formação de diretores e inspetores escolares.

Os IEs eram considerados de nível de formação mais elevado que as Escolas Normais. Contudo, a expansão dos IEs⁵⁰ aconteceu para o interior e o litoral apenas em 1951 (LABEGALINI, 2005). Assim, muitas Escolas Normais Oficiais foram transformadas em IEs após esse ano, como a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, transferida ao poder estadual em 1939 e posteriormente, transformada em *Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira*. Com isso, considero que através da criação dos IEs, o estado de São Paulo voltou a ter dois tipos de escolas de formação de professores, como era anteriormente à Reforma de 1920, quando havia Escolas Normais Primárias e Secundárias.

Assim, diante das equiparações e “desequiparações⁵¹” das Escolas Normais Livres ao longo do período pesquisado, recorri ao Relatório de Amadeu Mendes (1929), a Mascaro (1956), à Polianteia (1946) e ao documento denominado “O Ensino Secundário e Normal do estado de São Paulo” (1949) publicado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo para reconstruir a expansão do Ensino Normal. Contudo, é

⁴⁹ Os IEs tiveram essa denominação até a Lei nº. 5.692, de 1971. A partir de 1975, passaram à denominação de Escola Estadual de 1º. e 2º. Grau.

⁵⁰ Sobre a expansão dos IEs pelo interior paulista, ver: LABEGALINI, Andreia C. F. B. *A formação de professores nos Institutos de Educação de São Paulo (1933 a 1945)*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp, Marília, 2005.

⁵¹ Termo usado por Busch (SÃO PAULO, 1946).

importante relativizar a disparidade entre os dados desses documentos e a ausência das fontes consultadas para a elaboração dos mesmos. Isso dificultou a pesquisa, pois optar pelo uso de apenas um deles poderia resultar em informações incompletas e incorretas sobre a expansão do Ensino Normal. É importante esclarecer também que algumas fontes tabulam as Escolas Normais Livres municipais separadas das demais Escolas Normais Livres mantidas por associações particulares e que optei por seguir os dados conforme cada fonte indica.

Mascaro (1956) esclarece que alguns dos dados apresentados no seu livro estão sujeitos a falhas. O autor, em alguns casos, considera que o ano de criação de algumas Escolas Normais foi, na verdade, o ano de instalação ou de transformação da instituição em Escola Normal Oficial e isso desconsidera sua existência como Escola Normal Livre.

A Polianteia (1946) e o Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo (1949) também tratam alguns casos da mesma maneira, além de considerarem apenas as escolas em funcionamento no ano em que foram publicados. Dessa forma, traçar os números da expansão do Ensino Normal Livre se tornou um trabalho complexo, pois compreender seu processo implica também compreender como foi a criação, extinção e as transformações das instituições.

Apesar dessa dificuldade, considero que esses questionamentos me fizeram compreender os objetivos das pesquisas sob a perspectiva da História Cultural, que volta seu olhar para a construção de uma história por um determinado grupo, em um determinado lugar e época e por meio de documentos de suportes diferentes. Questionar a veracidade dos documentos se torna tarefa essencial para a pesquisa. Por isso, ressalto a importância da pesquisa de campo nas escolas selecionadas, que possibilitou conhecer parte de uma história que somente os documentos oficiais talvez não pudessem “revelar”.

Sendo assim, para compreender melhor como ocorreu à expansão do Ensino Normal paulista, apresento os quadros abaixo com os dados sobre criação e equiparação das Escolas Normais nos documentos mencionados acima. É preciso considerar que os dados apresentados também estão sujeitos a falhas. Contudo, a finalidade deste trabalho é formar uma base de dados para que outros pesquisadores possam também questioná-los e reformulá-los.

Quadro 5: Escolas Normais criadas em 1928.

Escolas Normais criadas em 1928 no estado de São Paulo	
Escola/Localização	Informações/Dados
Escola Normal Livre do Liceu Rio Branco de Catanduva	- Criada em 1928; - Transformada em Escola Normal Oficial em 1939 pelo Decreto nº. 10.317.
Escola Normal Livre de Tietê	- Instalada oficialmente em 31.03.1928. - Transformada em Escola Normal Oficial em 1939.
Escola Normal Municipal de Taquaritinga	- Criada em 04.10.1928; - Em 09.07.1945, foi transformada em Escola Normal e Ginásio Oficial de Taquaritinga.
Escola Normal Santa Inês de São Paulo	- Criada em 16.02.1928.
Escola Normal do Colégio Batista Brasileiro de São Paulo	- Equiparada em 12.04.1928.
Escola Normal Livre N. S. do Amparo de Amparo	- Criada em 23.02.1928.
Escola Normal Livre da Associação de Ensino de Ribeirão Preto	- Criada em 26.03.1928.
Escola Normal Livre de Jundiáí	- Instalada em 04.05.1928, anexa ao Colégio Florence.
Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus de Campinas	- Fundada em 1928.

Escola Normal Livre Patrocínio de São José de Lorena	- Equiparada em 15.03.1928.
Escola Normal Puríssimo Coração de Maria, de Rio Claro	- Criada em 16.02.1928.
Escola Normal Livre N. S. da Assunção, em Piracicaba	- Criada em 01.03.1928.
Escola Normal Livre Progresso Campineiro de Campinas	- Criada em 23.02.1928.
Escola Normal Livre Progresso, de Araraquara	- Criada em 08.03.1928.
Escola Normal Livre Mackenzie de Araraquara	- Criada em 16.02.1928 anexa ao Ginásio Municipal.
Escola Normal Livre José Bonifácio de Santos	- Criada em 08.03.1928.
Escola Normal Livre N. S. do Patrocínio de Itu	- Equiparada em 29.03.1928.
Escola Normal Livre Guedes de Azevedo de Bauru	- Criada a partir da extinta Escola Normal Municipal Gomes Duarte; - Instalada em 13.05.1928, anexa ao Colégio Guedes de Azevedo.
Escola Normal Municipal de Mirassol	- Criada pelo Decreto Municipal nº. 62, de 01.12.1928; - Equiparada em 03.01.1929.
Escola Normal Livre Imaculada Conceição de Mogi Mirim	- Criada pelo Decreto de 12.04.1928.
Escola Normal Livre São José de Jau	- Criada em 29.03.1928; - Equiparada em 13.05.1928.
Escola Normal Livre Santo André de Jaboticabal	- Criada em 1928.
Escola Normal Livre São Luiz de Jaboticabal	- Criada em 16.02.1928.
Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora de Batatais	- Equiparada em 20.02.1928; - Reaberta em 14.03.1939.
Escola Normal Livre de Franca	- Equiparada em 20.02.1928.

Escola Normal Livre de São Simão	- Equiparada em 20.02.1928.
Escola Normal Livre N. S. do Carmo de Guaratinguetá	- Equiparada em 01.03.1928.
Escola Normal São José de Pindamonhangaba	- Equiparada em 19.04.1928.
Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo	- Criada pelo Município em 1928; - Transformada em Escola Normal Oficial pelo Decreto nº. 10.336 de 21.06.1939; - Atual Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira.
Escola Normal Livre São José de Limeira	- Criada em 12.04.1928.

Fonte: Quadro elaborado conforme dados de Mendes (1929), da Polianteia (1946), do documento “O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo” (1949) e de Mascaro (1956).

O ano seguinte após a Reforma de 1927 foi o período de maior criação de Escolas Normais Livres no estado (cerca de 30 escolas). Nesse ano foram criadas a Escola Normal Livre Guedes de Azevedo, na cidade de Bauru, e a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* na região oeste. Inicialmente, os municípios tiveram papel importante na expansão do Ensino Normal, juntamente com as escolas confessionais católicas. Com a possibilidade de equiparação, a expansão de escolas católicas pode ter sido uma estratégia para ganhar espaço e influenciar as decisões governamentais como a introdução do ensino religioso nos programas escolares durante o Período Vargas.

Quadro 6: Escolas Normais criadas em 1929

Escolas Normais criadas em 1929 no estado de São Paulo	
Escola/Localização	Informações/Dados
Escola Normal Municipal de Taubaté	- Criada em 1929 pelo Decreto Municipal nº. 262, de 07.12.1929; - Transformada em Escola Normal Oficial em 1945;
Escola Normal Livre São José de Santos	- Criada em 1929.
Escola Normal Livre de Lins	- Criada em 1929; - Anexada ao Colégio Diocesano em 1938 e denominada Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora; - Atual Colégio N. S. Auxiliadora.
Escola Normal Municipal de Itápolis	- Criada pelo Decreto Municipal nº. 85, de 30.10.1929.
Escola Normal Municipal de Sorocaba	- Criada pelo Decreto Municipal nº. 209 de 16.01.1929.
Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus de Bragança Paulista	- Criada em 1929.

Fonte: Quadro elaborado conforme dados da Polianteia (1946), “O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo” (1949) e Mascaro (1956).

Quadro 7: Escolas Normais criadas em 1930

Escolas Normais criadas em 1930 no estado de São Paulo	
Escola/Localização	Informações/Dados
Escola Normal Livre Santa Úrsula de Ribeirão Preto	- Criada em 17.12.1930.
Escola Normal Livre de Agudos	- Criada em 20.02.1930.
Escola Normal Municipal de S. José dos Campos	- Criada em fevereiro de 1930.
Escola Normal Municipal de Moji das Cruzes	- Reaberta em 27.03.1939, mas sua criação foi em 1930.

Fonte: Quadro elaborado conforme dados da Polianteia (1946), “O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo” (1949) e Mascaro (1956).

Quadro 8: Escolas Normais criadas em 1932

Escolas Normais criadas em 1932 no estado de São Paulo	
Escola/Localização	Informações/Dados
Escola Normal Livre Santo André de S. J. do Rio Preto	- Criada em 26.01.1932.

Fonte: Quadro elaborado conforme dados da Polianteia (1946), “O Ensino Secundário e Normal do Estado de São Paulo” (1949) e Mascaro (1956).

Pelas informações apresentadas nos quadros acima é possível observar que, após o ano de 1928, o número de Escolas Normais Livres criadas decaiu. Em 1929, foi criada a *Escola Normal Livre de Lins* e apenas na década de 1940 houve a criação de novas Escolas Normais na região oeste. Isso pode ter ocorrido em consequência das medidas para conter as equiparações. As legislações posteriores à Reforma de 1927 determinaram que mais nenhuma Escola Normal Livre, além das que já existiam, seria equiparada. Mas, após o ano de 1931 foram criadas e equiparadas novas Escolas Normais Livres no estado como mostram os quadros 7 e 8, porém

de maneira tênue⁵². Talvez as tentativas de impedir o crescimento das Escolas Normais livres ainda não estavam se concretizando totalmente. O Quadro abaixo contribui para dar uma dimensão da expansão do Ensino Normal até o final da década de 1940.

Quadro 9: Matrícula Geral das Escolas Normais Paulistas (1949)

Matrícula das Escolas Normais do estado de São Paulo (1949)								
Estabelecimentos		Quantidade	Curso Pré Normal			Curso Normal		
			M	F	Total	M	F	Total
Escolas Normais Oficiais	Capital	1	-	119	119	-	302	302
	Interior	51	462	1935	2397	938	3606	4.544
	Total	52	462	2054	2516	938	3908	4.846
Escolas Normais Livres	Capital	15	17	479	496	25	778	803
	Interior	52	100	1445	1545	198	2291	2.489
	Total	67	117	1924	2041	223	3069	3.292

⁵² Após o ano de 1932 foram criadas novas Escolas Normais Livres apenas em 1935 e em 1938 mais uma Escola Normal Oficial foi criada na cidade de Mococa. Sobre as Escolas Normais Livres e Oficiais criadas até 1946 ver: INOUE, Leila Maria. *Entre Livres e Oficiais: a expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927-1933)*. 2015. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2015.

Escolas Normais Municipais	Capital	-	-	-	-	-	-	-
	Interior	4	49	63	112	69	92	161
	Total	4	49	63	112	69	92	161
Total Geral		121	628	4041	4669	1230	7069	8.299

Fonte: O Ensino Secundário e Normal do estado de São Paulo (1949), publicado pelo Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo (p. 9).

Conforme Quadro 9, as Escolas Normais Livres, além do interior, expandiram-se também na Capital, contando 15 escolas em 1949. Apesar do grande aumento do número das Escolas Normais Oficiais (52 escolas) na década de 1940, as Escolas Normais Livres ainda atingiam um número superior (67 escolas). Isso pode significar que a iniciativa particular, após mais de duas décadas da Reforma de 1927, ainda era maior do que a oficial. Entretanto, vale salientar que o número de matrículas nas Escolas Normais Oficiais (4.846) no ano de 1949 foi superior ao das Normais Livres (3.453). Então, embora existissem em maior número, as Escolas Normais Livres receberam nesse momento menos alunos do que as Normais Oficiais.

As Escolas Normais mantidas pelos municípios totalizaram apenas quatro escolas localizadas no interior do estado. Segundo os dados reunidos até o momento, os municípios tiveram importante papel na difusão do Ensino Normal, sobretudo no início da década de 1930. Mas ao longo dos anos, as Escolas Normais Livres (municipais) foram transformadas em Escolas Normais Oficiais ou transferidas para outras associações, talvez pelas dificuldades financeiras enfrentadas para mantê-

las. Elas foram o recurso usado pelos municípios para solucionar a falta de professores e atender às reivindicações locais por melhorias na educação.

Outro ponto que destaco são as mulheres como maioria que procurava o magistério como formação geral e com o intuito de obter uma profissão considerada adequada para a mulher. Na Escola Normal Oficial da Capital, por exemplo, no ano de 1949 não há um só aluno do sexo masculino entre os matriculados.

Sobre a grande procura das mulheres pelo magistério, Werle (2005, p. 610) salienta que, muitos “são os sentidos da expressão feminização do magistério”, o que pode ser observado no estudo de Almeida (1998), pelos vestígios das ideias religiosas, positivistas, marxistas e, sobretudo, ideias dos movimentos feministas que permearam a mentalidade brasileira no século XIX e XX. As mudanças socioeconômicas e políticas também contribuíram para as mudanças culturais que atraíram as mulheres para a carreira do magistério.

Devido às mudanças socioeconômicas e políticas advindas do Regime Republicano, principalmente em relação à instrução, as mulheres passaram a buscar nova posição social. Para Almeida (1998, p. 28):

O magistério primário, como ocupação essencialmente feminina revelada já nesse período, possibilitou às mulheres, notadamente da classe média que se alicerçava no panorama socioeconômico do país, a oportunidade para ingressar no mercado de trabalho. A possibilidade de aliar ao trabalho doméstico e à maternidade uma profissão revestida de dignidade e prestígio social fez com que ‘ser professora’ se tornasse extremamente popular entre as jovens e, se, a princípio, temia-se a mulher instruída, agora tal instrução passava a ser desejável, desde que normatizada e dirigida para não oferecer riscos sociais. Ensinar crianças foi, por parte das aspirações sociais, uma maneira de abrir às mulheres um espaço público (domesticado) que prolongasse as tarefas

desempenhadas no lar – pelo menos no discurso do período. Para as mulheres que vislumbrassem a possibilidade de liberação econômica foi a única forma encontrada para a realizarem-se no campo profissional, mesmo que isso representasse a aceitação dessa profissão na aura da maternidade e da missão.

Foi pensando nas possibilidades indicadas por Almeida (1997) que muitas mulheres visualizaram na expansão da Escola Normal um caminho para estudar e obter uma profissão respeitável. No caso do interior, pode-se dizer que a Escola Normal era a única oportunidade de ascensão social, não apenas para as mulheres, mas também para os homens, considerando que os ginásios⁵³ também eram escassos nesse período.

2.5 A Expansão da Escola Normal para a Expansão da Escola Primária

O propósito de Amadeu Mendes com a equiparação das Escolas Normais Livres foi de criar condições objetivas para a expansão da escola primária. No seu Relatório, Amadeu Mendes (SÃO PAULO, 1929, p. 14), afirma que:

A preocupação constante desta Directoria, durante o exercício escolar findo, foi, attendendo ao plano do Governo, pôr em execução medidas que viessem dar ao ensino primário uma diffusão cada vez mais ampla, beneficiando desta forma todas as zonas do Estado.

⁵³ Segundo Bittencourt (1990), havia no Estado de São Paulo, até 1934, apenas três Ginásios Oficiais (Ginásio da Capital, Ginásio de Campinas e Ginásio de Ribeirão Preto) e os outros que existiam eram particulares.

Assim, considero que o objetivo maior da Reforma de 1927 foi reestruturar o Ensino Normal para ampliar o Ensino Primário paulista. Tendo como base os dados estatísticos apresentados no Relatório de Amadeu Mendes (1929) e no Anuário de Ensino do estado de São Paulo (1936-1937) é possível observar os primeiros passos do processo de expansão. O Quadro⁵⁴ 10 mostra alguns desses dados.

Quadro 10: Alunos matriculados no Ensino Primário e Normal no estado de São Paulo (1927-1928)

Alunos matriculados no Ensino Primário e Normal (1927-1928)		
Anos	Nº. de alunos matriculados no Ensino Primário Oficial e Particular	Nº. de alunos matriculados no Ensino Normal Oficial e Particular
1927	365.404	2. 577
1928	434.602	4. 629

Fonte: Relatório de Amadeu Mendes (1929).

Como Mendes estimava, os dados do Quadro 10 indicam que houve aumento dos alunos do Ensino Primário de 1927 para 1928 e no Ensino Normal houve também um aumento de 2.052 alunos com a criação de Escolas Normais Livres. Vale lembrar que a primeira turma de normalistas pós Reforma de 1927 se formaria apenas no fim de 1930 e esse aumento no Ensino Primário apontado pelo Diretor é proveniente de iniciativas anteriores. Mas é importante pontuar que com o crescimento do Ensino Primário há a necessidade de professores para prover essas classes.

⁵⁴ Quadro elaborado com base nos dados apontados pelo Relatório de Amadeu Mendes (1929, p. 18-19).

O crescimento do Ensino Primário pós Reforma de 1927 fica mais evidente com os dados apresentados no Anuário de Ensino (1936-1937, p. 300) sobre as matrículas (Quadro abaixo) nas escolas primárias estaduais.

Quadro 11: Matrícula Geral dos estabelecimentos estaduais de Ensino Primário, Pré-Primário e Supletivo (1930-1936)

Matrícula Geral dos estabelecimentos estaduais de Ensino Primário, Pré-Primário e Supletivo (1930-1936)	
Anos	Matrícula Geral/Nº. de alunos
1930	356. 292
1931	362. 707
1932	364. 985
1933	399. 668
1934	432. 362
1935	466. 737
1936	502. 006

Fonte: Anuário de Ensino do estado de São Paulo (1936-1937).

De acordo com os dados tabulados, houve um bom aumento no número de matrículas de 1930 para 1936. As unidades escolares também aumentaram: em 1930 havia 8.219 escolas primárias estaduais e em 1936 esse número cresceu para 10.573 unidades (SÃO PAULO, 1936).

Para verificar o crescimento do Ensino Primário na década de 1930 na região pesquisada, recorri aos Relatórios dos Delegados de Ensino⁵⁵ das

⁵⁵ Disponíveis no *site*: www.arquivoestado.sp.gov.br.

Delegacias de Ensino da região pesquisada. Segundo os dados estatísticos dos Relatórios da Delegacia Regional de Lins (1937), havia nessa região as seguintes matrículas na Escola Primária (escolas estaduais, municipais, particulares das zonas urbanas e rurais).

Quadro 12: Matrículas Gerais do Ensino Primário na Delegacia de Ensino de Lins (1935-1936)

Matrículas Gerais do Ensino Primário na Delegacia de Ensino de Lins (1935-1936)	
Anos	Matrícula Geral
1935	14. 239
1936	17. 756

Fonte: Relatórios da Delegacia Regional de Lins (1937).

Diante desses dados, é possível dizer que houve um aumento no número de alunos matriculados nessa Delegacia. Então, considero que há indícios de que o aumento do número de professores formados na região corroborou para facilitar a abertura de novas classes do Ensino Primário.

É importante ressaltar que as escolas isoladas eram uma preocupação dos Delegados de Ensino. Mesmo com a ampliação do Ensino Normal faltavam professores para essas escolas que, muitas vezes, exigiam que ele organizasse e também morasse na instituição. O Delegado de Ensino de Lins, Sylvio da Costa Neves, aponta dificuldades em manter tais escolas funcionando pelo excesso de transferências de professores. Ele relata que:

O professor faz apenas um estágio no sítio e seu serviço de grande monta para o estado, no preparo educativo do povo na zona rural, deve

ser reconhecido e recompensado pelo Governo em todos os meios, mas nunca pelo seu afastamento, sem motivo bastante ponderoso.

Os comissionamentos, as chamadas remoções por necessidade do ensino, as licenças para afastamento do professor da escola, as primeiras sem o pronunciamento obrigatório da autoridade escolar e estas, às vezes, sem inspeção médica, tem demonstrado a improficuidade da medida (LINS, 1937, p. 9).

Além da dificuldade de manter os professores nas escolas isoladas, os imigrantes estrangeiros também causam preocupação ao Delegado de Ensino de Lins, pois além de trazerem sua cultura de origem ao país, eles mesmos construíam as escolas e reivindicavam o professor:

[...] Só em 1936, dizem as estatísticas, entraram em Araçatuba 1. 338 japonezes e em Lins 234.

Estabelecidos no bairro, constroem logo o prédio para a escola ‘quase sempre de madeira, amplo e com muitas janelas’.

Dão-lhe mobiliário tosco, lousa e algum material.

Pédem o professor á autoridade escolar. Se possível diplomado, melhor; do contrário particular faz as suas vezes e, ao pé da nossa escola, dá-se, também, logo que possível, a aula da língua japoneza, que a Lei faculta e a colônia acha indispensável.

[...] E depois é o próprio estrangeiro quem, á falta de escola estadual, justifica a introdução da particular no núcleo (LINS, 1937, p. 12).

O Delegado buscou salientar em seu Relatório a importância de o governo contribuir com a formação do professor para impedir a criação de escolas estrangeiras e faz novos comentários sobre as dificuldades de instalação do professor nas escolas das áreas rurais. Ele alude que:

Com exceção dos prédios destinados á installação das escolas urbanas, alugados pelas prefeituras, os dos bairros e fazendas são cedidos gratuitamente.

As dificuldades communs às escolas isoladas são, incontestavelmente, o prédio e a installação do professor. No perímetro urbano, como se acontece também aos grupos escolares, do prédio, que sempre deixa a desejar... Nas escolas ruraes predominam as duas circunstancias, accentuando-se a da dificuldade para a installação do professor (LINS, 1937, p. 28).

Com esse relato do Delegado de Ensino de Lins, considero que as transferências de professores eram um problema para a expansão da instrução pública nas regiões distantes dos grandes centros urbanos. Desse modo, apesar do crescente número de matrículas no Ensino Primário, ainda havia uma parte da população que sofria com a falta de professores.

Em Santa Cruz do Rio Pardo, o Delegado de Ensino Collatino Fagundes também descreve em seu Relatório o enfrentamento do mesmo problema. Ele relata que “sempre é por todos e proclamada a menor inefficiencia da escola rural pela instabilidade do professor, que residindo longe dos seus, em ambiente completamente diverso, só pensa em remover-se” (SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 1936, p. 101).

A dificuldade de manter os professores em escolas de difícil acesso é relatada por outros Delegados de Ensino da região oeste. No Relatório da Delegacia de Ensino de Presidente Prudente (1939), o Delegado Oscar Augusto Guelli (PRESIDENTE PRUDENTE, 1939, p. 52) pontua que:

[...] além das precárias condições materiais da escola isolada, encontram também dificuldade em se instalarem, pois em alguns casos, não tinha transporte diário até a escola e o professor tinha que residir nas fazendas e sítios próximos.

As dificuldades que surgem desde logo em encontrar residência e pensão condigna para o professor, dificulta de algum modo sua adaptação ao meio. E isso porque comumente não se interessa o fazendeiro pela estabilidade do professor e assim não lhe facilita pensão em sua residência, onde ele teria melhor acomodação, mas encaminha-o para a casa do administrador, do fiscal, quando não, para a casa de qualquer colono... Na nossa região onde impera na sua quase totalidade população estrangeira, sobressaindo o elemento japonês, o problema da pensão tem sido dificilmente resolvido.

Em relação às informações desse Relatório (1939), é importante esclarecer que a Escola Normal de Presidente Prudente foi criada apenas em 1945 e a expansão do Ensino Normal posta pela Reforma estava acontecendo desde 1928. Esse fato pode justificar a preocupação com as remoções e a falta de professores nessa cidade da região oeste paulista. Mesmo com o início da expansão em 1928, havia na década de 1940 localidades que sofriam com a falta de professores.

Diante deste estudo sobre a expansão do Ensino Normal no estado de São Paulo, considero que a Reforma de 1927 foi importante, sobretudo para o interior paulista e para a região pesquisada, onde as oportunidades de estudos eram mais restritas devido à distância dos grandes centros culturais, pois além de oferecer estudos aos jovens, atendeu às reivindicações locais por mais escolas e professores. Considero também que a criação e a implantação dos IEs deram continuidade ao processo de expansão da formação de professores impulsionado pelo terceiro momento, com alguns pontos diferentes devido as finalidades e especificidades próprias de cada instituição, e independentemente das

críticas, a Escola Normal Livre foi a principal responsável pela expansão dessa modalidade de ensino.

3.

A Reforma de 1927 e a expansão das Escolas Normais para o oeste paulista

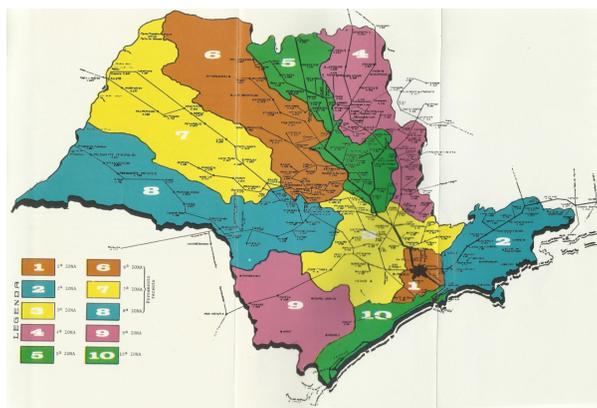
3.1 Desenvolvimento e instrução no oeste paulista

Para compreender a expansão das Escolas Normais Livres pela região oeste paulista, foi necessário também conhecer um pouco do desenvolvimento da região e suas particularidades. Esse desenvolvimento iniciou, de acordo com Camargo (1981), Love (1982) e Milliet (1982), a partir da década de 1920, com a introdução das lavouras de café e dos imigrantes que chegaram para trabalhar nelas.

Com base no estudo desses autores, a região oeste paulista situa-se em parte de duas regiões conhecidas como Alta Paulista e Alta Sorocabana⁵⁶, denominadas segundo as estradas de ferro Paulista e Sorocabana que cortam esse território.

⁵⁶ Para este trabalho, utilizei as denominações das regiões paulistas de acordo com Love (1982).

Imagem 6: Mapa das divisões regionais do estado de São Paulo de acordo com as estradas de ferro.



Fonte: Camargo (1981).

Na legenda do mapa, pode-se observar que as zonas sete (Alta Paulista) e oito (Sorocabana) são destacadas pelo povoamento recente. O povoamento e a formação de novos núcleos urbanos cresceram a partir da chegada das estradas de ferro que contribuíram para o desenvolvimento econômico e cultural da região, sendo o principal fator que gerou a necessidade de expansão da instrução. Muitas cidades da região oeste paulista surgiram a partir da criação das ferrovias, após o ano de 1900 e foi pela expansão das ferrovias que a produção agrícola (principalmente a cafeeira) pôde ser transportada para os grandes centros. A escolarização também se expandiu, sobretudo pelo interior do estado, pois professores e alunos puderam se locomover com mais facilidade para trabalhar e estudar.

A cidade de Bauru, por exemplo, é uma cidade de destaque da região oeste, pois foi um ponto de cruzamento entre três ferrovias paulistas, o que facilitou o transporte de passageiros e da produção agrícola. A Ferrovia Sorocabana foi a primeira a chegar à cidade, em 1905; a Noroeste foi aberta logo em seguida, em 1906, e a Companhia Paulista chegaria em

1910. A estrada de ferro Noroeste seguia de Bauru com o objetivo de chegar ao Rio Paraná (divisa entre os estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul) passando, em 1906, por Lins. Em Santa Cruz do Rio Pardo, a estrada de ferro Sorocabana chegou em 1908. Desse modo, as cidades onde estão localizadas as Escolas Normais pesquisadas eram cortadas por estradas de ferro que contribuíram para o desenvolvimento dessas cidades.

De acordo com Love (1982), a Alta Paulista e a Alta Sorocabana foram as últimas regiões a serem ocupadas no estado. O desenvolvimento dessas regiões ocorreu após 1921, com a chegada de imigrantes que vieram trabalhar nos cafezais recém estabelecidos. O autor denomina o momento de ocupação dessas regiões de “marcha para o oeste”. Em 1940, as duas regiões e a região Araraquarense forneciam 70% da produção de café, 60% da produção de algodão e 50% do rebanho de gado do estado e, pela importância que tinham na produção agrícola, eram chamadas de zonas pioneiras.

A Alta Sorocabana tem essa denominação por receber os entroncamentos mais afastados da estrada de ferro Sorocabana. Essa região segue para o oeste até Presidente Prudente e Presidente Epitácio, seguindo para a fronteira com Mato Grosso do Sul, e também teve intenso crescimento populacional devido aos imigrantes que vieram trabalhar nas lavouras de café e algodão (LOVE, 1982). Já a Alta Paulista é formada pela estrada de ferro Sorocabana e também as estradas de ferro Paulista e a Noroeste, que se estendem em direção ao noroeste do estado a partir de Bauru (único município existente nessa região antes de 1913), ponto de partida da estrada de ferro Noroeste que seguia para Mato Grosso. Com as estradas de ferro, na década de 1930 chegavam à região trens com imigrantes que desembarcavam em Bauru, Marília e Lins (conhecida como “boca do sertão”) diariamente. A população nessa região, entre 1920 e

1934, cresceu em 350% (LOVE, 1982), impulsionando o desenvolvimento das cidades.

Convém fazer alusão à importância da imigração para o desenvolvimento da região, pois as marcas desse movimento fazem parte da história e da cultura de muitos municípios. No caso das cidades de Lins e Marília⁵⁷, por exemplo, encontrei nos Livros de Matrículas das Escolas Normais dessas cidades, da década de 1940, registros sobre a nacionalidade dos pais das alunas e pude observar que a maioria era de italianos e japoneses, mas havia também espanhóis, alemães e portugueses. Em Santa Cruz do Rio Pardo não foi diferente, o crescimento da produção agrícola (especialmente do café) atraiu muitos imigrantes, principalmente, portugueses, espanhóis e italianos. Com o advento do café em Santa Cruz do Rio Pardo, houve muitas transformações urbanas, como a criação da estrada de ferro, de agências bancárias e de escolas.

Pelas características do povoamento da região oeste, é possível assinalar que a expansão da instrução seguiu o crescimento populacional. Em relação às características e condições das regiões paulistas, Meneses (2012) alude uma questão importante: o fato de os professores primários preferirem as cidades mais desenvolvidas e providas de estradas de ferro para iniciarem suas carreiras no magistério no início do século XX. O autor utiliza as divisões geográficas traçadas pelas estradas de ferro⁵⁸ com base em Love (1982) e aponta que, nas primeiras décadas do século XX, as zonas denominadas, Capital, Vale do Paraíba, Central e Mogiana eram as mais desenvolvidas e por “concentrar grande parte da população e da riqueza, essas regiões tornaram-se os locais que mais atraíram os normalistas”

⁵⁷ Escola Normal Livre do Sagrado Coração de Jesus.

⁵⁸ Denominadas zonas: Capital, Vale do Paraíba, Central, Mogiana, Litoral Sul (ou Costa Sul), Baixada Paulista, Araraquarense, Alta Paulista, Alta Sorocabana e baixa Sorocabana.

(2012, p. 72), por diversos fatores, como a concentração de escolas na área urbana e rede ferroviária que possibilitava a locomoção.

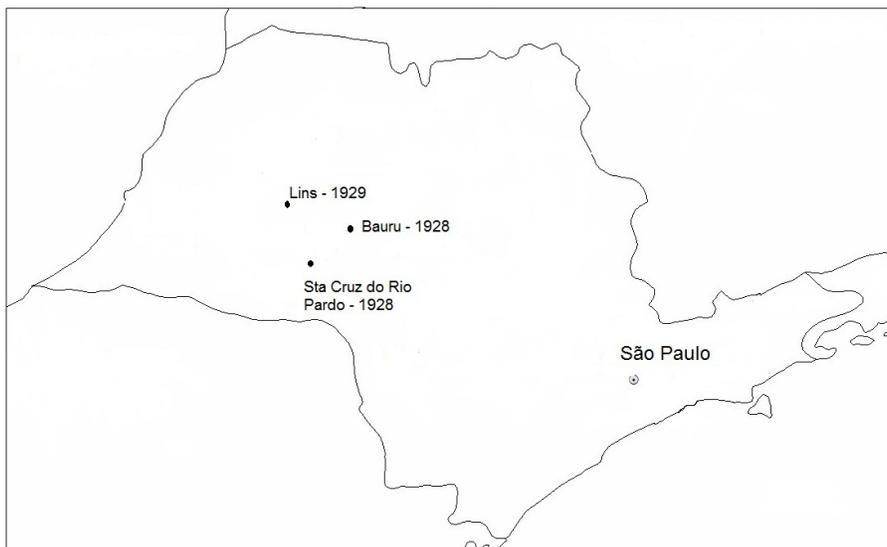
Essas considerações contribuem para situar o problema de distribuição de professores pelo estado de São Paulo e o grande número de pedidos de remoção que podem justificar a reestruturação e a expansão do Ensino Normal realizadas pela *Reforma de 1927*. Como no início do século XX a região oeste ainda estava em processo de povoamento e urbanização, a população sofria com a falta de professores, como relatam os Delegados de Ensino nos Relatórios. Somente na década de 1940, com o desenvolvimento da agricultura e o aumento da população em decorrência da imigração, houve maior ampliação das escolas primárias e, conseqüentemente, das Escolas Normais. Devido a tais condições, a Reforma de 1927 foi importante, pois possibilitou a criação de Escolas Normais, atendendo, à demanda das escolas primárias.

Sobre o desenvolvimento da região oeste paulista, Barbosa (2001) contextualiza a escolarização da cidade de Assis, nos anos de 1920 a 1950. Avalio que as considerações de Barbosa podem contribuir para contextualizar outras cidades da região oeste, pois a periodicidade é convergente. Para essa autora (2001, p. 68):

O interesse pela escolaridade, por parte de uma comunidade envolve diversas questões. No caso da sociedade assisense, inserida no complexo de 'zona pioneira' e caracterizada pela marcha da urbanização que envolvia essas zonas, manteve-se no período estudado, tendência para reforçar algumas posições a respeito do papel da escola. Uma delas refere-se à visão segundo a qual a escolaridade é complemento indispensável para alcançar o progresso e fugir da marginalidade social. A criança, o adolescente, considerado como 'de passagem' para a vida adulta, devem ser escolarizados, pois, assim se forma o adulto que vai atender ao projeto almejado.

A instrução estava relacionada ao movimento povoamento e também de urbanização e desenvolvimento da região oeste paulista. Em uma região em pleno desenvolvimento econômico e cultural não poderiam faltar escolas e professores para atender às necessidades da sociedade que prosperava. Assim, nesse período, a expansão do Ensino Normal está relacionada com as características particulares do desenvolvimento de cada região. A Imagem 7 mostra o mapa das cidades onde estão localizadas as primeiras Escolas Normais criadas na década de 1920 na região oeste e a Imagem 8 mostra a localização das Escolas Normais criadas até 1945. Completando as informações das Imagens, o Quadro 13 apresenta mais informações sobre as Escolas Normais até 1945.

Imagem 7: Localização das Escolas Normais Livres criadas na região oeste paulista na década de 1920



Fonte: Mapa elaborado conforme dados da Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal (1946).

Imagem 8: Localização das Escolas Normais Livres e Oficiais criadas na região oeste paulista (1927-1945)



Fonte: Mapa elaborado conforme dados da Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal (1946).

Quadro 13: Escolas Normais do oeste paulista (1928-1945)

Escolas Normais do oeste paulista (1928-1945)		
Ano	Cidade	Instituição
1928	Bauru	Escola Normal Livre Guedes de Azevedo
1928	Sta Cruz do Rio Pardo	Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo
1929	Lins	Escola Normal Livre de Lins
1941	Araçatuba	Colégio Estadual e Escola Normal de Araçatuba
1943	Birigui	Escola Normal Livre do Instituto Noroeste
1943	Marília	Escola Normal Livre Sagrado Coração de Jesus

1943	Penápolis	Escola Normal Livre Coração de Maria
1944	Assis	Escola Normal e Ginásio Estadual Anhaia Melo
1944	Lins	Escola Normal Livre do Instituto Americano
1945	Piraju	Escola Normal Livre de Piraju
1945	Bauru	Escola Normal Livre São José
1945	Bauru	Colégio Estadual e Escola Normal de Bauru
1945	Presidente Prudente	Escola Normal Livre de Presidente Prudente

Fonte: Quadro elaborado conforme dados de Mendes (1929), da Polianteia Comemorativa do Centenário do Ensino Normal (1946) e Mascaro (1956).

Pela observação das Imagens e do Quadro, é possível verificar que a expansão da Escola Normal se iniciou na região oeste paulista no fim década de 1920, com a Reforma de 1927. Na década de 1930, não houve a criação de nenhuma Escola Normal e apenas na década de 1940 foram criadas novas Escolas Normais, tanto Livres quanto Oficiais. É possível observar também que, na década de 1940, em algumas cidades já existiam até três Escolas Normais, como é o caso da cidade de Bauru, o que pode significar que havia procura pelo Ensino Normal.

Pelo estudo da expansão do Ensino Normal na região oeste é possível dizer que a expansão das Escolas Normais está relacionada às especificidades do povoamento e desenvolvimento. Como o crescimento do povoamento da região oeste aconteceu depois de outras regiões do estado, a expansão das Escolas Normais (e de outras escolas) também seguiu esse curso. Com a equiparação foram criadas na década de 1920 três escolas desse tipo, porém, de maneira muito ínfima em relação a outras regiões mais desenvolvidas.

Nesse sentido, a *Escola Normal Livre de Lins* e a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* são objetos dessa pesquisa, pois ambas foram criadas e funcionaram durante a vigência da Reforma. Por isso, optei por analisar os documentos encontrados nos Arquivos Permanentes dessas instituições à luz da legislação vigente e buscar elementos para compreender as formas pelas quais a política de expansão foi cumprida, como era sua organização física e pedagógica e quem eram os alunos e os professores. Contudo, na ausência de fontes nos arquivos das escolas, busquei em outros documentos as respostas que me propus a responder. Com isso, recorri a pessoas que mantêm acervos com finalidades diferentes dos propósitos acadêmicos para buscar documentos, fotografias e jornais locais que pudessem contribuir com a pesquisa. As imagens e jornais analisados nesse capítulo foram cedidos pelo jornalista Carlos Eduardo Motta Carvalho, de Lins, e pelos memorialistas Celso Prado e Junko Sato, de Santa Cruz do Rio Pardo. Mas é importante pontuar que não tive acesso livre a nenhum desses acervos particulares, e no caso dos jornais, não tive acesso ao impresso na íntegra, apenas aos recortes e páginas que traziam informações sobre as instituições.

3.2 As Escolas Normais do oeste paulista: Escola Normal Livre de Lins (1929) e Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo (1928)

Para esta análise, além de elucidar a história da criação das Escolas Normais pesquisadas, procurei estabelecer algumas categorias de acordo com os documentos encontrados e que são: organização física, administrativa e político-pedagógica; relação da escola com a Diretoria Geral de Instrução Pública; sujeitos e saberes.

Convém esclarecer que foram encontrados poucos documentos sobre o período estudado. Acredito que com as mudanças administrativas e as transferências de prédios, muitos documentos se perderam ao logo do tempo, dificultando o estudo dessas instituições de ensino. Por isso, em alguns momentos desta análise recorri a documentos posteriores ao ano de 1933. No caso da *Escola Normal Livre de Lins*⁵⁹, a maior parte dos documentos encontrados no arquivo permanente é posterior a 1938 – ano em que o município transferiu a escola à Diocese. Já na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*⁶⁰, a maior parte dos documentos do arquivo permanente é posterior a 1950.

Compreendo que os documentos analisados se constituem pelas representações construídas pelos agentes (ou grupos de agentes) que os elaboraram, ou os forjam. Dessa forma, as representações são determinadas por interesses de certos grupos que se sobressaem sobre outros, isso significa que não são neutras (CHARTIER, 1990). Os documentos usados como fontes desta pesquisa foram tratados não como verdade absoluta ou testemunho de uma realidade, mas como vestígios do passado e produção de memória que foram escritos em um determinado momento, por um determinado escritor, para uma determinada finalidade e para um leitor específico (BLOCH, 1997).

Na perspectiva da História Cultural é necessário empreender a “arqueologia dos objetos” como propõem Chartier (1990). Então, questionar a natureza dos documentos – quem os produziu; por que os produziu; por que foram guardados; quem os guardou – e desmontá-los, é

⁵⁹ Hoje, a *Escola Normal Livre de Lins* é denominada *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora*. É uma escola particular de orientação católica, mantida pelas Irmãs Salesianas desde 1942. Essa escola oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.

⁶⁰ Atualmente, a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* é uma escola pública e denominada *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*. Ela oferece o segundo ciclo do Ensino Fundamental (6º. ao 9º. ano) e Ensino Médio.

imprescindível para entender os vestígios presentes nos documentos. Segundo Le Goff (1990, p. 546), o “documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe documento-verdade. Todo o documento é mentira”. Assim, considero que o que foi encontrado nos arquivos escolares não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas são os “restos” que foram preservados por alguém e para uma determinada finalidade. Por isso, os acervos e arquivos escolares são importantes para as pesquisas sobre a História da Educação.

As Escolas Normais pesquisadas foram criadas pelo poder municipal e foram as primeiras a funcionar na região oeste em 1929, juntamente com a Escola Normal Livre Guedes de Azevedo, de Bauru (1928). Elas recebiam matrículas de rapazes e moças e cobravam mensalidades e taxas dos alunos para se manterem.

O jornal *O Linense*⁶¹ (1928, p. 2) publicou a seguinte nota sobre a criação da *Escola Normal Livre de Lins*, em 14 de maio de 1928:

Sabemos que membros influentes da nossa sociedade, e políticos de destaque cogitam a fundação de uma Escola Normal Livre, com o concurso da municipalidade.

A idéa é digna dos maiores louvores, pois que é uma necessidade cujos benefícios se compreendem imediatamente, estando a nossa cidade em condição privilegiada para esse fim, sendo como é um centro único, na expressão geographica, desta zona.

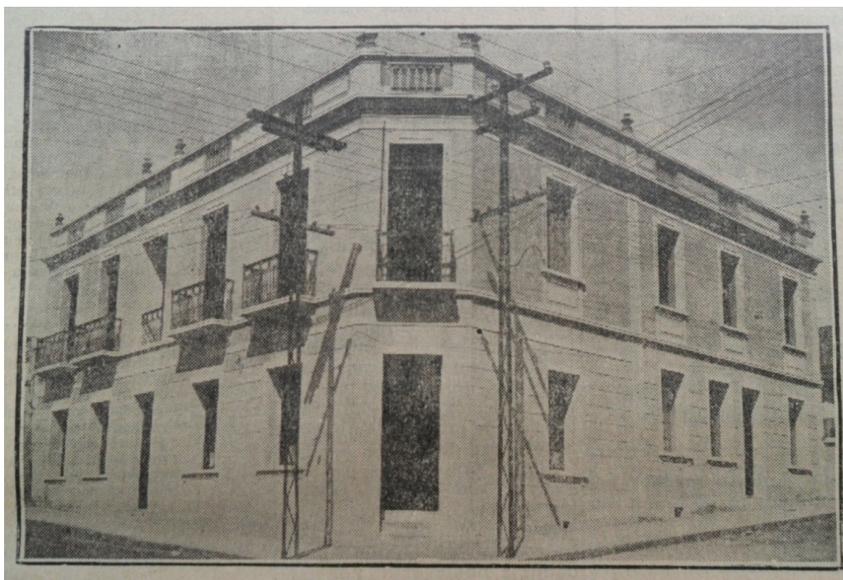
Os autores dessa grande idéa, realizando-a, ligarão seu nome perpetuamente a historia de Lins, como seus benfeitores.

⁶¹ Jornal publicado em Lins.

Os nossos applausos a tão nobre concepção e nossos votos pela sua breve organização.

Pela nota do jornal O Linense, é possível considerar que a Escola Normal era uma instituição importante na época, ainda mais em uma região em desenvolvimento, onde as oportunidades de estudo ainda eram escassas. A notícia evidencia que havia uma boa expectativa pela criação da Escola Normal Livre e que era uma necessidade na região

Imagem 9: Segundo prédio da *Escola Normal Livre de Lins*



Fonte: Jornal Commercio de Lins, 3 de março de 1932, p. 1.

Para conhecer um pouco da história da *Escola Normal Livre de Lins* recorri a alguns documentos encontrados no Arquivo Permanente dessa

Escola: o manuscrito intitulado “História da Escola Normal Nossa Senhora Auxiliadora”, escrito pela Irmã Maria Rita Camargo⁶² (1954), Atas da Câmara Municipal de Lins e jornais.

Segundo a Ata da Câmara Municipal de Lins (1929, p. 32), a *Escola Normal Livre de Lins* foi criada pela Lei Municipal nº. 67, de 25 de janeiro de 1929, pelo projeto do vereador Dr. João Pinto da Silva. Ainda de acordo com a Ata, o prefeito da cidade ficaria encarregado de solicitar a equiparação, junto à Diretoria Geral da Instrução Pública, e de nomear a direção, o corpo docente e administrativo para a Escola Normal. Dessa forma, o funcionamento da instituição estava diretamente ligado ao poder municipal.

De acordo com a História da Escola, escrita por Camargo (1954, p. 2), a *Escola Normal Livre de Lins* foi equiparada às Escolas Normais Oficiais no mesmo ano, em 7 de março, e iniciou suas atividades em 10 de abril de 1929, com 28 alunos matriculados em prédio⁶³ adaptado que pertencia ao município de Lins.

A Escola Normal funcionou como municipal até 1938, depois passou a ser dirigida pela Diocese. Pelo Ato nº. 563 da Prefeitura Municipal de Lins, de 3 de março, a Escola foi transferida para o Ginásio Diocesano de Lins, de propriedade do Bispado de Cafelândia/SP, com o nome de *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* e se tornou o Departamento Feminino do Ginásio⁶⁴. Então, assumiu a Direção da escola o Padre Osvaldo Vieira de Andrade, sendo Vice-Diretor o Padre José Nunes Dias (CAMARGO, 1954). Assim, a escola passou a ser de domínio

⁶² A Irmã Rita Camargo foi diretora da Escola Normal na década de 1950 e 1960.

⁶³ Não encontrei, até o momento, fotografia do primeiro prédio da *Escola Normal Livre de Lins*.

⁶⁴ O Ginásio Diocesano era destinado apenas para rapazes, enquanto a Escola Normal era apenas para moças.

da Igreja Católica e além da formação profissional, os alunos receberiam a formação religiosa.

Sobre a transferência da escola, o Jornal Comercio de Lins (17 de março de 1938, p. 1) publicou que poucos eram os jovens interessados em cursar o Ensino Normal na cidade e que no ano de 1937 não houve nenhum professor formado, mas mesmo com isso, a prefeitura gastou verbas públicas para manter a escola. O jornal explica que:

As vantagens que a população colhia com a manutenção da Escola Normal pelo município não compensavam os sacrifícios do erário, representados, só num ano, 1937, em que não houve um diplomado sequer por 70:000\$000.

O Ginásio Diocesano recebe a escola sem ônus nenhum para a Prefeitura, sem nenhuma subvenção, sem exigir o material pedagógico formado por carteiras, cartas geográficas, mapas muraes, gabinete de física, química e história natural e biblioteca – material esse que orça em 90:000\$000 e vae todo ser aproveitado nas escolas ruraes municipaes, algumas já existentes e outras proximadamente creadas.

Pelo exposto, para o poder público local a manutenção da Escola Normal não mais se justificava pelas razões indicadas no artigo e sua transferência para o Ginásio Diocesano foi a solução encontrada pelo poder local para resolver as dificuldades financeiras.

Com a mudança de gestão da Escola Normal, ocorreu também a mudança no modelo de formação docente. A escola, que inicialmente era laica, passou a oferecer também a formação religiosa, comum nesse tipo de instituição que, junto ao prédio da escola, sempre possui uma Capela para a realização de missas, formaturas e demais celebrações religiosas.

Imagem 10: Prédio da *Escola Livre Nossa Senhora Auxiliadora* em Lins (construção iniciada em 1938)



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora Nossa Auxiliadora em Lins.

Pelos registros de Camargo (1954), no mês março de 1938, o arquivo geral dos cursos, móveis, utensílios, materiais e livros da biblioteca foram transportados para o prédio de propriedade da Diocese. Tal informação contraria as informações apresentadas pelo Jornal, uma vez que lá está posto que os móveis e materiais pedagógicos iriam para as escolas isoladas municipais.

Também em 1938, iniciou-se a construção do novo prédio da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* (imagem acima) que foi concluído totalmente apenas em 1946, com a inauguração da Capela. Em 1942, houve mais uma mudança: o Bispado passou a direção da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* à Congregação Salesiana (Irmãs

Salesianas⁶⁵ ou Filhas de Maria Auxiliadora), que está na direção da escola até os dias atuais. As Irmãs cuidariam da formação das mulheres, e os Padres, da formação dos homens. Então, a partir de 1942, não se formaram mais rapazes nessa Escola Normal, como consta no Livro de Registro de Diplomas (1929-1950). A instituição se preparou para receber alunas em regime de internato e semi-internato, iniciando a construção de uma nova parte do prédio para abrigar as internas.

Não encontrei documentos que apontassem indícios da disciplina exigida às alunas ou da conduta a ser seguida, mas tratando-se de uma escola confessional, pressuponho que havia um rigoroso controle do comportamento, começando pela separação dos rapazes e moças. Provavelmente, os horários eram rígidos, as saídas das internas eram proibidas e as visitas eram controladas e com datas predeterminadas.

A transferência da direção da Escola Normal para as Irmãs Salesianas⁶⁶ extinguiu a possibilidade de os rapazes ingressarem no Curso Normal dessa escola, pois de acordo com as normas da Congregação, o trabalho das Irmãs Salesianas é cuidar da formação das mulheres e os rapazes que pretendessem cursar o Ensino Normal teriam que buscar outra instituição mista na região para obterem o diploma de professor primário.

⁶⁵Em 14 de janeiro de 1942, chegaram à Escola Normal sete freiras, vindas de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, acompanhadas pela Revda. Madre Martha Cerutti. As sete irmãs pioneiras foram: Ir. Catharina Consoli (nomeada Diretora); Ir. Laura Bianchi Fanciulli; Ir. Constança de Moraes Botelho; Ir. Luris Lotfi; Ir. Cecília Maggioni; Ir. Yolanda Moreira e Ir. Elisa Ghirardi.

⁶⁶As primeiras Irmãs Salesianas vieram da Itália e chegaram ao Brasil em 1892, na região de Lorena, Pindamonhangaba e Guaratinguetá (SP) onde, em 1893, criaram a 1ª. Visitadoria e depois foram para outras regiões do país. O principal objetivo era trabalhar em missões e, pelos documentos, em cada região do país as Irmãs trabalharam com as necessidades da população, em asilos, orfanatos, hospitais e na catequização dos índios. Foi então, pela experiência no trabalho com educação, que as Irmãs Salesianas de Mato Grosso do Sul foram chamadas a assumir a Escola Normal em Lins. Com isso, o *Colégio Nossa Senhora Auxiliadora* é vinculado, mantido e supervisionado pela *Inspetoria Immacolata Ausiliatrice*, com sede em Campo Grande/MS que por sua vez é vinculada a uma Inspetoria principal na Itália.

A criação da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* se deu pela Lei Municipal nº. 429, de 25 de agosto de 1928 (Ata da Câmara Municipal). Ela foi instalada no início de 1929, durante o mandato do prefeito Leônidas do Amaral Vieira⁶⁷, que hoje é patrono da escola. Segundo Prado e Sato (2013), a escola inicialmente se situou em um casarão da prefeitura, onde atualmente se localiza a Biblioteca Municipal da cidade (Rua Coronel Emygdio José da Piedade, esquina com a Rua Catarina Etsuko Umezu) e depois foi transferida de prédio várias vezes ao longo de sua história. Considero que, devido a tantas mudanças, os documentos do arquivo permanente foram se perdendo e se deteriorando, pois são raros os documentos do período em que a Escola Normal foi municipal. A *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, assim como a *Escola Normal Livre de Lins*, funcionou em regime de externato para rapazes e moças.

⁶⁷Leônidas do Amaral Vieira foi um político bastante influente em Santa Cruz do Rio Pardo e foi e atualmente é patrono da Escola que se denomina *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*, que recebe alunos do Ensino Fundamental e Médio.

Imagem 11: Primeiro prédio da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*



Fonte: Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato.

Segundo Prado e Sato (2013), em 13 de maio de 1930, a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* foi transferida para um prédio propriamente construído para seu funcionamento, localizado na Avenida Tiradentes, esquina com a Rua Marechal Bittencourt (Imagem abaixo), onde permaneceu alguns anos depois de ter sido transformada em Escola Normal Oficial.

Imagem 12: Segundo prédio da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*



Fonte: Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato.

A Escola Normal Livre foi transformada em *Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo* em 6 de junho de 1939, pelo Decreto nº. 10.336, e depois foi denominada, pelo Decreto nº. 15.236, de 28 de novembro de 1945, de *Escola Normal e Ginásio Estadual de Santa Cruz do Rio Pardo* (POLIANTEIA, 1946). Anos mais tarde, foi transformada em *Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira*⁶⁸ e atualmente é denominada *Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira*. Há fortes indícios de que o município de Santa Cruz do Rio Pardo transferiu a Escola

⁶⁸ Sobre o *Instituto de Educação Leônidas do Amaral Vieira*, ver: Labegalini (2005) e Castro e Reis (2014).

Normal para o governo estadual devido a dificuldades financeiras em manter a escola, assim como aconteceu com a *Escola Normal Livre de Lins*.

Sobre a inauguração do segundo prédio da Escola Normal, o jornal Correio Paulistano (16 de maio de 1930, p. 5) noticiou, em reportagem intitulada “O desenvolvimento da instrução na Alta Sorocabana”, que partiram da estação ferroviária de São Paulo para a inauguração do novo prédio da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* o Secretário do Interior Sr. Fábio Barreto e o Diretor Geral da Instrução Pública Amadeu Mendes, o Inspetor Escolar dessa Escola Normal, Sr. Dario Queiroz, o Sr. Deputado Leônidas do Amaral Vieira (ex-prefeito da cidade), entre outras autoridades. A reportagem relata que houve grande festa nessa ocasião.

O periódico A Cidade, de Santa Cruz do Rio Pardo, publicou um texto (sem autor) intitulado “Escola Normal Livre”, de apenas uma página, que contribuiu, dando indícios da importância que tal impresso, e seus editores, davam à Escola Normal, enaltecendo a criação dessa Escola Normal Livre como obra do Partido Republicano. De fato, com o desenvolvimento econômico e a urbanização das cidades, a instrução se tornou imprescindível para a continuidade do progresso; assim, a escola e a instrução foram intensamente valorizadas. O texto destaca que a instrução, “sobretudo a primeira, é o caminho único, seguro, certo para a vitória da colectividade” (ESCOLA, 1933).

Segundo o texto, há indícios de que boa parte dos normalistas formados pela *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* foi lecionar em escolas isoladas e rurais da região como era o intuito da Reforma de 1927. O texto salienta que:

A primeira turma de pedagogos, formada anno passado, encontra-se em franca actividade, espalhadas pelas fazendas dentro e fora do município, cumprindo sua missão altamente patriótica,

alfabetizando os paulistas, espargindo o clarão da instrução entre as populações rurais. A segunda turma que deixou a Escola, dentro em pouco rumará ao campo em busca de nossos patrícios analfabetos, trazendo-os ao seio da civilização. E, assim, vae nossa casa de educação concorrendo para o progresso, grandeza e prosperidade de São Paulo.

Tais informações desse artigo, mesmo não sendo possível mapear exatamente as escolas por onde passaram esses normalistas, contribuem para evidenciar a falta de professores em escolas situadas na área rural, além da destinação dos egressos da Escola Normal Livre.

3.3 Escola Normal Livre: organização física, administrativa e político pedagógica

Como mencionei anteriormente, tive que recorrer a documentos posteriores ao período estudado para obter algumas informações sobre o funcionamento e a organização das Escolas Normais pesquisadas. De forma geral, como as duas escolas eram municipais, seu corpo docente – com exceção dos professores de Pedagogia, Psicologia e Didática – e administrativo seriam nomeados pelo poder municipal.

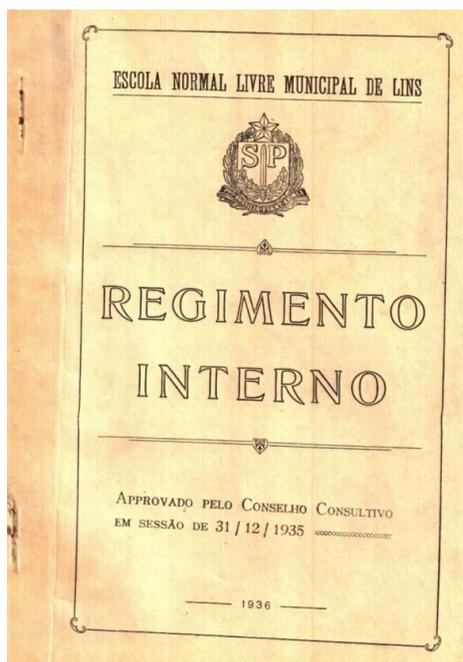
Foi possível conhecer um pouco do funcionamento da *Escola Normal Livre de Lins* pelo Regimento da Escola, publicado em 1936. Ele procurava divulgar a escola e informar os pais e alunos sobre seus cursos, normas de funcionamento e taxas.

De acordo com o Regimento (1936), durante o período em que a instituição foi municipal, ela funcionou em regime de externato para ambos os sexos, oferecendo os cursos Primário, Secundário e de Formação de Professores Primários. O Curso Normal foi o primeiro a funcionar,

ainda na década de 1920 conforme a Reforma de 1927, depois vieram os outros. O Regimento ressalta que os Programas dos cursos eram ministrados de acordo com o Código de Educação (1933) e que todos os professores eram registrados no Ministério da Educação, como exigia a legislação.

Como consta no Regimento, um dos deveres dos lentes (art. 7) do Curso de Formação de Professores era desenvolver as aulas de acordo com os programas oficiais. Essa exigência já era determinada pela Reforma de 1927 e permaneceu durante a Reforma de Lourenço Filho (1930) e Fernando de Azevedo (1933). Isso é um indício de que a escola pretendia se firmar no cenário educacional paulista, comprovando sua idoneidade e que estava atenta às normas exigidas pelo governo paulista.

Imagem 13: Capa do documento Regimento da *Escola Normal Livre de Lins* (1936)



Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Lins.

Ao final do Regimento são apresentadas as taxas de matrícula, mensalidades e exames que deveriam ser pagos pelas famílias dos alunos. O art. 12 acrescenta que todos os alunos, quando convocados, estavam obrigados a participar das festividades e comemorações cívicas, cabendo penalidades no caso de não comparecimento. Na imagem abaixo, estão as normalistas da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora de Lins* em desfile de uma comemoração cívica. Essa fotografia é do período em que a instituição já era dirigida pelas Irmãs Salesianas – período em que o Curso Normal foi destinado apenas para moças – e apresenta as alunas em comemoração cívica.

Imagem 14: Desfile em comemoração cívica das alunas da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* de Lins (s/d)

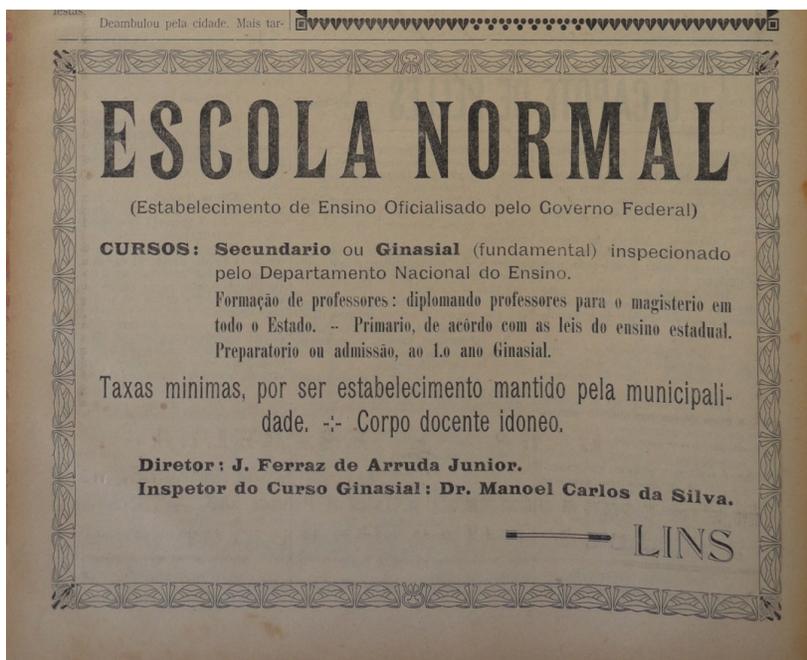


Fonte: Acervo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora em Lins.

Além de comparecer às aulas devidamente uniformizados, conforme modelo aprovado pela diretoria da escola e atender às ordens superiores (art. 9º.), os alunos deveriam efetuar, até todo quinto dia útil, de cada mês, na Tesouraria Municipal, o pagamento da mensalidade escolar. Entretanto, a escola oferecia algumas vagas gratuitas e concedia isenção de mensalidade para alunos indigentes⁶⁹ (duas vagas para cada classe dos cursos) e isenção de mensalidade para o aluno que tivesse dois ou mais irmãos matriculados em qualquer um dos cursos, desde que apresentasse provas documentadas. A isenção de mensalidade parece ser um estímulo para que as famílias matriculassem seus filhos e uma oportunidade de estudos e obtenção de uma profissão aos alunos carentes. Abaixo, apresento um anúncio fazendo a propaganda da *Escola Normal Livre de Lins* ainda no período em que foi mantida pelo município.

⁶⁹ Considero que o termo aluno indigente significa aluno órfão, ou abandonado pelos pais, ou sem recursos financeiros suficientes.

Imagem 15: Anúncio da *Escola Normal Livre de Lins*



Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Motta Carvalho (Jornal Commercio de Lins, 01 de janeiro de 1935).

É importante destacar que nos documentos, jornais e outros materiais de ambas as Escolas Normais pesquisadas há sempre a preocupação de assinalar que o funcionamento da instituição estava de acordo com as condições impostas pela legislação do ensino paulista. No anúncio acima, é possível observar informações como: “Estabelecimento de ensino oficializado pelo governo federal; inspecionado pelo Departamento Nacional de Educação e corpo docente idôneo”. Consta na Constituição de 1934, art. 150, que competia à União reconhecer os estabelecimentos particulares de ensino que assegurassem a seus professores estabilidade e remuneração condigna. Mas não encontrei nenhum documento sobre esse reconhecimento nos arquivos da escola.

Sobre a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, o Correio Paulistano divulgou que o novo prédio foi construído de acordo com as normas higiênicas, como solicita a Reforma de 1927:

O prédio novo e magnífico, em suas elegantes linhas architectonicas, está situado à Avenida Tiradentes.

Tem todos os requisitos exigidos pela Hygiene.

É confortável e são amplos os seus salões.

Compõe-se em sua parte superior, de salão nobre, directoria e salas de aula para os professores.

A sua parte inferior comprehe officina de carpintaria, aula de modelagem gabinete de physica e chimica, sala de alumnos, curso preparatório municipal, anexo, e biblioteca (O DESENVOLVIMENTO..., 1930, p. 5).

Com a notícia acima, é possível conhecer, mesmo que com poucos detalhes, a estrutura física da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*. O Correio Paulistano informa ainda que cada aluno contribuiu para a construção do novo prédio com 360\$000 (moeda da época) por ano. Isso pode significar a dificuldade dos municípios em custear a construção e manutenção dos prédios escolares municipais.

Segundo a lei de criação dessa instituição, o art. 2º. menciona que os programas seriam organizados de acordo com os programas das Escolas Normais Oficiais, e o art. 3º. diz:

Afim de ser a escola fundada equiparada às Escolas Normais Oficiais, terá o seu lente de Pedagogia e Didactica de nomeação do governo,

bem como seu inspetor fiscal nomeado de conformidade com o art. 21 da lei 2.669 de 31 de dezembro de 1927.

A nomeação do lente de Pedagogia, Psicologia e Didática e do Inspetor Fiscal seria feita pelo governo estadual e as demais nomeações de outros professores e funcionários seria função do prefeito municipal de acordo com a Reforma de 1927.

Para estimular as matrículas, o professor Joaquim Silvério Gomes dos Reis, então prefeito da cidade entre 1937-1938, concedeu pela Lei Municipal nº. 34, de 6 de agosto de 1937, a isenção de 40% das mensalidades aos alunos matriculados que fossem filhos de funcionários municipais. Desse modo, considero que os municípios tiveram papel importante na expansão das Escolas Normais Livres e da instrução em geral no período em questão, principalmente em regiões distantes dos grandes centros urbanos como o oeste paulista. Com a abertura proposta pela Reforma de 1927, os municípios puderam implementar ações para desenvolver a instrução pública local. Considero também que a Reforma de 1927 talvez não tenha sido significativa para os grandes centros urbanos e regiões mais desenvolvidas do estado, mas certamente, para regiões mais afastadas, trouxe transformações importantes para a instrução.

3.4 Inspeção escolar: a relação da Escola Normal Livre com a Diretoria Geral da Instituição Pública

A relação das Escolas Normais Livres com a Diretoria Geral da Instrução Pública pode ser mapeada e evidenciada pela inspeção escolar. A prática dos Inspectores Fiscais ou Escolares pode ser confirmada nos registros feitos nos Livros de Visitas encontrados em ambas as escolas

pesquisadas e também em outras Escolas Normais visitadas da região oeste⁷⁰. A legislação de 1927 não determinou uma quantidade de visitas que deveriam ser feitas pelos inspetores fiscais. Apenas com o Código de Educação foi determinado o número mínimo de duas visitas por mês. Mas, diante dos registros, observa-se que há indícios de que essa determinação não foi cumprida, talvez pelo grande número de escolas sob responsabilidade de um Inspetor Fiscal e pelas dificuldades de locomoção, como é relatado em diversos Relatórios dos Delegados de Ensino.

No geral, em ambas as escolas encontrei registros indicando que a função do Inspetor Fiscal era: examinar a escrituração da escola (chamada, faltas e notas); participar da banca examinadora dos exames parciais e finais; assistir as aulas do curso e os ensaios do orfeão, dando instruções sobre a execução do programa e demais atividades para os professores; verificar as condições do prédio e instalações como salas de aula, banheiros e bebedouros e, por exemplo; verificar as condições e quantidades dos materiais necessários para as aulas de Ginástica e Trabalhos Manuais, bem como para o Gabinete de Física e Química e demais orientações sobre diversos elementos da escola, como horários, uniformes, comemorações cívicas, matrículas, exames, organização da biblioteca, entre outros.

Pelos registros feitos pelos Inspectores nos Livros de Visitas pude notar que tais escolas, inicialmente funcionavam com certas dificuldades. Problemas como falta de professor, espaços inadequados, falta de materiais e escrituração incorreta eram assuntos dessas visitas. Contudo, os Inspectores também pontuaram as melhorias nas escolas. No caso de Santa Cruz do Rio Pardo, um dos Inspectores registra, em 6 de setembro de 1930:

⁷⁰ Em Escolas Normais Livres em regime de internato, o Livro de Visita também era usado para a segurança das alunas e registrava a entrada (data e horário) de todos, inclusive as visitas dos pais às suas filhas internas.

Installada, agora, em optimo e bello prédio que a municipalidade construiu – com boas accomodações para as classes, para o gabinete de phisica e chimica, para a biblioteca – a Escola esta actualmente bem aparelhada e em favoráveis condições para atingir seus altos objectivos (ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 1930, p. 06).

Os registros indicam, que mesmo com as dificuldades os municípios procuravam fazer as adequações para melhorar o funcionamento das escolas conforme as condições exigidas para a equiparação.

O Livro de Visitas encontrado na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* (1929-1935) está assinado em todas as páginas pelo Diretor Agenor de Camargo, primeiro Diretor da escola. Pelos registros, a inspeção começou já no ano de 1929. Esses registros foram escritos por Inspectores Fiscais e por Inspectores Fiscais especiais de Música, Ginástica e Trabalhos Manuais como ocorreu também em Lins, contudo não há uma regularidade nessas visitas. Nos anos de 1931 e 1932, por exemplo, não foi registrado nenhuma visita dos Inspectores, mas a ausência dos registros não significa que elas não foram realizadas. É preciso considerar que o Pós-Revolução de 1930 até 1932 foi período de dificuldade política em São Paulo, como mencionei no primeiro capítulo. A presença do governo interventor e o fato de algumas escolas terem funcionado como locais de atividade política e militar nesse período pode ter dificultado o trabalho de inspeção escolar. De acordo com Sato e Prado (2013), Santa Cruz do Rio Pardo foi invadida pelos gaúchos no fim da Revolução de 1932 e esse fato pode ter paralisado muitas atividades da cidade.

Um Inspetor que não pôde ser identificado fez o seguinte relato em 25 de agosto de 1933, no Livro de Visitas da *Escola Normal Livre de*

Santa Cruz do Rio Pardo: “O corpo docente desta escola é competente e esforçado e não mede sacrifícios quando trata de elevar o bom nome de que goza o estabelecimento”. Isso pode ser um indício de que a *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* era bem vista pelos Inspetores e pela sociedade em geral e que a municipalidade estava em busca de melhorar as condições da escola.

No Livro de Visitas da *Escola Normal Livre de Lins* (1929-1937) foram registradas visitas de Inspetores⁷¹ diferentes que também não obedeciam a uma regularidade. Não há registros nos anos de 1931 e 1932, porém não é possível afirmar que as visitas não foram feitas. Como mencionei anteriormente, as Escolas Normais Livres pesquisadas funcionavam com algumas dificuldades. Em visita em 7 e 8 de outubro de 1929, um dos inspetores escolares registrou no Livro de Visitas da *Escola Normal livre de Lins* que:

A Escola funciona em prédio que não oferece as necessárias acomodações ao fim que se destina: as salas de aula são acanhadas como acanhado é o pátio para os exercícios gýnasticos. Para o ano de 1930, falta uma sala para experiéncias de physica e chimica (ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS, 1929, p. 2).

As condições impróprias do prédio são ressaltadas em vários registros dos Inspetores. Com a mudança de prédio em 1932, os registros posteriores mencionam que as condições do prédio melhoraram e o imóvel estava adequado às finalidades da Escola Normal. Há também registros que ressaltam as qualidades da escola:

⁷¹ Muitos desses inspetores não puderam ser identificados pelas condições dos documentos.

Visitei esta Escola. Assisti a diversas aulas, levando ótima impressão da maneira por que esta sendo aqui orientado o ensino de diversas disciplinas do programa, por parte do Sr. Dr. Jefferson, diretor do estabelecimento, bem como da parte dos srs. professores, em grande entusiasmo e dedicação (ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS, 1929, p. 43).

Apesar das dificuldades que enfrentavam, havia certo empenho em mantê-las, pela necessidade de professores para regiões. Nesse sentido, considero que os dados apresentam indícios de que essas Escolas Normais Livres funcionavam de forma precária e de que, inicialmente, a fiscalização não seguia rigorosamente a legislação como apontam os Livros de Visitas. Então, de modo geral, a oficialidade não se apresentava da maneira especificada na legislação. Talvez essa postura foi tomada pelos Inspetores para a própria sobrevivência do projeto de expansão do Ensino Normal e da Escola Normal Livre. Outro dado que vale ser destacado é que algumas Escolas Normais Livres confessionais católicas eram providas por mantenedoras estrangeiras e recebiam professores estrangeiros, como mostram os documentos da *Escola Normal Livre de Lins*, após as Irmãs Salesianas assumirem a direção da instituição. Isso contrariava a legislação paulista, pois tanto a Reforma de 1927, como a Reforma Lourenço Filho (1930) e o Código de Educação (1933) determinavam que para obter a equiparação a Escola Normal Livre deveria ser mantida por associações nacionais.

3.5 Sujeitos: alunos, professores, diretores e inspetores

Diante da “missão patriótica” incumbida às Escolas Normais Livres de formar professores que o estado necessitava, considero importante identificar os sujeitos que participaram dessa missão.

Para conhecer os alunos da *Escola Normal Livre de Lins*, recorri novamente ao manuscrito, escrito pela Irmã Maria Rita Camargo (1954). Ela descreve que, na *Escola Normal Livre de Lins*, em 1929, houve a inscrição de 33 candidatos ao exame de admissão e 26 alunos (23 moças e 3 rapazes) foram aprovados para a matrícula. É importante destacar a matrícula de Ulysses Silveira Guimarães⁷², que se formou professor na *Escola Normal Livre de Lins*.

Em 1930, houve a matrícula dos alunos aprovados no exame de admissão, e a escola teve mais uma classe: 18 alunos no 1º. ano e 21 no 2º. ano. Percebo que o número de alunos da primeira turma decaiu, o que também prejudicou a sobrevivência da instituição que dependia das mensalidades dos alunos para se manter em funcionamento. O primeiro diretor da *Escola Normal Livre de Lins* foi Luiz Jefferson. Abaixo, a foto dos alunos do primeiro ano (1929).

⁷² Ulysses Silveira Guimarães (1916-1992) foi importante deputado federal; liderou junto com outros políticos campanhas pela redemocratização, como as eleições diretas na década de 1980. Exerceu a presidência da Câmara dos Deputados em três períodos (1956-1957; 1985-1986 e 1987-1988), presidindo a Assembleia Nacional Constituinte, em 1987-1988. A nova Constituição, na qual Ulysses teve papel fundamental, enfim foi aprovada em 5 de outubro de 1988, tendo sido por ele chamada de “Constituição Cidadã”, pelos avanços sociais que incorporou no documento. Ver biografia completa de Ulysses Guimarães no *site* http://www2.camara.leg.br/acamara/conheca/historia/Ex_presidentesCD_Republica/ulisses.html.

Imagem 16: Primeira turma de alunos da *Escola Normal Livre de Lins*



Fonte: Acervo particular de Carlos Eduardo Motta Carvalho.

O Livro de Matrículas da *Escola Normal Livre de Lins* (1939-1941), além dos dados pessoais dos alunos, como nome, data e local de nascimento, apresenta informações sobre a profissão do pai. As profissões dos pais eram: dentista, fazendeiro, funcionário público, comerciante, contador, delegado, farmacêutico, médico, alfaiate, advogado, ferroviário, construtor, negociante, engenheiro agrônomo, guarda-livros, professor, agricultor e lavrador (talvez a profissão de menor renda para a época). Por esses registros, considero que a maior parte das famílias tinha condições mínimas para arcar com as mensalidades e taxas para estudar os filhos. Sendo assim, considero que a expansão do Ensino Normal, sobretudo da Escola Normal Livre, nesse momento não era para todos, mas sim para a parcela da sociedade que tinha condições financeiras de arcar com as

despesas. Embora houvesse a isenção das mensalidades para alguns alunos, a maioria tinha que pagar pelos estudos.

O Livro de Registro de Diplomas da *Escola Normal Livre de Lins* (1932-1950) contém todas as turmas e respectivas assinaturas dos formandos, desde a primeira turma em 1932 até 1950. Assim, pude mapear o número de professores formados por essa instituição conforme quadro abaixo.

Quadro 14: Formandos da *Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora* (1932-1946)

Formandos da <i>Escola Normal Livre N. S. Auxiliadora</i> (1932-1946)		
Ano	Feminino	Masculino
1932	16 alunas	02 alunos
1933	11 alunas	–
1934	06 alunas	01 aluno
1935	06 alunas	01 aluno
1936	14 alunas	01 alunos
1937	0_	0
1938	07 alunas	02 alunos
1939	10 alunas	01 aluno
1940	34 alunas	02 alunos
1941	25 alunas	03 alunos
1942	18 alunas	–
1943	27 alunas	–
1944	50 alunas	–
1945	15 alunas	–
1946	28 alunas	–
Total	280 professores	

Fonte: Livro de Registro de Diplomas da *Escola Normal Livre de Lins* (1932-1950)

Pelo Quadro, é possível notar que de 1932 até 1946 formaram-se 280 professores e que a Escola Normal recebeu mais alunos depois que a Diocese e Irmãs Salesianas assumiram a direção (a partir de 1939). O Livro de Registro de Diplomas confirma a notícia do jornal de que no ano de 1937 não houve professores formados. Mas após a transferência da escola normal para a Diocese foram registrados os diplomados em todos os anos subsequentes confirmando que havia demanda de alunos para o Ensino Normal na região de Lins.

O primeiro corpo administrativo foi assim composto: Diretor Dr. Luiz Jefferson Monteiro da Silva; Inspetor Prof. Gustavo Kuhlmann. O primeiro corpo docente foi: Cornelia Piza de Souza; Esther de Almeida Villela; Dr. Francisco Arci; Hercília Rodrigues; Joaquina H. de Souza Leite; José Ferraz de Arruda Júnior; Dr. Luiz Parigôt de Souza; Maria Piedade Coutinho; Miguel Vicente Passarelli; Dr. Paulo Villela de Andrade; Rubens Machado da Silva; Ercília Mendes Longo; Fortunata C. Morato Almeida; Gumercindo Correa de A. Moraes; Dr. João Norberto Longo; José Carlos Antunes; Dr. Luiz Morato Pinto de Almeida; Manoel de Ornelas Velloso; Dr. Mário Pinto de A. Fernandes; Nelson Toledo Martins; Dr. Péricles da Silva Pereira e Vicente de Paula Bela. Infelizmente, não consegui informações sobre as disciplinas que esses professores lecionavam e sobre qual deles seria o professor de Psicologia, Pedagogia e Didática nomeado pelo Governo. Para saber a formação desses profissionais, busquei seus nomes no Livro Jubilar da Escola Normal (RODRIGUES, 1930b) e verifiquei que alguns eram formados pelas Escolas Normais Oficiais, como Gustavo Kuhlmann, formado na Escola Normal de São Paulo, em 1908; Cornelia Piza de Souza e Ercilia Mendes Longo se formaram em 1917, na Escola Normal de São Paulo junto com Lourenço Filho, e Rubens Machado da Silva formou-se na Escola Normal Primária, anexa à Escola Normal de São Paulo, em 1919. Tais dados

indicam que parte desses professores tinha formação adequada para lecionar na formação de professores.

Outro dado importante fornecido pelos Livros de Matrículas (1939-1941) é que a *Escola Normal Livre de Lins* atraiu também estudantes que residiam em cidades vizinhas, como Cafelândia, Guaiçara, Penápolis, Promissão, Marília, Getulina, Pirajuí, Valparaíso, Avanhandava, Sabino, Glicério, Araçatuba, Garça, Novo Horizonte, Bauru e Tupá. Embora essas informações sejam do período anterior ao estudado, é possível considerar que a instituição atraiu jovens de cidades vizinhas que buscavam uma formação.

No caso da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, foram encontrados pouquíssimos dados sobre os alunos. O Livro de Inscrição para Exame de Admissão (1929-1933) e o Livro de Visitas são os únicos documentos que trazem mínimas informações sobre os alunos. Infelizmente, esse Livro de Inscrição para Exame de Admissão não informa quantos alunos foram admitidos e matriculados nessa instituição, mas pude observar que o número de inscritos era muito significativo e atraiu candidatos de várias cidades próximas a Santa Cruz do Rio Pardo, como Ourinhos, Palmital, Salto Grande, Ipaussu, Bernardino de Campos, São Pedro do Turvo, Chavantes, Espírito Santo do Turvo e Fatura.

Para o ano letivo que se iniciaria em 1929, a Escola Normal recebeu 88 inscrições de rapazes e moças para o exame de admissão e, conforme descrito no Livro de Visitas, foram 75 alunos matriculados no 1º. ano do Curso Normal (16 rapazes e 59 moças). Desses alunos, apenas 32 se matricularam para o 2º. ano, em 1930 (2 rapazes e 30 moças). Isso indica que pouco menos da metade dos alunos admitidos no 1º. ano continuaram o curso no ano seguinte.

Já a segunda turma (1930) da Escola Normal foi bem menor que a anterior, com apenas 39 alunos matriculados (12 rapazes e 27 moças) no 1º. ano. Nos anos posteriores, o número de inscritos para o exame de admissão à Escola Normal decresceu, mas não deixou de ser significativo: houve a inscrição de 20 candidatos para o ano em 1931; 28 candidatos para o ano de 1932 e 44 candidatos para o ano de 1933.

Imagem 17: Alunos da primeira turma de normalistas da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* e professores à direita.



Fonte: Acervo particular de Celso Prado e Junko Sato.

Ainda sobre os alunos, encontrei um recorte de jornal com uma nota denominada “Notícias sobre o início do nosso IELAV” (Instituto de

Educação Leônidas do Amaral Vieira), escrita pelo professor Dr. Pedro César Sampaio, sem nenhuma referência, com uma informação importante sobre os alunos. Na nota consta que a primeira turma teve menos de dez alunos formados:

O prédio em poucos dias foi adaptado para a Escola, paredes foram derrubadas para as salas de aula e a primeira turma com menos de 10 alunos formou-se no outro prédio da Avenida Tiradentes.

Dessa primeira turma de professores, alguns se acham, por sua cultura, em posição de maior destaque no Estado de São Paulo.

De acordo com a nota, poucos alunos (dos 75 matriculados na primeira turma em 1929) conseguiram se formar. Isso pode indicar as dificuldades dos alunos em arcar com as despesas dos estudos. Sobre o primeiro Diretor, a nota diz que o farmacêutico Agenor de Camargo foi o primeiro Diretor da Escola. Sobre o corpo docente da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*, com exceção do professor de Pedagogia e Didática, diz que foram nomeados pelo prefeito municipal.

O jornal Correio Paulistano apresenta os nomes dos professores que atuavam na escola durante o ano de 1930 – momento de inauguração do novo prédio da escola. Na notícia de inauguração do prédio da escola, o jornal cita os nomes de alguns professores e do segundo diretor, que também era o prefeito da cidade, o Sr. Capitão Avelino Taveiros⁷³. Segundo a notícia:

⁷³ Não encontramos informações sobre o Capitão Avelino Taveiros, mas há indícios de que ele não tinha formação em Escola Normal.

O corpo docente esta constituído de competentes educadores e é o seguinte: professor Antonio d'Ávila – Psychologia Didactica e Desenho; professor Francisco Pereira Junior – Portuguez e Historia; professora d. Henriqueta Corrêa Neto – Musica e Trabalhos; professor Amadeu Damato – Mathematica; professor Albino Mello de Oliveira – Gynastica; professora d. Zumira Rodriguez – Francez; professor dr. José de Queiroz – Physica e Chimica e Gracilio de Castro – professor de Trabalhos na secção masculina. A inspeção esta a cargo do Sr. Professor Dario de Queiroz (O DESENVOLVIMENTO..., 1930, p. 5).

Dentre esses professores, destaco o nome de Antonio d'Ávila⁷⁴, que segundo a notícia, foi professor de Psicologia, Didática e Desenho. O professor Antonio d'Ávila, importante autor dos livros *Práticas Escolares* (1940) e *Pedagogia: teoria e prática* (1954), formou-se na Escola Normal de São Paulo, em 1920, onde foi discípulo de Lourenço Filho. Iniciou sua carreira justamente na região de Santa Cruz do Rio Pardo. Foi professor da Escola Rural de Irapé, em Xavantes, em 1921; professor das Escolas Reunidas do mesmo distrito, em 1923; professor adjunto do *Grupo Escolar de Santa Cruz do Rio Pardo*, em 1925, substituindo o diretor em 1926; foi professor de Psicologia, Pedagogia, Didática, Matemática e Desenho da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* (TREVISAN, 2007).

O lente dessas disciplinas, segundo a Reforma de 1927 e o Código de Educação de 1933, deveria ser nomeado pelo governo estadual, mas não foi encontrado documento sobre a nomeação de Antonio d'Ávila como professor da Escola Normal Livre. É importante ressaltar que Antonio d'Ávila tinha formação adequada para ocupar o cargo, assim como o primeiro Inspetor Fiscal Dario de Queiroz, que se formou em 1916 pela

⁷⁴ Ver Biografia completa de Antonio d'Ávila em: TREVISAN, Thabatha Aline. *A Pedagogia por meio da Pedagogia: teoria e prática (1954), de Antonio d'Ávila*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília. 2007.

Escola Normal Primária, anexa à Escola Normal de São Paulo, e o professor Francisco Pereira Júnior, formado em 1904, pela Escola Complementar de Itapetininga, segundo o Livro Jubilar da Escola Normal (RODRIGUES, 1930b).

Pensando nesses sujeitos que fizeram parte dessas Escolas Normais Livres, considero que: em relação aos alunos, é possível dizer que a expansão do Ensino Normal não foi para todos, mas para uma parcela que tivesse condições de arcar com as despesas, tanto escolares, quanto de moradia (pensionatos) e de transporte para o deslocamento de entre as cidades e isso pode ter contribuído para a desistência do curso. É importante destacar que muitos alunos viram na escola normal uma possibilidade de ampliar os estudos e alcançar uma profissão, ou seja, tais escolas representaram a possibilidade de filhos da classe média terem acesso ao ensino próximo de suas cidades. Considero que em uma região de poucas oportunidades, as mulheres viram na Escola Normal uma possibilidade de ampliar os estudos e conseguir uma profissão respeitável e apresentada como adequada ao sexo feminino. Em relação aos professores, há indícios de que a oficialidade era cumprida no que se refere à nomeação do professor de Psicologia, Pedagogia e Didática. Não foi possível verificar a formação de todos os profissionais que atuavam nessas escolas, mas uma parte deles tinha formação adequada para atuar nas Escolas Normais e há indícios que a Escola Normal Livre marcou a entrada desses profissionais no Ensino Normal.

3.6 Saberes: o que se ensina e o que se aprende nas Escolas Normais Livres

Sobre os saberes ensinados e aprendidos nessas instituições encontrei pouquíssimas informações. Mas como mencionei anteriormente, segundo a Reforma de 1927, as disciplinas eram: Português e Calígrafia; Francês; Geografia Geral e Geografia do Brasil; História da Civilização, História do Brasil e Educação Cívica; Aritmética, Álgebra e Geometria; Física e Química; História Natural e Higiene; Psicologia, Pedagogia e Didática; Desenho; Música; Ginástica e Trabalhos Manuais.

Com a implantação do Código de Educação (1933), o Curso Normal sofreu algumas alterações e passou a ter dois anos de duração. O programa do curso era dividido em três (03) seções: 1ª. seção – Educação (Psicologia; Pedagogia; Prática de Ensino e História da Educação); 2ª. seção – Biologia Aplicada à Educação (Fisiologia e higiene da criança; Estudos do crescimento da criança e Higiene da Escola); 3ª. seção – Sociologia (Fundamentos da Sociologia; Sociologia educacional e Investigações sociais em nosso meio).

Encontrei nas instituições pesquisadas dois Livros de Atas de Exames⁷⁵ parciais e finais (Livro de Atas de Exames da *Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora* de Lins – 1938 a 1939 e Livro de Atas de Exames da *Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio Pardo* – 1939) que são posteriores ao período estudado. Nesses livros estão descritos os exames que ocorreram no período, contendo rigorosamente local (sala); data; horário (início e término); disciplina(s) examinada(s); professores da banca examinadora; alunos presentes e ausentes e ao final de todos os exames

⁷⁵ As Atas eram lavradas pelo Secretário da Escola ou pelo Inspetor Fiscal.

constam as notas dos alunos. As Atas mencionam também a presença de demais autoridades, como Delegado de Ensino e Inspetor Fiscal.

Infelizmente, essas Atas não informam os conteúdos avaliados ou as teses que eram sorteadas para que os alunos dissertassem, mas pelas descrições dos exames é possível notar que as provas de Didática eram práticas, realizadas em escolas primárias anexas às Escolas Normais. Tais exames dão indícios de que a observação e reprodução de bons modelos faziam formação do professor como sugere o documento “Instruções Provisórias para a Execução do Programa de Didática nas Escolas Normais Livres” (1930).

Os exames de Desenho, Trabalhos Manuais e Música também eram práticos e os alunos deveriam demonstrar as habilidades aprendidas desenhando objetos ou paisagens, cantando e realizando trabalhos manuais. Na seção feminina de Trabalhos Manuais, as moças tinham que mostrar suas habilidades em bordar, costurar, fazer bainhas, cestas etc. Já na seção masculina, os rapazes tinham que demonstrar suas habilidades em marcenaria, tecelagem etc. Para essas aulas, havia a necessidade das salas especiais para a aprendizagem dos trabalhos manuais. Já os exames de outras disciplinas, como Sociologia, História da Educação e Psicologia, eram dissertativos.

Diante das poucas informações sobre os saberes ensinados e aprendidos, não é possível afirmar que as Escolas Normais Livres pesquisadas seguiam o programa de disciplinas do governo. Mas, a presença do professor de Pedagogia, Psicologia e Didática nomeado pelo estado era uma tentativa de garantir que a formação oferecida pelas Escolas Normais Livres seria semelhante àquela oferecidas nas Escolas Normais Oficiais.

4.

Considerações Finais

Ao analisar o processo de expansão do Ensino Normal em São Paulo, sobretudo o terceiro momento, considero que a Reforma de 1927 marca esse momento ímpar ao possibilitar a equiparação das Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais e romper com o monopólio do estado na formação de professores primários. A equiparação possibilitou que a municipalidade e as associações particulares criassem suas Escolas Normais Livres para atender as demandas locais, mas não é possível descartar que a criação dessas escolas esteve relacionada à interesses políticos.

Na análise empreendida, é importante destacar que o processo de expansão da Escola Normal não foi homogêneo ou mesmo uniforme em todas as regiões do estado. A expansão está relacionada aos aspectos políticos, econômicos e culturais de cada região e essas características precisam ser consideradas. A região oeste paulista, por exemplo, teve sua ocupação mais tardia do que outras regiões do estado, e a expansão do Ensino Normal e Primário está relacionada ao movimento de ocupação e desenvolvimento de cada região. Com isso, as considerações de Meneses (2012) sobre as regiões mais preferidas pelos normalistas e as de Tanuri (1979) sobre a expansão das Escolas Normais pelo estado de São Paulo ter sido acelerada e desorganizada são importantes.

O estudo da *Escola Normal Livre de Lins* e da *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo* confirmam a importância de tomar casos específicos para analisar questões gerais e também a relevância dos arquivos e acervos das instituições de ensino para investigações sobre a História da Educação. Os arquivos das Escolas Normais são importantes fontes de pesquisa, pois revelam transformações políticas e pedagógicas sobre a formação dos professores em diferentes momentos. E ainda, permite analisar os “projetos pedagógicos e modelos culturais” que circulavam pelas instituições.

Nesse processo de expansão do Ensino Normal, é importante destacar que no início da década de 1930 a expansão se deu principalmente por iniciativa municipal, com experiências efêmeras. Porém, na década de 1940, a maioria das Escolas Normais Livres eram confessionais ligadas à Igreja Católica. Desse modo, é importante destacar o papel do município e também das congregações católicas no processo de expansão.

Com a análise das fontes, verifiquei que a oficialidade não se apresenta conforme indicado pela legislação. As Escolas Normais Livres da região oeste funcionavam de forma precária e, em alguns momentos, a legislação não era cumprida rigorosamente. As condições impostas para o funcionamento das Escolas Normais Livres, muitas vezes, são atenuadas pelos Inspectores Ficiais para garantir a sobrevivência da instituição. Mas essas instituições tiveram papel importante, sobretudo nas cidades do interior e do litoral, para a ampliação da instrução, pois em algumas localidades elas possuíam a única biblioteca da cidade e eram as únicas instituições de ensino além das escolas primárias. Elas representavam o progresso e eram uma oportunidade (talvez a única) aos rapazes e, principalmente, às moças, de ampliar os estudos e dar início a uma profissão. Contudo, nesse momento a expansão do Ensino Normal não foi para todos os jovens que pretendiam estudar, mas sim para aqueles cujas

famílias pudessem pagar as mensalidades e demais taxas. Apesar de as instituições pesquisadas oferecerem descontos e isenções a determinados alunos, a maioria deles tinha que arcar com as despesas.

Também por meio da análise das fontes, pude observar o papel importante do Inspetor Fiscal e do lente de Psicologia, Pedagogia e Didática na legitimação das orientações oficiais. O Inspetor, além de fiscalizar a escrituração, a estrutura física e higiênica do prédio e as condições dos materiais, dava orientações didático-pedagógicas. Mas era o lente de Psicologia, Pedagogia e Didática (nomeado pelo governo estadual) que deveria garantir que os saberes didático-pedagógicos fossem o mais próximo possível daqueles ensinados nas Escolas Normais Oficiais, por isso a nomeação de Antonio d'Ávila para o cargo de lente na *Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo*. A presença do professor nomeado era uma forma de controlar e garantir que, como professores primários, os egressos das Normais Livres ensinariam os mesmos saberes que um professor formado pelas Normais Oficiais.

Finalmente, é necessário salientar que a Reforma de 1927 foi significativa e importante para a expansão do Ensino Normal em São Paulo durante a Primeira República e em períodos posteriores. Na falta de recurso, o governo estadual equiparou as Escolas Normais Livres às Escolas Normais Oficiais para formar professores em regiões afastadas dos grandes centros, possibilitando assim, a formação de mais professores para atender à demanda do Ensino Primário. Então, considero que a Reforma de 1927 possibilitou uma importante transformação no Ensino Normal, a fim de ampliar o Ensino Primário, ou seja, por trás de um projeto de ampliação das Escolas Normais havia um projeto de ampliação das escolas primárias para o interior e o litoral.

Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ANTUNHA, Heládio César Gonçalves. *A instrução pública no Estado de São Paulo: a Reforma de 1920*. São Paulo: FEUSP, 1976.

ARAUJO, José Carlos. de Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antonio de Padua Carvalho (orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008.

AZEVEDO, Fernando de. *A educação na encruzilhada*. São Paulo: Melhoramentos, 1937.

ESCOLA Normal Livre. *A CIDADE*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1930.

BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. *A construção do herói – leitura na escola: Assis-SP 1920/1950*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

BRASIL, *Constituição* (1943). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>
. Acesso em 08 jan. 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria, Civilização e trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo. Editora Loyola, 1900.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Introdução à história*. Lisboa: Europa-América, 1997.

BUFFA, Ester; NOSELA, Paolo. *Schola Mater: a antiga Escola Normal de São Carlos (1911-1933)*. São Paulo: Edufscar, 2002.

CAMARGO, José Francisco. *Crescimento da População no estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP, 1981.

CAMARGO, Maria Rita. *Histórico da Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora*. Lins, 1954. [documentos manuscrito].

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A escola e a república*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: CATANI, D. B.; SOUZA, C. P. (Org.). *Práticas Educativas Culturais Escolares Profissão Docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p. 31-40.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Modernidade Pedagógica e Modelo de Formação docente. *São Paulo em Perspectiva*, mar. 2000, p. 111-120.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Caixa de Utensílios, o Tratado e a Biblioteca: pedagogia e prática de leitura de professores. In: VIDAL, Diana Gonçalves; HILDORF, Maria Lucia (orgs). *Tópicos de História da Educação*. São Paulo: Edusp, 2001, p. 137-168.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. *A Escola e a República e outros ensaios*. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Pedagogia Moderna, Pedagogia da Escola Nova e Modelo Escolar Paulista. In: CARVALHO, Marta M. C. de; PINTASSILGO, Joaquim (orgs.). *Modelos Culturais, Saberes*

Pedagógicos, Instituições Educacionais: Portugal e Brasil – Histórias conectadas. São Paulo. Edusp, 2011, p. 185-214.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de; TOLEDO, Maria Rita de A. Biblioteca de Educação de Lourenço Filho: uma coleção a serviço de um projeto de inovação pedagógica. *Quaestio: Revista de Estudos em Educação.* v. 8, n. 2, p. 47-62, nov. 2008.

CASTRO, Rosane Micheli; REIS, Viviane C. Teixeira. *A história da Didática no Instituto Leônidas do Amaral Vieira - Santa Cruz do Rio Pardo São Paulo-Brasil (1953-1975).* In: XI Congresso Ibero Americano de História da Educação: sujeitos, poderes e disputas pela educação. 2014, México. *Anais [...]. XI Congresso Ibero Americano de História da Educação.* México, 2014 p. 5439-5447.

CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: CERTEAU, Michel de. *A escrita da história.* 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária. 2008, p. 65-119.

CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

O QUE LINS já ganhou. *Commercio de Lins.* Lins, 17 mar. 1938, p. 1.

NOTAS. *Correio paulistano.* São Paulo, 23 fev. 1928, p. 3.

NOTÍCIAS do Interior. *Correio paulistano.* São Paulo, 03 mar. 1928. p. 8.

O DESENVOLVIMENTO da instrução na alta Sorocabana. *Correio paulistano.* São Paulo, 16 maio 1930, p. 5.

DE LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação.* São Paulo: Editora Unesp, 1999.

DIAS, Marcia Hilsdorf. A Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. *In*: ARAUJO, José Carlos de Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno. de; LOPES, Antonio de Padua Carvalho. (orgs.). *As escolas normais no Brasil: do Império à República*. Campinas: Editora Alínea, 2008, p. 75-90.

ESCOBAR, José. Histórico da Instrução Pública Paulista. *Revista de Educação*. São Paulo: v. 3, set., p. 158-190. 1933

ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS. *Regimento da Escola Normal Livre*. Lins, 1936. [não paginado]

ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS. *Livro de Visitas*. Lins, 1929-1937. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS. *Livro de Matrículas*. Lins, 1939-1941. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS. *Livro de Registro de Diplomas da Escola Normal Livre de Lins*. Lins, 1932-1950. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE NOSSA SENHORA AUXILIADORA. *Livro de Atas de Exames da Escola Normal Livre Nossa Senhora Auxiliadora*. Lins, 1938 - 1939. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Livro de Visitas*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1920-1935. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Livro de Inscrição para Exame de Admissão*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1929-1933. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.
Livro de Inscrição para Exame de Admissão. Santa Cruz do Rio Pardo,
1929-1933. [Manuscrito]

ESCOLA NORMAL OFICIAL DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO.
*Livro de Atas de Exames da Escola Normal Oficial de Santa Cruz do Rio
Pardo*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1939. [Manuscrito]

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo:
Editora Brasiliense, 1970.

FAUSTO, Boris. *Getúlio Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras,
2006.

FURTADO, Alessandra Cristina. *Por uma história das práticas de
formação docente: um estudo comparado entre duas Escolas Normais de
Ribeirão Preto (1944-1964)*. 2007. Tese. Universidade de São Paulo
(USP), São Paulo, 2007.

HILSDORF, Maria Lucia S. Lourenço Filho em Piracicaba. In: SOUZA,
Cynthia Pereira de. *História da Educação: processos, práticas e saberes*. São
Paulo: Escrituras, 1998, p. 95-112.

HILSDORF, Maria Lucia S. *História da Educação: leituras*. São Paulo;
Pioneira Thomson Learning, 2003.

HONORATO, Tony. Escola Complementar paulista na formação de
professores (1897-1911). *Revista Educação e Fronteiras On-line*. v. 3, n. 9,
maio-ago., p. 58-72, 2013. Disponível em:
www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/3006/pdf_185. Acesso em: 2 jun. 2014.

INOUE, Leila Maria. *A Revista de Educação (1921-1923), o nacionalismo, e a Reforma de 1920: formação de professores em São Paulo*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília, 2010.

JARDIM, Renato. A nova diretoria da Sociedade de Educação. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 set. 1929, p. 8.

LABEGALINI, Andreia C. F. B. *A formação de professores nos Institutos de Educação de São Paulo (1933 a 1945)*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília, 2005.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

LINS. *Relatório da Delegacia de Ensino*. Lins, 1937. [Datilografado]

LINS. *Lei Municipal nº. 67, de 25 de janeiro de 1929. Atas da Câmara Municipal*. Lins, 1929. [Manuscrito não paginado]

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira (1889-1937)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MASCARO, Carlos Corrêa. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo: subsídios para estudos da sua reforma*. São Paulo: Secção de Publicação da Universidade de São Paulo, 1956.

MEDEIROS, Valeria Antonia. *Antonio Sampaio Doria e a modernização do Ensino em São Paulo*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

MENDES, Amadeu. *Relatório*: apresentado ao Secretário do Interior Dr. Fabio de Sá Barreto (1927-1928). São Paulo: Irmão Ferraz, 1929.

MENESES, Marcelo Figueiredo. *Circulação dos professores diplomados na Escola Normal de São Paulo pela instrução pública (1890-1910)*. São Paulo. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2012.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do café e outros ensaios: contribuição para os estudos da história econômica e social do Brasil*. São Paulo, 1982.

MONARCHA, Carlos. *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes*. Campinas: Editora UNICAMP, 1999.

MOREIRA, Silvia Levi. *São Paulo Na primeira República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

MORAES, Theodoro de. Escolas Normais Livres. *Educação*, v. 5, n. 1, out 1928, p. 128-139.

MORAES, Gustavo. Dr. Amadeu Mendes. *Correio Paulistano*, São Paulo, 28 jul. 1929, p. 4.

MOTA, André; SANTOS, Marco Cabral dos. *São Paulo 1932: memória, mito e identidade*. São Paulo: Alameda, 2010.

NAGLE, Jorge. *Educação e sociedade na primeira república*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1974.

NERY, Ana Clara B. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora Unesp. 2009.

NOTA sobre a Escola Normal Livre de Lins. *O Linense*. Lins, 14 maio 1928, p. 1.

O ENSINO SECUNDÁRIO E NORMAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (1949). São Paulo: Instituto de Administração da Faculdade de Ciências Econômica e Administrativas da Universidade de São Paulo, 1949.

ORIANI, Angélica Pall. Movimento popular pela instalação das escolas isoladas em São Paulo-Brasil, nas décadas iniciais do século XX. In: *XI Congresso Ibero Americano de História da Educação: sujeitos, poderes e disputas pela educação*, 2014, México. **Anais [...]. do XI Congresso Ibero Americano de História da Educação**, 2014, p. 1773-1778. [CD Rom]

ORIANI, Angélica Pall. *Explorando o oeste paulista: expansão das escolas primárias isoladas e a civilização da população na “zona de sertão”*. 2013, p. 1-17, Disponível em:
<<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/07-%20HISTORIA%20DAS%20INSTITUICOES%20E%20PRATICAS%20EDUCATIVAS/EXPLORANDO%20O%20OESTE%20PAULISTA-%20EXPANSAO%20DAS%20ESCOLAS.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

O ESTADO DE SÃO PAULO. *Dispensa dos professores leigos*. São Paulo, 30 nov. 1930, p. 4.

PENTEADO JUNIOR, Onofre. A Formação Profissional nas Escolas Normaes Livres. *Revista de Educação*. São Paulo, v.3, set. 1933, p.61-73.

PRADO, Celso; SATO, Junko. Santa Cruz do Rio Pardo: memórias, documentos e referências. 2013. Disponível em: <<http://satoprado.ebook.blogspot.com.br/2013/07/escolas-pioneiras.html>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

PRESTES, Julio. O Esforço Educativo de São Paulo (mensagem presidencial). *Educação*. São Paulo, v. 10, ago. 1930, p. 380-408.

PRESIDENTE PRUDENTE. *Relatório da Delegacia de Ensino*. Presidente Prudente, 1939. [Datilografado]

RAMPI, Dorcelina de Fátima. *A formação de professoras da Escola Normal Santa Inês: a educação salesiana no Brasil inserida na pedagogia católica (1927-1937)*. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica (PUC), São Paulo, 2007.

RODRIGUES, João Lourenço. *Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo – Memórias elaboradas por ocasião do cinquentenário da Escola Normal da Capital*. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930a.

RODRIGUES, João Lourenço. *Livro Jubilar da Escola Normal da Capital: contendo a relação completa de diplomados de todos os institutos congêneres do Estado de São Paulo (1897-1929)*. São Paulo: Instituto D. Ana Rosa, 1930b.

SANDANO, Wilson. *A criação da Escola Normal Livre de Sorocaba. Série-Estudos – Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*. Campo Grande, n. 28, p. 75-87, jul./dez. 2009. Disponível em <<http://www.serie-estudos.ucdb.br/index.php/serie-estudos/article/viewFile/177/264>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Lei Municipal n. 429, de 25 de agosto de 1928. Ata da Câmara Municipal*, Santa Cruz do Rio Pardo, 1928. [Manuscrito não paginado]

SANTA CRUZ DO RIO PARDO. *Relatório da Delegacia de Ensino*. Santa Cruz do Rio Pardo, 1936. [Datilografado]

SANTOS, José Veloso dos. *As Contribuições de Horace Lane na instrução pública paulista (1890-1910)*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unesp, Marília, 2011.

SAMPAIO, Pedro C. *Notícias sobre o início do nosso IELAV*. [recorte de jornal sem referências]

SÃO PAULO (Estado). *Lei n. 374*, de 3 de setembro de 1895.
Disponível em <www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1895/lei-374-03.09.1895.html>. Acesso em: 3 mar 2014.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 2.025*, de 29 de março de 1911.
Disponível em
<www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2025-29.03.1911.html>. Acesso em 3 mar. 2014.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 2269*, de 31 de dezembro de 1927.
Disponível em:
<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2269-31.12.1927.html>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

SÃO PAULO (Estado). *Instruções para o Cumprimento das Disposições Regulamentares nas Escolas Normaes Livres*. São Paulo: Editorial Paulista, 1929a.

SÃO PAULO (Estado). *Bases para Organização e Execução dos Programas das Escolas Normaes de três anos*. São Paulo: Typographia Brasil e Rothschild, 1929b.

SÃO PAULO (Estado). *Instruções Provisórias para a Execução do Programma de Didáctica nas Escolas Normaes Livres*. São Paulo: Editorial Paulista, 1930.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto nº 4.794*, de 17 de dezembro de 1930.
Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4794-17.12.1930.html>. Acesso em: 28 jun. 2013.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto n. 5. 884 (Código de Educação)*, de 21 de abril de 1933. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em: 01 jun. 2013.

SÃO PAULO (Estado). *Anuário do Ensino do estado de São Paulo*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1935-1936.

SÃO PAULO (Estado). *Decreto nº 10.336*, de 06 de junho de 1939. Cria uma Escola Normal Oficial na Cidade de Santa Cruz do Rio Pardo. Disponível em:
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1939/decreto-10336-21.06.1939.html>. Acesso em: 03 mar. 2013.

SÃO PAULO (Estado). Polianteia Comemorativa do Primeiro Centenário do Ensino Normal do estado de São Paulo. São Paulo: Gráfica Brésia, 1946.

SOUZA, Rosa. Fátima de. A militarização da infância: expressões do nacionalismo na cultura brasileira. In: *Cadernos do CEDES* (UNICAMP), Campinas, v. 52, p. 14-24, 2000.

SOUZA, Rosa. Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval (et. al.). *O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004

SOUZA, Rosa. Fátima de. *História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX: ensino primário e secundário no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Rosa. Fátima de. *Alicerces da Pátria: história da escola primária no estado de São Paulo (1890 - 1976)*. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

TANURI, Leonor Maria. *A Escola Normal no Estado de São Paulo no período da Primeira República: contribuições para o estudo de sua estrutura Didática*. 1973. Tese (Doutorado em Educação) – Unesp, Marília, 1973.

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: FEUSP, 1979.

THALASSA, Ângela. *Correio Paulistano: o primeiro diário de São Paulo e a cobertura da Semana de arte Moderna*. 2007. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – PUC, São Paulo, 2007.

TOLEDO, Maria Rita. *Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo, 2001.

TREVISAN, Thabatha Aline. *A Pedagogia por meio da Pedagogia: Teoria e Prática (1954)*, de Antonio d'Ávila. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Unesp-Marília. 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. In: *As lentes da História: estudos de história e historiografia da educação no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 41-71,

WERLE, Flávia Obino Corrêa. Práticas de gestão e feminização do magistério. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 126, set./dez. 2005.

Fotos da capa:

PRIMEIRA TURMA DA ESCOLA NORMAL LIVRE DE LINS, 1929. Lins: Arquivo Particular de Carlos Eduardo Motta Carvalho, 2021. 1 fotografia.

PRIMEIRA TURMA ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTA CRUZ DO RIO PARDO, 1929. Santa Cruz do Rio Pardo: Arquivo Particular de Celso Prado e Junko Sato, 2021. 1 fotografia.

Contracapa:

SANTA CRUZ DO RIO PARDO (SP). Arquivo Permanente da Escola Estadual Leônidas do Amaral Vieira. **Termo de Abertura do Livro de Inspeção de candidatos aos exames de Admissão da Escola Normal Livre de Santa Cruz do Rio Pardo.** Registro em: 18 de fevereiro de 2014.

SOBRE O LIVRO

Catálogo

André Sávio Craveiro Bueno – CRB 8/8211

Revisão e Normalização

Karenina Machado Candido de Souza

Diagramação e Capa

Mariana da Rocha Corrêa Silva

Assessoria Técnica

Renato Geraldi

Oficina Universitária Laboratório Editorial

labeditorial.marilia@unesp.br

Formato

16x23cm

Tipologia

Adobe Garamond Pro

Agencas de Camargo

Termo de abertura

Severa' este livro para usencia
dos candidatos aos exames de admiss-
sao a' Escola Normal Rio de esta
cidade, suas folhas estao numeradas e
tao por mim publicadas e leva a final
o termo de encerramento.

Santa Cruz do Rio Preto, 2da Janeiro 1929.

Agencas de Camargo
Director da Escola

Leila Maria Inoue é Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) – campus de Marília e graduada em Pedagogia pela mesma universidade. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Administração da Educação e Formação de Educadores. Desde a iniciação científica realiza pesquisas sobre a história da formação de professores, e atualmente, é bolsista de Pós-Doutorado Júnior do CNPq.



CULTURA
ACADÊMICA
Editora



Programa PROEX/CAPES:

Auxílio N° 0798/2018

Processo N° 23038.000985/2018-89

